

FERNANDO CHAVES ALMEIDA

PODER AMERICANO E ESTADOS NACIONAIS
UMA ABORDAGEM A PARTIR DAS ESFERAS ECONÔMICA E
MILITAR

Uberlândia, MG
Instituto de Economia / UFU
2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

FERNANDO CHAVES ALMEIDA

PODER AMERICANO E ESTADOS NACIONAIS
UMA ABORDAGEM A PARTIR DAS ESFERAS ECONÔMICA E
MILITAR

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Economia do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Economia.

Área de concentração: Economia

Orientador: Prof. José Rubens Damas Garlipp

Co-Orientador: Prof. Marcelo Dias Carcanholo

Uberlândia, MG
Instituto de Economia / UFU
2006

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A447p Almeida, Fernando Chaves, 1979-

Poder americano e estados nacionais: uma abordagem a partir das esferas econômica e militar / Fernando Chaves Almeida. - 2006.

118 f. : il.

Orientador: José Rubens Damas Garlipp.

Co-Orientador: Marcelo Dias Carcanholo.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia Pro-

grama de Pós-Graduação em Economia.

Inclui bibliografia.

1. Economia - Estados Unidos - Teses. 2.

Macroeconomia - Teses.

3. Imperialismo - Estados Unidos - Teses. I. Garlipp, José Rubens Damas. II. Carcanholo, Marcelo Dias. III.

Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Economia. III. Título.

CDU:

330(73)

Elaborado pelo Sistema de Bibliotecas da UFU / Setor de Catalogação e Classificação

Dedico este trabalho à minha família, por me dar força e estarem sempre ao meu lado.

AGRADECIMENTOS

A elaboração desta dissertação representa uma vitória muito importante em minha vida. Primeiramente, pela existência de todo o tipo de problema e desafio. Em segundo lugar, pelo amadurecimento pessoal e intelectual. Gostaria de expressar toda minha gratidão a quem participou, direta ou indiretamente, deste processo.

À minha família, que me apoiou e me incentivou para a realização do Curso de Mestrado em Economia junto ao Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia.

Ao professor José Rubens Damas Garlipp, meu orientador, pelas contribuições e críticas. Ao professor Marcelo Carcanholo, pelas sugestões e críticas ao meu projeto de dissertação. Meus agradecimentos se estendem também a todos os professores do Curso de Mestrado em Economia do Instituto de Economia da UFU. Agradeço pelo que aprendi nas aulas nesse tempo de mestrado.

À Vaine, que é um amor de pessoa e sempre se dispôs comigo com carinho e afeto. Aos meus colegas e amigos de turma, com os quais compartilhei ótimos momentos. Obrigado a André, Clesão, Daniel, Diana, Fernanda, Fernando, Gabriel, Kelly, Kznric, Luciana, Marcelo, Marisa, Ricardo José, Ricardo Carioca e Tiago.

Sumário

Resumo.....	8
Introdução.....	9
Capítulo 1 – O Império em questão - foco no ponto de vista político-militar	11
1.1– Os autores clássicos	11
1.1.1- Hobson, o precursor da teoria do Imperialismo	11
1.1.2 - Rosa Luxemburgo	13
1.1.3 - Nicolai I. Bukharin	16
1.1.4 - Paul Baran	19
1.1.5 - Lênin, o clássico dos clássicos	22
1.1.6 - Paul Sweezy, o marxista americano	27
1.1.7 - O Imperialismo está vivo no capitalismo do século XXI?	32
1.2 - Hegemonia e Imperialismo	35
1.2.1 - Robert Brenner	36
1.2.2 - Atílio Boron	38
1.2.3 - Ana Esther Ceceña	40
1.2.3.1 - A hegemonia militar, base para a hegemonia econômica ...	41
1.2.3.2 - A hegemonia e a liderança globais visualizadas sob o prisma econômico	43
1.2.4 - Ellen Mesksins Wood	46
1.2.5 – Teoria do Sistema-Mundo	48
1.2.6 – Considerações finais do capítulo	52

Capítulo 2 - As esferas geopolítica-militar e econômica e a natureza e manifestações do poder dos EUA	54
2.1 - Política externa e de segurança	54
2.1.1 – Controle sobre esfera das armas	54
2.1.2 – Histórico	54
2.1.3 – A potência militar, a “Guerra nas Estrelas” e a “Guerra contra o terror”	66
2.1.4 - O mapa geopolítico do mundo: a guerra como elemento disciplinador	76
2.1.5 - O mercado do petróleo como elemento estratégico nas relações de poder globais	82
2.2 - Política Econômica	86
2.2.1 – Histórico e antecedentes (associação com e controle do capital global)	86
2.2.2 - A poder da moeda e a natureza macroeconômica	95
2.2.2.1 - Causas da instabilidade no mundo e nos EUA	96
2.2.2.2 – Acomodação da instabilidade	99
2.2.2.3 – Existem condições para sua sustentabilidade sistêmica?	101
2.2.2.4 – Processo de expansão/concentração da riqueza e a competição interestatal	103
Conclusão.....	106
Referências Bibliográficas.....	111

RESUMO

Os principais objetivos desta dissertação são: em primeiro lugar, resgatar a perspectiva histórica do termo Imperialismo, como discutido por seus autores clássicos, indagando se as discussões de um século atrás, e suas categorias, possuem alguma validade no capitalismo que vivenciamos na atualidade; em segundo lugar, discutir o significado e a validade de conceitos como estratégia e hegemonia, principalmente focando tanto a esfera militar quanto econômica, e suas inter-relações. Isso para, em seguida, mostrar o papel da política econômica dos EUA no cenário global (inter-relações com os Estados-Nacionais) e a emanção de seu poder; e por último, indagar se é necessário existir um eventual confronto entre as esferas geopolítico-militar e econômica, ou se o poder militar é somente o invólucro da perseguição do projeto imperial dos EUA, que na sua essência é fundamentalmente econômico. A metodologia utilizada foi baseada em pesquisa bibliográfica. As conclusões apontam para o fato de que o Imperialismo da modernidade seria travestido por um militarismo que seria invólucro da dinâmica do sistema, cujo âmago abriga uma espécie de poder coercitivo baseado na mediação econômica do mercado, e que quanto mais próximo o sistema se situa de uma configuração imperial, mais perto do colapso ele estará, pois destruiria a própria dinâmica que a ele dá sustentação: a competição entre estados-economias nacionais.

Palavras-chave: Império, Imperialismo, EUA, competição interestatal.

ABSTRACT

The main objectives of this dissertation are: in first place, to rescue the historical perspective of the term Imperialism, as argued for its classic authors, inquiring if the quarrels of a century behind, and its categories, possess some validity in the capitalism that we live deeply in the present time; in according to place, to argue the meaning and the validity of concepts as strategy and hegemony, mainly working in such a way how much economic the military sphere, and its inter-relations. This for, after that, showing to the paper of the economic policy of U.S.A. in the global scene (Inter-relations with State-National) and the emanation of its power; e finally, to inquire if is necessary to exist an eventual confrontation between the spheres economic and geopolitical-military, or if the military power is only the pack of the persecution of the imperial project of U.S.A., that in its essence is basically economic. The used methodology was based on bibliographical research. The conclusions point with respect to the fact of that the Imperialism of modernity would be involved by a militarism that would be pack of the dynamics of the system, whose center shelters a species of being able coercitive established in the economic mediation of the market, and that the more next the system if points out of an imperial configuration, more close to the collapse it will be, therefore he would destroy the proper dynamics that it gives sustentation: the competition between national state-economies.

Key-words: Empire, Imperialism, U.S.A., interestatal competition.

Introdução

“Império é um Estado multiétnico que estende sua influência pelo controle formal ou informal sobre outras comunidades políticas. Não há Império sem uma conglomeração de diferentes nacionalidades lingüísticas, raciais e culturais, e a hegemonia de uma delas sobre as demais. A heterogeneidade e o domínio são a essência das relações imperiais” (Cohen, 2004-2005)

Muito se tem falado atualmente na existência de um Império, e de uma política imperialista por parte da potência hegemônica do século XXI, os Estados Unidos da América (EUA). Vários estudos interpretam a situação atual como característica de uma crise do capitalismo e de hegemonia dos EUA, evidenciada na política global, sem sombra de dúvida, agressiva e unilateral por parte da superpotência, ao mesmo tempo em que, no marco do capitalismo contemporâneo, incluem a crise japonesa e a incapacidade da União Européia em se opor aos interesses norte-americanos como elementos que evidenciam tal “mal-estar sistêmico” (elenco nestes estudos os autores ligados à teoria do Sistema Mundo, como Giovanni Arrighi e Immanuel Wallerstein). Outros estudos já preconizam que os EUA estão mais fortes do que nunca, longe de perder sua força no sistema mundial.

Meus objetivos neste trabalho são três: através de pesquisa bibliográfica, resgatar a perspectiva histórica do termo Imperialismo, como discutido por seus autores clássicos, indagando se as discussões de um século atrás, e suas categorias, possuem alguma validade no capitalismo que vivenciamos na atualidade. Para isso, após discutirmos o conceito de Imperialismo, encaminhado que estará através de autores como Hobson (1982), Bukharin (1984), Luxemburgo (1976) e outros, passando pelo Imperialismo de Lênin, nos valeremos das análises de Cecenã (1994, 1995) e Wood (2004): a primeira elege a esfera militar como eixo ordenador da dinâmica capitalista patenteada pela hegemonia estadunidense, e a segunda tem como base a idéia de que no capitalismo o poder está localizado na mediação econômica do mercado, e não no poder coercitivo direto, o que difere esta forma de dominação das demais.

Depois, discutirei o significado e a validade de conceitos como estratégia e hegemonia, principalmente focando tanto a esfera militar quanto econômica, e suas inter-relações. Isso para, em seguida, mostrar o papel da política econômica dos EUA no cenário global (inter-relações com os Estados-Nacionais) e a emanção de seu poder.

Concluo contrapondo, do ponto de vista metodológico, se é necessário existir um eventual confronto entre as esferas geopolítico-militar e econômica, ou se o poder militar é somente o invólucro da perseguição do projeto imperial dos EUA, que na sua essência é fundamentalmente econômico. As considerações finais levam a crer que estamos diante da segunda possibilidade.

Isso porque, se o poder militar é o invólucro, qual é a essência do poder econômico? Ao que ele está associado? Como sabemos, jamais existiu na história do capitalismo um período de harmonia ou não-violência. Até mesmo os 30 Anos de Ouro do pós 2ª Guerra foram palco do Colonialismo, das guerras de independência, da Guerra Fria, dos conflitos decorrentes desta, ou mesmo os diversos golpes em todo mundo, principalmente na América Latina, quando grupos desfavoráveis à política estadunidense ameaçavam chegar ao poder.

Hoje em dia as formas de violência que estão em voga são a da subversão golpista, da guerra e a violência econômica, seja ela justificada como uma guerra contra o terrorismo ou uma empreitada para se levar a democracia e os valores ocidentais aos povos “não civilizados”. O artífice dessa empreitada, como sabemos, são os EUA, que lutam pela consolidação de sua supremacia no mundo. A democracia e os valores ocidentais seriam a carapaça para a assunção do Neoliberalismo e do Imperialismo, ou o “Imperialismo neoliberal, que possui suas características próprias, em particular a importância das movimentações financeiras” (Dumenil e Levy, 2004: 11). Então, vejamos mais de perto essas relações no decorrer dos capítulos subseqüentes e das considerações finais.

Capítulo 1 – O Império em questão - foco no ponto de vista político-militar

1.1 – Os autores clássicos

Em qualquer discussão sobre Imperialismo, temos em mente que os autores clássicos, por serem fonte teórica primeira, não podem estar ausentes. Bebamos desta fonte então, visitando Hobson, Rosa Luxemburgo, Baran, Bukharin, Lênin e Sweezy.

1.1.1 - Hobson, o precursor da teoria do Imperialismo

Em sua obra *Imperialismo: um estudo*, Hobson definiu o Imperialismo como “um processo social parasitário, através do qual interesses econômicos existentes no interior do Estado, usurpando as rédeas do governo, promovem a expansão imperialista para explorar economicamente outros povos, de modo a extorquir-lhes a riqueza para alimentar o luxo nacional” (Hobson apud Hunt 1982: 379). Ademais, o Imperialismo seria fruto do nacionalismo, do patriotismo, do fervor religioso e do militarismo, além da busca por novos lugares que servissem de porto seguro para seus capitais buscarem lucros. Os mecanismos para a instauração, o dia-a-dia e a perpetuação do Imperialismo estariam ligados à propaganda oficial do Governo, além da utilização do cristianismo como fachada para levar a cabo os interesses do grande capital monopolista. O trabalho missionário seria estimulado porque forneceria motivos nobres aos políticos e empresários dedicados à exploração Imperialista. Isso levou Hobson a dizer que

“O Imperialismo que procuramos entender não é produto de paixões cegas ou da loucura associada à ambição dos políticos. É muito mais racional do que parece à primeira vista. Irracional do ponto de vista de toda a nação, é racional do ponto de vista de certas classes da nação (...) é uma fonte de grandes ganhos para o investidor, que não conseguindo encontrar em seu próprio país a aplicação lucrativa que procura para seu capital, insiste em que o Governo o ajude a encontrar investimentos lucrativos e seguros no exterior”(apud Hunt, 1982: 380).

Esses investimentos eram feitos pelas instituições financeiras que dominavam o investimento externo (aqui seria uma espécie de “capital financeiro trustificado”). Essas instituições e os grupos que as lideravam é que estariam por trás da manipulação da política das nações, fazendo com que fosse na guerra, fosse na revolução, ou em qualquer choque público, eles se aproveitassem dos cenários produzidos por estas para alocarem seu capital e obterem juros às custas dos países subdesenvolvidos e das colônias (na realidade produzidas por eles mesmos, na sua busca incessante por lucros, através de seu domínio sobre o Governo), conseguindo altos lucros, muito maiores do que os lucros com o comércio (seja interno ou com os países subdesenvolvidos).

Conforme diz o próprio Hobson,

“As finanças manipulam as forças patrióticas que os políticos, os soldados, os filantropos e os comerciantes geram o entusiasmo para a expansão proveniente dessas fontes, embora forte e genuíno, é irregular e cego; o interesse financeiro possui aquelas qualidades de concentração e de cálculo exato, necessárias para o funcionamento do Imperialismo. [contudo] a mola mestra do Imperialismo não é financeira: as finanças pertencem a quem dirige a máquina do Imperialismo, controlando a energia e determinando seu trabalho”(Ibidem, 381).

Além dos financistas, como grupos beneficiários do Imperialismo, havia também as firmas ligadas à indústria da guerra e os fabricantes de artigos de exportação para os países conquistados.

Mas o motivo principal para a existência do Imperialismo estaria ligado à rápida e crescente concentração do poder e da riqueza industrial ocorrida em fins do século XIX. Como a distribuição de renda era muito desigual, mesmo que os proletários e os capitalistas industriais tivessem despendido toda sua renda em consumo, os capitalistas ficariam com poupança sobressalente que, se fosse utilizada para aumentar a capacidade instalada de produção, a oferta ultrapassaria o crescimento da demanda, sendo esta limitada pelas rendas dos trabalhadores e capacidade máxima de consumo. Haveria então um excesso de capacidade e, com isso, a possibilidade de investimento lucrativo no próprio país diminuiria, fazendo com que a única alternativa fosse a busca dos mercados externos. Para isso é que seria salutar e propício levar os princípios “civilizatórios” e “cristãos” para os países não-capitalistas, provocando a destruição de

suas instituições tradicionais e também de parte da população, através de várias carnificinas.

Portanto, enquanto perdurasse a distribuição de renda desigual, a incapacidade dos ricos de investir toda a sua renda excedente com lucro, os resultados inevitáveis seriam os ciclos econômicos, as depressões e o Imperialismo. Nas suas próprias palavras,

“Em toda parte surgem condições de produção excessivas, excesso de capital em busca de investimento. Todos os homens de empresas admitem que o aumento da capacidade produtiva em seu país ultrapassa o aumento do consumo, que se podem produzir mais bens do que se podem vender com lucro e que existe mais capital do que o que pode encontrar investimentos que o remunerem. Esta condição econômica dos negócios é que constitui a razão do Imperialismo”(Ibidem, 384).

Autores como Lênin, Bukharin, Palloix consideram Hobson um liberal, aquele que encerra o debate da ciência econômica e abre o debate marxista. Para Palloix,

“Hobson pronuncia-se contra as conseqüências que descobre no Imperialismo e é essa a razão porque insiste tanto nos fenômenos de parasitismo, de dissipação; a sua obra é já um pouco da defesa do investimento útil, que seria o investimento interno; Hobson é ainda um liberal... ele não se apresenta, pois, como um crítico marxista do Imperialismo; apresenta-se como uma reação contra as conseqüências que se descobrem no desenvolvimento Imperialista que, de resto, reconhece como sendo praticamente fatal” (Palloix, 1972: 59).

1.1.2 - Rosa Luxemburgo

A tese desta autora está ligada fundamentalmente ao problema da realização da mais-valia. Utilizando-se dos conceitos marxistas, e partindo de um sistema fechado, ela constrói uma teoria cuja idéia fundamental é a contradição entre a capacidade ilimitada de expansão das forças produtivas e a capacidade limitada da expansão do consumo social baseado nas relações de distribuição capitalistas. Seguindo o modelo construído por ela, o problema surge quando da instauração da reprodução ampliada do capital. Na reprodução simples, a realização da mais-valia é apropriada pelos capitalistas para seu consumo. Já na primeira, o capital constante é realizado através das compras de

reposição dos próprios capitalistas; o capital variável é realizado através dos gastos que os operários fazem de seus salários. Quanto à mais-valia que os capitalistas desejam acumular, eles não podem realizá-la vendendo suas mercadorias aos trabalhadores, pois estes esgotam seus salários na realização do capital variável, e não podem vendê-las a si mesmos com fins de consumo, senão a trajetória retorna para a reprodução simples. A solução encontrada, então, era deixar de lado a hipótese de um sistema fechado. A realização da mais-valia, assim, passava a ser acumulada e a depender da venda das mercadorias aos consumidores pertencentes às áreas não-capitalistas nos limites internos da nação, que viveriam sob a égide da reprodução simples. Contudo, quando todas as camadas das populações atrasadas das nações avançadas fossem absorvidas, a impossibilidade teórica de um capitalismo fechado se manifestaria na prática. O sistema implodiria sozinho.

Com isso, “o comportamento Imperialista das nações avançadas surgiria como uma tentativa de controlar o máximo possível do mundo não capitalista ainda restante” (Sweezy, 1983: 163). Os capitalistas teriam que estar sempre conquistando novos mercados não-capitalistas, a fim de vender o excedente de produtos e realizar a mais-valia. Por isso, a expansão Imperialista para o exterior tornou-se essencial para a sobrevivência do capitalismo. Essa atitude dos capitalistas de buscarem as áreas não capitalistas acarretava no desenvolvimento potencial das fontes de exploração, fornecendo espaços para a canalização dos investimentos, diminuindo o excesso de capital interno e estimulando as exportações.

Para Luxemburgo, o Imperialismo seria uma extensão do chamado processo de acumulação primitiva, intrínseco ao processo de acumulação em sua totalidade. Isto porque “A acumulação não pode mais esperar por uma desintegração natural das formações não capitalistas e sua transição para uma economia de mercadorias, [ou mesmo] do aumento natural da população apta para o trabalho e se contentar com isso. A força é a única solução ao alcance do capital” (Luxemburg, 1976: 356). Dentro desse processo, seriam quatro os objetivos da luta Imperialista para subjugar as economias que não eram de mercado: primeiro, entrar em posse das grandes quantidades de matérias-primas destas economias, seja pela propriedade direta ou do barateamento do preço de suas mercadorias; segundo, a destruição dos métodos tradicionais de produção, para criar trabalhadores assalariados que tinham de vender sua força de trabalho para sobreviver; terceiro, transformar as economias não-mercado em economias de mercado;

e quarto, separar a indústria do comércio e da agricultura, interligados nas economias não-mercado.

O instrumento utilizado pelos países imperialistas para criar as relações de mercado necessárias à acumulação era a utilização do poder coercitivo, através de ações militares, como um meio importante para se conseguir alocar o excedente de forma a provocar a multiplicação da mais-valia. O militarismo funcionaria como um gerador de fontes de demanda, pelo fato de recursos serem canalizados para um investimento economicamente improdutivo. Isto permitiria “a manutenção das desigualdades existentes na distribuição de renda e da riqueza, o aumento da procura agregada sem, contudo, aumentar a capacidade produtiva da economia, que tende a crescer mais rapidamente do que a procura agregada” (Hunt, 1982: 391). O militarismo seria, então, para as grandes empresas, uma saída apropriada em virtude das transformações advindas do desenvolvimento capitalista e do processo de concorrência. Com isso, algumas culturas tradicionais eram tomadas como colônias, outras se transformavam em economias de mercado dependentes das economias avançadas, embora politicamente fossem independentes. Seja como for, esses novos mercados eram utilizados para alocar as exportações dos países avançados, servindo de fontes de matérias-primas baratas e como *locus* que propiciava o financiamento destas, baseado na propriedade dos recursos e do capital. Isso até que os mesmos problemas que levaram os países à expansão imperialista viessem à tona. Nesse momento, as guerras entre as potências seriam a única saída possível.

Vários autores elencam críticas à tese luxemburguista. SWEEZY (1983: 183) nos diz que um erro que obscurece os demais é que, quando a autora começa a discutir a reprodução ampliada, ela mantém as hipóteses da reprodução simples, pois supõe que o consumo dos trabalhadores não pode realizar nenhuma mais-valia, implicando que a quantidade de capital variável e, por tabela, o consumo dos trabalhadores, devam permanecer fixos e constantes, como na reprodução simples. Segundo Sweezy, ao invés disso, a acumulação acarreta aumento do capital variável, e quando esse capital variável adicional é gasto pelos trabalhadores, realiza uma parte da mais-valia que tem a forma física de bens de consumo.

Para PALLOIX (1972: 100), o erro de Luxemburgo estava em colocar o desenvolvimento das contradições do modo de produção capitalista ao nível mundial, no qual o Imperialismo só poderia colocar-se à escala mundial, ao passo que, para ele

(fundamentado em Lênin) as contradições nascem dos países altamente industrializados, que as repercutem sobre os países capitalistas menos avançados nos quais elas vão se desenvolver. Palloix também elenca o erro apresentado por Sweezy, dizendo que ele possui uma reduzida importância para a reputação teórica da autora, mas que não deixa de ter efeitos sobre a prática política que desse erro resulta. Mas mesmo apresentando tais erros, o autor não deixa de destacar a contribuição teórica central de Luxemburgo, que é a das determinações do modo de produção capitalista, mesmo que ela seja imprecisa, e mesmo que a prática política daí decorrente seja incorreta.

1.1.3 - Nicolai I. Bukharin

A tese de Bukharin possui alguns pontos comuns com a tese de Luxemburgo e, principalmente, com a de Lênin, como indicam os conceitos de capital monopolista e de capital financeiro. Assim como praticamente todos os autores que tratam do tema Imperialismo, Bukharin utiliza o conceito de economia mundial, definindo-a como “um sistema de relações de produção e relações correspondentes de troca, que abarcam o mundo em sua totalidade” (Bukharin, 1984: 24). Mundo esse, seguindo o raciocínio do autor, permeado por um mercado mundial do capital dinheiro e um mercado mundial de mercadorias. Quanto ao primeiro, encontraria sua expressão na equalização da taxa de juros, contribuindo para que a conjuntura econômica de qualquer país fosse substituída pela conjuntura mundial (a exportação de capital seria um fenômeno ligado a esse mercado).

Quanto ao mercado mundial de mercadorias, esse possui como sua maior expressão a divisão internacional de trabalho, consubstanciada em dois tipos: primeiro, a que ele chama de condições naturais, decorrentes da diversidade do meio natural em que vivem os agentes de produção. Nesse nível, a diferença entre as esferas de produção fica sendo o resultado de condições naturais de produção; e em segundo, das condições sociais derivadas da estrutura econômica, refletindo o grau de desenvolvimento desigual das forças produtivas, os diversos tipos econômicos e as diversas esferas industriais. Esse segundo tipo de divisão é que remeteria às diferenças existentes entre os países industrializados e os agrários, que não trocam apenas produtos de natureza diferentes, mas também produtos similares, estabelecendo concorrência à produção estrangeira.

Essa economia mundial seria o palco para os três objetivos essenciais da política de conquista dos países avançados: primeiro, o agravamento da concorrência pela posse dos escoadouros de mercadorias; segundo, dos mercados de matérias-primas; e terceiro, das esferas de investimento de capital. Tais objetivos seriam derivados dos atritos e conflitos advindos da reprodução do capital em escala mundial, conduzindo ao surgimento e ao agigantamento do capital financeiro. Seriam “três aspectos de um mesmo fenômeno: o conflito entre o desenvolvimento das forças produtivas e a limitação nacional da organização da produção” (Bukharin, 1984: 95).

O agente social propagador das contradições e dos antagonismos do sistema seriam os grupos nacionais organizados da burguesia, através de sua política de classes. As contradições estariam ligadas à internacionalização da vida econômica, ao nivelamento econômico e ao agravamento da nacionalização dos interesses capitalistas, com a formação de grupos nacionais ligados entre si e fortemente armados. As políticas das classes dominantes, seja

“a política propriamente dita, a política militar ou econômica, tem uma função claramente definida. Desenvolvendo-se no terreno de um modo de produção dado, ela serve de instrumento para a reprodução simples e ampliada de determinado tipo de relações de produção. (...) A política do capitalismo financeiro reproduz, em medida ampliada, a base de produção do capital financeiro. (...) A guerra é um meio de reprodução, de fortalecimento e de propagação de determinadas relações de produção, expressão da política do capital financeiro, que oculta-se sob uma fórmula ideológica elevada que, por todos os meios, se procura inculcar na massa operária” (Ibidem, 105).

Mergulhando em profundidade no processo de desenvolvimento do capitalismo, Bukharin se depara (assim como Lênin o fez) com os processos de concentração e centralização do capital.

“Entendemos assim por concentração o crescimento do capital por meio da capitalização da mais-valia produzida por esse mesmo capital; e por centralização, a reunião de diversos capitais em um só. (...) Uma forte concentração de capital acelera a absorção das empresas mais fracas; e, inversamente, a centralização desenvolve a acumulação de capital individual e agrava, em consequência, o processo de centralização” (Ibidem, 110).

A anexação imperialista seria, segundo o autor, fase particular da centralização do capital, capitaneada nesse período pelas novas estruturas industriais surgidas nessa época, os trustes e os cartéis, ligadas aos grupos financeiros e ao Estado. Este último adquire importância fundamental: quanto maior a concorrência no mercado mundial, maior torna-se a presença estatal na economia. O Estado, então, funcionaria como uma espécie de “sócio do truste”.

Juntamente com o crescimento da importância do Estado para a realização dos interesses do capital financeiro estava o desenvolvimento da organização militar, instrumento necessário do poder do Estado. A luta entre os trustes capitalistas nacionais decide-se pelo confronto de suas respectivas forças militares, já que a potência militar do país constitui a última instância a que fazem apelo os grupos capitalistas nacionais. “O domínio do capital financeiro pressupõe o imperialismo e o militarismo. *Nesse sentido, o militarismo é um fenômeno histórico tão típico quanto o capital financeiro*” (Ibidem, 120).

Portanto, sistematizando o que foi exposto, o Imperialismo para Bukharin era a política do capital financeiro, encontrando sua expressão na expansão do território econômico nas regiões agrárias entregues aos cartéis nacionais, justamente para aumentar seus mercados e sua esfera de investimento em capital. A política aduaneira permitiria destruir a concorrência estrangeira, obter mais-valia e praticar o *dumping*, contribuindo para o aumento da taxa de lucro dessas novas estruturas industriais. A guerra seria a expressão política do capital financeiro, de uma política que substitui as antigas relações pré-capitalistas ou mesmo capitalistas pelas relações de produção próprias do capital financeiro. A contradição entre as esferas da produção e da realização estava por atingir seu maior nível até aquele momento. Havia a necessidade concreta de existirem mercados pré-capitalistas para a realização da produção.

Palloix (1972) elenca algumas críticas a Bukharin. Para aquele, quando Bukharin afirma que havia uma ausência de solidariedade internacional entre os trabalhadores, teria ficado no “nível vulgar da sobreacumulação de capital que se liberta da baixa tendencial da taxa de lucro. Em conseqüência, os trabalhadores dos países desenvolvidos estariam solidários com os interesses capitalistas pelo fato de se encontrarem corrompidos pelo Imperialismo”(Palloix, 1972: 101). Além disso, Bukharin não mencionaria “o significado dos limites à acumulação nem a exportação de capital, “enquanto ‘rejeição’ de atividades de produção não rendosas” (Ibidem, 112).

Isto derivaria de seu esquecimento da determinação das contradições, ao nível mundial, pelas economias capitalistas industrializadas, pois somente baseadas nessas últimas é que se desenvolveriam as contradições ao nível mundial. Isso mostraria os perigos “de se não relacionar o nível mundial com o das formações sociais que concorrem para essa economia mundial, *enquanto realidade última mas não como fato último*”(Ibidem, 1972).

Esses fatores não tiram o mérito das contribuições de Bukharin. Como bem lembra PALLOIX (1972: 111-112), as contribuições trazidas por Lênin e Luxemburgo diziam respeito à natureza, aos mecanismos e aos efeitos do Imperialismo. A natureza resultaria da contradição criação-realização do produto social em geral e da mais-valia em particular; os mecanismos seriam referentes à exportação de capital, servindo como suporte ao processo de especialização e de troca desigual; e os efeitos se relacionariam com o desenvolvimento desigual em escala mundial. O que Bukharin traz de novo ao debate é seu conceito de base do Imperialismo, “a reprodução das relações de produção capitalistas à escala mundial, a fim de poder dominar o desenvolvimento das forças produtivas no *espaço* das formações sociais dominantes do capitalismo, o que o leva imediatamente a situar-se ao nível mundial”(Ibidem, 111). Ou seja, para Palloix a contribuição que Bukharin traz ao debate é ao mesmo tempo a origem de sua fraqueza.

1.1.4 - Paul Baran

Tendo presenciado e escrito durante e depois das duas grandes guerras do século XX, Baran parte do ponto de vista de que o desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos é contrário ao dos países capitalistas adiantados, pelo fato de que os interesses dos primeiros são contrários aos dos últimos; com isso, ele destaca o conflito das áreas atrasadas com a ordem política e econômica do Imperialismo. Este estaria ligado à relação existente entre as empresas transnacionais e o Governo, de modo que o último fornece guarita militar, diplomática e econômica para que as empresas conquistem maior parcela de mercado ou procure áreas adicionais para investimento, até mesmo assumindo riscos em nome dessa empresa; Baran (1984: 116) cita, por exemplo, a situação em que o desenvolvimento das fontes de matérias-primas em um país de produção primária não atrai uma firma ou o grupo financeiro a ela ligado, devido aos

grandes custos de exploração inicial ou da insuficiência de rentabilidade esperada, induzindo o Governo de seu país a arcar com todos, ou pelo menos grande parte, dos gastos financeiros decorrentes do empreendimento. Um outro exemplo seria o caso em que a pressão política, econômica e militar exercida pelo país de origem da grande empresa sobre outro mais fraco e menor pode excluir do mercado deste último um concorrente vindo de um terceiro país. Neste caso, a firma oligopolista poderia se beneficiar de um empréstimo do Governo de seu país de origem a um país atrasado, pressionando o último a adotar posições favoráveis a este governo e, por tabela, a firma oligopolista, como comprar e instalar novas administrações, ou mesmo intervir no sistema político.

Portanto, segundo Baran, a concorrência mundial entre as empresas oligopolistas tornar-se-ia cada vez mais uma disputa pelo poder nos países imperialistas. Esta concorrência, então, dependeria cada vez mais do potencial político e militar de seus países de origem, e não só da força das empresas. E os limites à expansão do comércio exterior e do investimento estrangeiro das empresas oligopolistas são dados pela resistência das empresas oligopolistas dos outros países, que também são apoiadas por seus governos, pela resistência das populações dos países atrasados, bem como das condições políticas e sociais internas que facilitam ou dificultam a subordinação dos Governos às grandes empresas.

Como bem lembra o autor, o resultado rasteiro deste processo é que todos os aparelhos privados de hegemonia (nos termos gramscianos¹) são postos a serviço da política do Imperialismo para a conquista da opinião pública (amparo às grandes empresas), à construção de laços de dependência com os países atrasados, a partir da concessão de empréstimos, donativos e assistência técnica, do ponto de vista econômico; e o estabelecimento de bases militares aonde for possível, do ponto de vista político.

Baran alerta que os gastos militares são essenciais à sociedade dos países desenvolvidos como um todo, a todas as suas classes, grupos e extratos cujos empregos e rendas dependem da resultante manutenção, em alto nível, da vida econômica da

¹ Para Gramsci (1983), os Aparelhos Privados de Hegemonia são instituições que visam dar direção moral, intelectual e política de grupos sociais que detém o poder sobre outros grupos sociais (várias vezes ele utiliza o termo 'classes sociais'). Esses Aparelhos seriam de cinco tipos: meios de comunicação de massa, sindicatos, igrejas, partidos políticos e um espaço próximo do que hoje consideramos o terceiro setor.

nação. Lembra, ainda, que a magnitude do orçamento federal ligada ao militarismo constitui um sério indício de Imperialismo. Contudo, ele não deixa de mencionar, apesar disso, que

“O que interessa não são os aumentos de renda e do emprego que um país imperialista pode usufruir do seu comércio exterior e dos investimentos que efetua no estrangeiro (...) De fato, na medida em que as vantagens imediatamente relacionadas às atividades econômicas externas constituem a razão principal da promoção da política imperialista, seus fundamentos políticos e sua justificação ideológica são necessariamente débeis.” (Baran, 1984: 116).

Devemos perceber que, pelo fato do autor ter tido o privilégio de acompanhar acontecimentos históricos que os autores clássicos não tiveram, ele pôde constatar que tanto o próprio Imperialismo, quanto seu *modus operandi* e suas roupagens ideológicas não eram as mesmas da época em que os autores clássicos escreveram. Desta maneira, cita o exemplo da pilhagem, que cede o lugar ao estabelecimento de um comércio organizado com os países subdesenvolvidos, assim como o funcionamento do comércio evoluiu para o sistema imperialista de exploração. Com isso,

“À semelhança de todos os outros fenômenos historicamente mutáveis, a forma contemporânea do Imperialismo contém e preserva todas as suas características primitivas, elevando-as, contudo, a novo nível. A característica principal do Imperialismo nos dias de hoje é que ele agora já não se contenta mais com a rápida obtenção de grandes lucros esporádicos nos territórios que domina, ou com a simples manutenção de um fluxo regular desses lucros, por um período mais ou menos longo. Impulsionado por uma empresa monopolística, descobre-se o objetivo fundamental do Imperialismo em nossa época: impedir ou, se isso for possível, retardar e controlar o desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos.” (Ibidem, 178-179).

Outra contribuição de Baran que vale a pena comentar está na função das ciências sociais na legitimação do fenômeno do Imperialismo, posto que proporcionariam a racionalização necessária ao esforço da classe dominante dos países desenvolvidos para não permitir, ou mesmo retardar, a libertação das nações dependentes e coloniais.

“Estimulados pelo apoio de vários departamentos governamentais e de fundações particulares, economistas, antropólogos, psicólogos sociais e outros cientistas vem dedicando, no Ocidente, atenção sempre crescente para com os países subdesenvolvidos (...) Todo esforço em prol do rápido desenvolvimento aparece, então, como aventura em terreno desconhecido, como bárbara violação do raciocínio econômico universalmente aceito (...) há que se ter o máximo cuidado em qualquer tentativa que venha a perturbar a continuidade das sociedades atrasadas” (Ibidem, 45-46).

Uma vez que Baran considera o capitalismo como decompositor da vida social, e que desenvolvimento capitalista é diferente de desenvolvimento da humanidade, ele propõe o planejamento socialista como solução para o subdesenvolvimento e para a resolução das contradições capitalistas nos países avançados.

1.1.5 - Lênin, o clássico dos clássicos

Vivenciando a época do surgimento dos monopólios e dos grandes conflitos internacionais, em que a guerra, nos seus termos, “é a política de nossos dias” (Lênin, 1982: 8), este autor, que foi líder do Partido Bolchevista, em minha opinião, dentre os que foram elencados na introdução, é o mais lúcido na abordagem do fenômeno e das transformações que estavam ocorrendo no âmbito do capitalismo mundial em fins do século XIX e início do século XX, através da obra *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. Essa obra merece um melhor exame, por ser um clássico a respeito do Imperialismo, das características econômicas fundamentais desse fenômeno, como bem ressalta o autor.

Desde o início de sua obra, Lênin enfatiza a grande concentração industrial que ocorrera nos países capitalistas industrializados em fins do século XIX e início do século XX: “O enorme desenvolvimento da indústria, e o processo de concentração extremamente rápido da produção, em empresas cada vez mais importantes, constituem uma das características mais marcantes do capitalismo” (Ibidem, 16). Em seguida, ele fornece inúmeros dados estatísticos dessa concentração, destacando a Inglaterra, a Alemanha e os EUA, sendo que neste último a concentração se mostra ainda mais intensa. E a superioridade dessas empresas seria potencializada pelos bancos com o capital dinheiro, formando o capital financeiro (capital bancário somado ao capital industrial), que surgiria a partir da constatação de que o processo de desenvolvimento

capitalista impõe aos bancos investir uma parte cada vez maior de seus capitais, fazendo com que o banco se torne cada vez mais um capitalista industrial. Ele se formaria, então, através da concentração da produção, que redundaria no monopólio, e da fusão dos bancos com a indústria e o Estado. “O capital financeiro é, portanto, um capital de que os bancos dispõem e os industriais utilizam” (Ibidem, 46)

Ou seja, à época ele estava presenciando a formação de estruturas industriais que não estavam presentes nas fases anteriores do capitalismo, tais como o surgimento dos trustes e cartéis, através de operações que envolveriam a integração horizontal e a vertical, juntamente à principal característica garantidora dos grandes lucros nessas estruturas monopolistas, a emergência de barreiras à entrada². Para ele, apoiado em Marx, essas novas estruturas industriais surgiriam da concorrência, como parte da dinâmica de desenvolvimento imanente ao próprio sistema capitalista.

“A concorrência se transforma em monopólio (...) arrastando os capitalistas para uma nova ordem social, intermédia entre a livre concorrência e a socialização integral. A produção torna-se social, mas a apropriação continua privada (...) Trata-se sim do aniquilamento, pelos monopólios, daqueles que não se submetem a seu jugo, ao seu arbítrio” (Ibidem, 25).

As relações de domínio e de violência, por conta da natureza dessas novas estruturas industriais, seriam exacerbadas, conduzindo ao controle das matérias-primas mais essenciais às principais indústrias daquela época.

O setor bancário teria um papel fundamental na potencialização e no alcance que os monopólios teriam daí em diante, na configuração do chamado capital financeiro, a essência do processo imperialista examinado por Lênin: “Esta transformação de uma massa de modestos intermediários em um punhado de monopolistas constitui um dos processos essenciais da transformação do capitalismo em Imperialismo capitalista” (Ibidem, 30).

Dado o processo histórico de separação da propriedade e da gestão do capital, da separação entre o capital financeiro e o capital produtivo, o setor bancário

² Para o autor, o processo de integração vertical eliminaria as diferenças de conjuntura e asseguraria lucro mais estável; eliminaria o intermediário; possibilitaria aperfeiçoamentos técnicos que redundariam em lucros mais elevados em relação à empresa não trustificada, e colocaria a grande empresa em vantagem nos momentos depressivos da economia, devido às suas vantagens em termos de custos e preços.

desempenharia a função de supervisionar os interesses de todos os capitalistas. Este controle do capital financeiro sobre o capital industrial seria característica essencial do Imperialismo. Esta separação significaria uma vantagem, a predominância sobre a apropriação de quem vive de rendas e a oligarquia financeira, os bancos. Estes criavam uma rede de controle sobre os monopólios industriais e comerciais, através da propriedade e da emissão de ações, títulos (esses últimos proporcionando lucros elevados quando esses capitais eram aplicados fora do país), da criação de diretorias interligadas dos bancos e de empresas fora do setor bancário, além de lançar seus tentáculos sobre o espaço urbano, provocando a especulação imobiliária. A gestão dos monopólios ficava, portanto, nas mãos da oligarquia financeira, onerando a sociedade em benefício dos detentores do capital financeiro. Significa também “uma situação privilegiada de um pequeno número de Estados financeiramente poderosos em relação a todos os outros” (Ibidem, 58).

São estes Estados poderosos que irão se beneficiar da exportação de capitais. Processo oriundo da gigantesca acumulação de capital advinda das operações do capital financeiro, esse capital excedente, que não tinha mais possibilidade de alocação dentro das fronteiras de seu próprio país, transferiu-se para os países subdesenvolvidos, no intuito de evitar que os lucros do capital financeiro diminuíssem. Portanto, “ao evoluir para a fase monopolista, o modo de produção capitalista conhece um tal crescimento do peso da composição orgânica do capital que desse um limite, um limiar (a taxa de lucro), abaixo do qual já não se pode mais acumular: sobreacumulação absoluta ou relativa” (Palloix, 1972: 84). Ou, nas palavras do próprio Lênin, “A necessidade de exportação dos capitais resulta da ‘maturidade excessiva’ do capitalismo em certos países, onde o capital carece de colocações ‘vantajosas’” (Lênin, 1982: 61). A exportação de capital, assim, levaria ao aumento induzido das exportações de mercadorias. Mas lembremo-nos: ela “não se deduz de um limiar imposto pela taxa de lucro, mas sim de ‘limites’ à acumulação de capital: de onde a exportação deste para o exterior, para os países menos avançados; [ela é] o esteio do Imperialismo no modo de produção capitalista por via dos benefícios retirados dos países menos avançados” (Palloix, 1972:93).

Com a exportação de capital, consoante o autor, surgiram duas divisões do mundo, no estágio imperialista do capitalismo. A primeira divisão do mundo seria entre associações capitalistas, como os cartéis de empresas internacionais ou as grandes

firmas multinacionais (depois de terem se apossado da indústria de seus países e partilhado o mercado interno entre si), acarretando um grau de concentração à escala mundial jamais visto até então. Para levar adiante seu projeto, o capital financeiro trustificado contou com o apoio do Estado para realizar seus objetivos. Mais do que isso: os monopólios privados e do Estado se entrelaçariam, configurando elos na luta Imperialista, porque “o domínio do capital financeiro dependia não só do controle das empresas industriais e comerciais, mas também do controle do Governo” (Hunt, 1982: 395); além disso, consoante Lênin, o objetivo da luta entre os grupos capitalistas não mudará enquanto existir a sociedade de classes. A partilha entre grupos se dá, então, “porque o grau de concentração já atingido os obriga a comprometerem-se nesta via a fim de obterem lucros; e partilham-no ‘proporcionalmente aos capitais’, ‘segundo as forças de cada um’, porque, em regime de produção mercantil e de capitalismo, não poderia existir qualquer outro modo de partilha” (Lênin, 1982: 74).

A questão do controle e da associação com o Governo leva o autor a lançar o recurso da segunda divisão do mundo, entre os Estados capitalistas, reforçando e promovendo a primeira divisão de mundo entre o capital financeiro trustificado. A era das guerras e do capital financeiro trustificado se encontra, portanto, umbilicalmente ligada à partilha pelo mundo, por portos seguros para a aplicação do capital excedente. E que mundo é esse que era partilhado? O mundo conquistado através da política colonial e da política Imperialista do capital financeiro, que reúne em suas mãos

“todas as fontes de matérias-primas, e nós vimos com que ardor os grupos monopolistas internacionais dirigem os seus esforços no sentido de arrancarem ao adversário toda a possibilidade de concorrência, de se apoderarem, por exemplo, das jazidas de ferro ou de petróleo etc. Somente a posse de colônias dá ao monopólio completas garantias de sucesso, face a todas as eventualidades da luta contra os seus rivais, mesmo na hipótese de estes últimos ousarem defender-se com uma lei que estabeleça o monopólio de Estado” (Ibidem, 82).

A essência da luta era o controle do mundo, dos Estados-nação colônias ou mesmo subdesenvolvidos, no caso primário-exportadores intensivos em mão-de-obra, enquanto houvesse a perspectiva de lucros na alocação do capital excedente.

Então, o Imperialismo seria, na definição do próprio Lênin, a fase superior, monopolista do capitalismo, em que a divisão entre a propriedade e a gestão do capital

atinge grandes proporções. Ou seja, representa uma fase particular do desenvolvimento capitalista. Conforme argumenta,

“É o capitalismo chegado a uma fase de desenvolvimento onde se afirma a dominação dos monopólios e do capital financeiro, onde a exportação dos capitais adquiriu uma importância de primeiro plano, onde começou a partilha do mundo entre os trustes internacionais e onde se pôs termo à partilha de todo o território do globo, entre as maiores potências capitalistas” (Ibidem, 88).

Nessa definição está contida a principal crítica que ele faz a um outro marxista (que ele julga pseudo-marxista) Karl Kautsky, para o qual o Imperialismo não seria uma fase do desenvolvimento capitalista, e sim uma política que preferiria o capital financeiro, uma política ligada ao capital industrial e que tenderia apenas para o lado das anexações. Essa definição excluiria a tendência do Imperialismo à violência e à reação e, mais ainda, deturparia a verdadeira natureza do Imperialismo, ligado ao capital financeiro, e não ao capital industrial. Com isso Kautsky separaria política de economia, fazendo com que o capital financeiro trustificado fosse compatível com um comportamento político que eliminaria o monopólio, as anexações e a violência. Esse comportamento levaria “a uma fase de superimperialismo, de união, e não de luta dos imperialismos do mundo inteiro, uma fase sem guerras e em regime capitalista, uma fase de exploração em comum do universo pelo capital financeiro associado à escala internacional” (Kautsky, apud Lênin, 1982: 92-93).

Esse embate que Lênin trava com Kautsky possui como pano de fundo a exclusão da grande maioria dos países do mundo, de suas populações e também do proletariado das nações imperialistas, em prol do desenvolvimento de uma classe que ele chama de rentistas “estranhos”

“à participação em qualquer ato de produção e cuja única profissão é a ociosidade. (...) Monopólios, oligarquias, tendências para o domínio em vez de para a liberdade, exploração de um número sempre crescente de nações pequenas e fracas por um punhado de nações extremamente ricas e poderosas: tudo isso originou os traços específicos do imperialismo que permitem caracterizá-lo como um capitalismo parasitário ou decomposto” (Lênin, 1982: 99-123).

Para superar este sistema que oprime a maioria da população, o socialismo teria que ser instaurado, surgindo no bojo da crise capitalista:

“a produção não mais será dirigida por empresários isolados, independentes uns dos outros e ignorando as necessidades econômicas humanas, mas sim

por uma instituição social. A autoridade administrativa central, capaz de um ponto de vista mais elevado, tomar em consideração o vasto domínio da economia social, irá regulamentá-la de uma maneira que seja útil ao conjunto da sociedade, colocará os meios de produção em mãos qualificadas e velará, nomeadamente, por uma harmonia entre produção e consumo” (Lênin, 1982: 127).

PALLOIX (1972) concorda com os apontamentos de Lênin, mas assinala uma inconsistência em sua teoria, que estaria ligada ao fato de que sua definição de Imperialismo não é conceitual, mas descritiva, pois não incide na natureza econômica do Imperialismo (ligada às contradições do modo de produção capitalista), mas sim nos seus mecanismos – notadamente a exportação de capital, que caracteriza o estágio monopolista do capitalismo. Para este autor,

“Seguindo a lei dos valores internacionais de Marx, (...) A natureza do Imperialismo – ao reinserir-se tal problema na análise leninista – é a negação externa das contradições do modo de produção capitalista, no centro, a qual se traduz por mecanismos diferentes, segundo que se trate da fase concorrencial ou da época monopolista, pela simples razão de que as contradições deste modo de produção já não são determinadas da mesma maneira” (Palloix, 1972: 96).

1.1.6 - Paul Sweezy

Enveredando pelo marxismo para explicar justamente os graves acontecimentos que assolaram o mundo na década de 30, Paul Sweezy foi relegado à margem da discussão sobre as transformações pelas quais passava a economia capitalista. Ser marxista nos EUA em meados do século passado era ser condenado ao ostracismo e, pior ainda, na época do macartismo, à repressão aberta e ao cárcere. Sweezy esteve na prisão devido ao macartismo, mas isso não o impediu de gestar e publicar obras importantes, como *O Capital Monopolista* e a *Teoria do Desenvolvimento Capitalista*. Para nosso intento, o que devemos trabalhar está contido na segunda obra. Para explicar o Imperialismo, Sweezy faz uso de três conceitos explicativos: o de Estado, o de estruturas monopolistas e o de Economia Mundial.

Em sua crítica aos teóricos liberais que definem o Estado como uma estrutura de classes imutável e auto-sustentada, Sweezy se pergunta sobre a estrutura de classes

presente na sociedade, e quais os meios que tornam possível sua reprodução. Refletindo sobre essa questão, chega à conclusão de que o Estado tem papel primordial nesta reprodução, sendo ele fruto das classes que levam vantagem para com um conjunto de relações de propriedade, ele próprio retroalimentando-as e impondo-as. No caso, essas relações seriam baseadas na propriedade privada dos meios de produção, a propriedade capitalista que

“não consiste de coisas – as coisas existem independentes da sua propriedade – mas de uma relação social entre pessoas. A propriedade confere a seus possuidores a isenção do trabalho e o usufruto do trabalho dos outros, e nisso está a essência de toda a dominação social, qualquer que seja a forma assumida. Segue-se que a proteção da propriedade privada é fundamental a segurança do domínio social dos proprietários sobre os não proprietários. E isso por sua vez é precisamente o que se entende por domínio de classe, que é a função primordial do Estado.”(Sweezy, 1983: 190).

Mas também o Estado é de fundamental importância na execução de funções econômicas. Sweezy enumera três princípios básicos que caracterizam o uso do Estado como instrumento econômico dentro da estrutura do capitalismo. O primeiro deles seria de que o Estado age na economia visando resolver problemas criados pelo desenvolvimento do capitalismo. O segundo seria de que, quando os interesses da classe capitalista estão em jogo, existe uma forte tendência para se utilizar o poder estatal livremente. E em terceiro, o Estado pode ser utilizado para fazer concessões à classe operária, desde que as consequências de não fazê-lo sejam perigosas à estabilidade do sistema como um todo.

Em relação ao desenvolvimento de estruturas monopolistas, o autor elenca, para o capitalismo de sua época, as evidências ligadas à crescente composição orgânica do capital, tanto pelo lado do crescimento do capital constante em relação ao variável, quanto pelo crescimento da parte fixa do capital constante, resultando do aumento do tamanho médio da unidade produtiva. Esse aumento poderia ocorrer através da concentração de capital ou de sua centralização.

Quanto ao primeiro aspecto, significa que os capitalistas, ao acumularem de forma a aumentar a quantidade de capital controlada por cada um isoladamente, possibilita uma produção e escala maior. Mas, para explicar pormenorizadamente o

aumento da produção e a tendência à eliminação da concorrência, é necessária a introdução do conceito de centralização, processo que significa a reunião de capitais já existentes, sua modificação e distribuição. Este se dá através das economias de produção e grande escala, tendo como conseqüências diretas o desaparecimento de parte dos capitais menores, com a outra parte passando às mãos das empresas mais eficientes, que assim aumentariam de tamanho; e através do intermédio do sistema de crédito, que age na fusão dos capitais já existentes ou em formação, através da constituição de sociedades por ações. Isto significa ver a centralização “não do ponto de vista da propriedade legal – que pode ser distribuída entre grande número de acionistas – mas do ponto de vista da grandeza do capital sob direção unificada” (Ibidem, 199).

Por fim, ele elenca três efeitos principais desses dois processos, que são o de levar a uma socialização e racionalização do processo de trabalho; de agir para apressar ainda mais as modificações técnicas (no caso da centralização, que ainda por cima é conseqüência direta da crescente composição orgânica do capital e da modificação técnica); e da substituição progressiva da concorrência entre um grande número de produtores pelo controle monopolista dos mercados por um pequeno número destes. As estruturas criadas com esses processos seriam destinadas, então, a aumentar os lucros por meio do controle do mercado.

O conceito de Economia Mundial, quando o capitalismo se desenvolve em suas várias partes, passa a ser inteiramente governado pelas leis do valor, a taxa de mais-valia e a taxa de lucro. As políticas econômicas dos governos, que no período de concorrência era baseada ou no livre comércio (Inglaterra) ou na política de proteção limitada à produção industrial (restante do mundo capitalista), foi substituída pela política do capital monopolista, por uma questão de necessidade sistêmica. Uma vez que este tende a restringir a oferta e, por conseqüência, limitar a utilização de seus recursos internamente, força o capital a buscar uma solução para este problema gerado por sua própria natureza nos mercados externos. Isso é feito tendo como base os lucros obtidos internamente. Ao entrar em outros territórios, ele irá se beneficiar, por causa de seus custos menores de produção em grande escala, das vendas externas. Porém, se vários monopólios trilham esse mesmo caminho ao mesmo tempo, o resultado será recheado por políticas de *dumping*; este resultado não perdurará para sempre, resultando subseqüentemente em um acordo tácito, na formação de um cartel, servindo para estabilizar temporariamente uma determinada situação. Ou seja, o objetivo último do

capital monopolista seria a ampliação do alcance dos produtos monopolizados e a expansão do mercado protegido. O resultado desse processo foi, então, o fortalecimento da política colonial agressiva.

Além disso, a política econômica teria mudado por causa das contradições do processo de acumulação nos países capitalistas avançados, porque “tanto a tendência decrescente da taxa de lucro como a tendência ao subconsumo colocam obstáculos cada vez maiores no caminho da acumulação”. (Ibidem, 231).

Depois de explicitar as características do Estado, das estruturas monopolistas e da política econômica adequada para seu mergulho no cenário mundial, o autor definirá o Imperialismo como um estágio no desenvolvimento na economia mundial, em que: primeiro, vários países avançados se encontram em condições de concorrência, no mercado mundial, de produtos industriais; segundo, o capital monopolista é a forma predominante do capital; terceiro, as contradições do processo de acumulação de capital estão maduras que a exportação de capital é característica marcante das relações econômicas mundiais; quarto, como consequência da última, há grande rivalidade no mercado mundial, levando a uma gigantesca competição e à formação de estruturas cartelizadas; e quinto, a divisão das partes não ocupadas do mundo entre o clube das superpotências. Com pequenas modificações, essa foi a definição dada por Lênin acerca do Imperialismo. Esses antagonismos internacionais do Imperialismo seriam, segundo Sweezy, fundamentalmente antagonismos das classes capitalistas nacionais rivais, pois “como na esfera internacional os interesses do capital são direta e rapidamente traduzidos em termos de política estatal, segue-se que tais antagonismos assumem a forma de conflitos entre Estados e, portanto, indiretamente, entre as nações como um todo” (Ibidem, 235).

As consequências sobre a estrutura econômica e social dos países Imperialistas seriam o nacionalismo, o militarismo e o racismo. O nacionalismo teria sido a expressão da aspiração de unidade econômica e liberdade cultural contra os costumes da época feudal, por parte da classe média, e o militarismo teria sido meio para se atingir esse fim. Mas no período do Imperialismo, o nacionalismo e o militarismo, ao invés de serem utilizados para atingir esse propósito, se transformaram em armas na luta mundial contra grupos capitalistas rivais. Esse nacionalismo viria legitimar o intento dos grupos capitalistas, através do estímulo às massas para aspirarem um ideal que estava longe de corresponder a seus interesses concretos.

As consequências do comportamento militarista para com a economia seriam notórias: em primeiro lugar viria o estímulo ao desenvolvimento de um grupo específico de monopolistas, ligados principalmente à indústria do aço e à de construção naval; em segundo lugar, os gastos militares teriam como função econômica constituir uma força que contrabalançasse a tendência ao subconsumo; terceiro, proporcionaria à classe capitalista como um todo maiores oportunidades de alocação do capital em investimentos lucrativos; em quarto lugar, significaria um aumento de poder do Estado e a ampliação do âmbito de suas atribuições. Essas atribuições estariam ligadas à repressão e concessão (quando vantajosa) à classe operária, à interferência no processo econômico, dando suporte à centralização do capital e ao crescimento do monopólio.

O surgimento do racismo, consoante Sweezy, seria uma justificativa com pretensões de cientificidade surgida desses militarismo e nacionalismo ligados à política imperialista. Esta justificativa não se limitava apenas à justificação da conquista externa, mas também uma maneira de desviar a intensificação dos conflitos sociais, dentro dos países imperialistas, para direções favoráveis a esses últimos. “O acerbamento de antagonismos raciais é um método conveniente de afastar a atenção da luta de classes, que para a classe dominante sempre é infrutífera e perigosa” (Ibidem, 238).

Examinando mais detidamente o impacto do Imperialismo sobre os conflitos sociais internos da sociedade capitalista, ele chega à conclusão de que a classe média funciona como uma espécie de “fiel da balança” para o capital legitimar seus objetivos de expansão e repressão da classe operária. Esses objetivos seriam os de reduzir os salários e aumentar as horas de trabalho em seu próprio país, com vistas a manterem suas posições sem sacrificarem seus lucros. A classe média serviria a seus intentos, pois

“Sem interesses comuns e sem uma base organizacional comum, as classes médias são peculiarmente instáveis, e se apegam facilmente a idéias vagas de grandeza nacional ou superioridade racial (...) A nação ou raça passa a substituir a solidariedade de interesses de classe, que sua posição isolada na sociedade nega às classes médias, e ao mesmo tempo lhes oferece uma forma de fuga psicológica das frustrações da vida diária” (Ibidem, 241).

Por fim, o autor enumera dois limites fundamentais à sobrevivência do Imperialismo. O primeiro viria do desenvolvimento interno desses países, dos conflitos

de classe cada vez mais agudos, o que forçaria a classe trabalhadora a se voltar contra o capitalismo e lutar pela instauração do socialismo.

“o primeiro limite do Imperialismo é resultado de seus aspectos nacional e internacional. As forças cruciais de oposição surgem dentro das nações imperialistas, mas as condições para seu triunfo são estabelecidas pelas guerras de redivisão que constituem uma característica freqüente do Imperialismo considerado como sistema internacional. Essa é a dialética, por assim dizer, do nascimento e crescimento do socialismo.” (Ibidem, 247).

O segundo surgiria das relações entre colônia e metrópole: sob o domínio do Imperialismo, a industrialização avança muito lentamente nos primeiros, não absorvendo no sistema produtivo a população expurgada pela concorrência dos monopólios. As condições essenciais para a melhoria de vida da população, que passaria por modificações no sistema agrário, com redução do número de pessoas que dependem da agricultura, e aumento da produtividade agrícola, dependeriam de uma taxa relativamente alta de industrialização, que não é objetivo do Imperialismo promover. O Imperialismo, então, encontraria seus limites nas suas próprias contradições.

1.1.7 - O Imperialismo está vivo no capitalismo do século XXI?

Seja qual for o ângulo que se adote para discutir essa questão, dado que vamos admitir a hipótese do fenômeno Imperialismo estar presente na contemporaneidade, uma característica parece clara: a de que o fenômeno está travestido com mais uma nova roupagem. Mas que roupagem é essa? Quais são suas formas de expressão?

Já sabemos, por intermédio de Baran, que o capital e o Imperialismo se travestiram em agentes da pilhagem, do comércio e do capital financeiro, este último nos termos hilferdianos³, que tanto Lênin e Bukharin mencionaram. Acontece que, na

³ Segundo Hilferding, “Os aspectos mais característicos do capitalismo ‘moderno’ são os seus processos de concentração que, por um lado, ‘eliminam a livre concorrência’ através da formação de cartéis e trustes e, por outro, envolvem os capitais bancário e industrial numa estreita relação. (...) O capital assume a forma de capital financeiro, a sua expressão suprema e mais abstrata, [sendo este definido como] o capital bancário, isto é, capital em forma de dinheiro, que deste modo se transforma em capital industrial. Frente aos proprietários mantêm sempre a forma de dinheiro, é investido por eles sob a forma de capital monetário, de capital produtor de juros, e pode sempre ser retirado sob a forma de dinheiro.” (Hilferding, 1985: 21, 225).

atualidade, não é o capital monopolista ou financeiro, na lógica hilferdiana, que subsiste como a única forma de expressão do capital na sua busca por valorização. A exportação de capitais, advinda do transbordamento do excedente do capital monopolista, finan1 o capitopolissd5Bocta,j7, não possui(a)Tj0.00312 Tc 0104781 Tw 12 0 0 12 966.79938 698.00

Pois bem, o capital comercial não entra no processo de produção, não produzindo diretamente, tendo que se apropriar do excedente advindo do capital industrial. Como se dá essa apropriação? Comprando-se abaixo do valor da mercadoria e a revendendo pelo seu valor. O capital portador de juros, que é o próprio capital se transformando em mercadoria, adquirindo o valor de uso funcional através de sua transformação em capital, também se apropria do excedente da mesma forma que o capital comercial. A diferença deste para o primeiro está na aceleração do tempo de rotação do capital, de D para D'. Já o capital fictício, que também não entra no processo de produção e se apropria da mais-valia da mesma forma que seus antecessores, não tinha grande relevância na época de Lênin, Bukharin e Luxemburgo, e possui como principal característica a forma de capitalização, como proprietário de um capital, de um excedente que não existe, que está pra ser gerado. Pode ser revendido várias vezes a mais do que seus outros “irmãos” da circulação, fazendo com que o tempo de rotação seja ainda maior.

Com o tempo de rotação das formas de autonomização do capital circulante sendo cada vez maior, a conformação cíclica do capital também se eleva, juntamente à possibilidade de crises. Não estamos dizendo, com isso, que não haja a fusão do capital financeiro hilferdiano com o Estado, na busca de novos territórios para o alocação do capital excedente e a obtenção da mais-valia. Pelo contrário, o poder dos países avançados nas instituições multilaterais continua gigante, assim como a fusão do poder militar com o Estado para representarem as grandes empresas no espaço mundial. Vide o número de bases permanentes americanas espalhadas pelo mundo, para a facilitação da difusão e realização de seus interesses. A questão é que a maioria são bases americanas, sem a concorrência dos alemães, franceses, japoneses etc. Por isso, se tomarmos esse ângulo, pareceria razoável admitir que o Imperialismo esteja a todo vapor nos EUA enquanto que, para os outros países, ele continua latente. Será que este é o Imperialismo pacífico, a que Kautsky se referia, da maneira que é colocada por Lênin (1982)? Pelo que nós já verificamos anteriormente, não.

Portanto, a nível mundial, onde está o *locus* do embate? Está justamente pelo controle dessas formas de autonomização do capital, as formas últimas de seu desenvolvimento e manifestação, em que os EUA levam vantagem por terem ainda o maior parque industrial do mundo, por estarem na dianteira da posse pelas formas de

autonomização e por terem um poderio militar sem precedentes na história do capitalismo.

Apesar de não fazer parte do foco da dissertação, como ficamos nós, os subdesenvolvidos, em meio a esse processo que desenrola no centro do capitalismo mundial e para o qual nós não temos poder de decisão e ação para modificá-lo? A visão da super-exploração da força de trabalho e da transferência de valor dos subdesenvolvidos para os desenvolvidos, em meio à deterioração dos termos de troca, de Rui Mauro Marini, parece estar mais do que nunca presente, indicando que a subordinação econômica perdurará. A sua visão de dependência econômica, como um processo que responde à lógica de acumulação global através da produção de valores na periferia que são apropriados no centro, responderia com louvor aos ditames do Imperialismo. Em meio a isso, inserir-se-iam as perspectivas da classe dominante, que está de posse do capital (quanto ao investimento nas áreas subdesenvolvidas), e o Estado coercitivo capitalista. Nas palavras de Baran,

“compreende-se prontamente de que espécie devem ser os governos dos países subdesenvolvidos para garantirem a tais investimentos a hospitalidade que exigem. Não é também difícil perceber que classe de regime e que qualidade de forças políticas e sociais devem ser estimuladas e amparadas nos países subdesenvolvidos pela ‘diplomacia total’ e pela aplicação de ‘medidas mais diretas’, a fim de que se crie, nas regiões ricas em matérias-primas, o ‘tipo correto de ambiente’ para o capital estrangeiro” (Baran, 1984: 181).

A seguir, então, vejamos as outras diferentes formas de expressão do Imperialismo, situadas em outros níveis de abstração.

1.2 - Hegemonia e Imperialismo

Os autores a seguir tratam da questão da Hegemonia e do Imperialismo na contemporaneidade. Nosso interesse está em recuperar tais contribuições, com vistas a subsidiar uma abordagem sobre as especificidades sistêmicas que se revelam de um sistema liderado pelos EUA sob distintas roupagens: geopolítica, institucional, político-militar. Entendemos ser esse um passo necessário com vistas o chamado embate entre

essas esferas e a esfera econômica, tendo claro, desde logo, tratar-se de uma divisão de cunho analítico, pois elas se interconectam e se interpenetram.

1.2.1 - Robert Brenner

Ao se perguntar se estamos diante de um novo Imperialismo, distinto do aventado pelos teóricos clássicos, Brenner encontra a barreira da evidência de uma ruptura com o “estilo” de intervenções, da política externa americana, no período 1945-2000, pois “(...) ainda que no despertar de uma década de agressões externas no período pós-Guerra Fria, ninguém seria capaz de prever a campanha de múltiplas intervenções, derrubada em série de regimes, a colonização temporária e a ameaça transglobalizadora – para não falar do menosprezo dos aliados – que a aventura iraquiana pretendia detonar” (Brenner, 2004: 20).

Até o ano 2000, a política externa americana emanaria dois objetivos, que estariam ligados: primeiro, o fortalecimento do modo de produção capitalista, a garantia da propriedade, e da necessidade de expandir os territórios sob a égide desse sistema, de um lado. Este teria sido realizado por meio de múltiplas intervenções realizadas durante décadas, visando também eliminar os movimentos e os regimes anticapitalistas mais antigos (ou seja, seus objetivos geopolíticos e econômicos). Segundo, e de outro lado, garantir e gerenciar o funcionamento da acumulação de capital em escala global, promovendo os interesses das transnacionais norte-americanas e eliminando barreiras ao seu funcionamento. Para isso, utilizaram o velho preceito - aliado à exibição do potencial militar - de que democracia mais liberdade conduziriam rapidamente ao crescimento e ao desenvolvimento desses países. Instituições como o FMI tiveram grande papel ideológico nesses acontecimentos.

Essa forma de intervenção/postura americana foi funcional para subjugar os europeus, em meio ao posicionamento estrutural destes últimos. Enquanto os EUA faziam o papel de polícia internacional, os europeus tentavam manter a competitividade internacional de suas empresas face a uma custosa legislação trabalhista ligada ao *Welfare State*. Além disso, cumprindo à risca essa política externa, esmagaram forças revolucionárias na América Central, sudeste africano e praticamente obrigaram chineses e os países do leste europeu a tomarem o caminho capitalista e a buscarem melhores

relações com os EUA, sendo uma das expressões dessa busca a crescente abertura ao capital estrangeiro.

Uma vez que os EUA, através de sua política externa, teriam conseguido garantir a propriedade e as prerrogativas capitalistas, orientariam sua política externa para a abertura dos mercados, para o processo de reestruturação financeira e para a pressão pelo desmantelamento do *Welfare State*. Isso porque o custo desse tipo de política externa seria inúmeras vezes menor do que o custo de uma intervenção militar direta, que poderia ainda por cima incitar uma reação contrária a esta política/atitude. Por isso, então, eles teriam lançado mão de dois instrumentos: “o controle sobre os empréstimos internacionais através do FMI, e sobre o acesso ao enorme mercado norte-americano. Estes constituíram instrumentos poderosos, especialmente quando utilizados nas condições de crise que cada vez mais atingiram os países em desenvolvimento a partir do final dos anos 70” (Brenner, 2004: 25). Com isso eles puderam impor condicionalidades, através de instituições multilaterais como o FMI, Banco Mundial e OMC, no período da crise da dívida dos anos 80 e na crise do sudeste asiático, forçando uma maior abertura das economias tanto do ponto de vista da conta corrente quanto da conta capital, se estas quisessem continuar tendo acesso à economia norte-americana.

Mas, então, o que explica a ruptura com esse padrão pela administração George W. Bush? Segundo o autor, foram as aspirações e formulações de um grupo político que estava, desde o fim do governo Reagan, tentando voltar ao poder; estes encontraram brechas para voltar à tona a todo vapor, utilizando das formulações que já estavam prontas e só necessitavam de adaptação ao século XXI. Contudo, eles precisavam de argumentos que corroborassem/legitimassem sua estratégia expansionista. O bloco Soviético, a China e os movimentos de libertação dos países subdesenvolvidos já haviam sido derrotados. Então, esses formuladores da política externa dos EUA “(...) estão diante de objetivos que são demasiadamente abstratos e universais – ‘imperialismo democrático’ numa escala global – e a serviço dos grupos de interesse que são excessivamente paroquiais – os propósitos expansionistas da direita israelense, as companhias produtoras de petróleo e o complexo industrial-militar” (Brenner, 2004: 29). Esse “imperialismo democrático” dos EUA não seria factível, por provocar uma situação de profunda dependência desses regimes repressivos autoritários espalhados pelo mundo, que garantem a propriedade capitalista e as oportunidades de investimento.

O autor também nos lembra que não se pode associar essa nova ofensiva pura e simplesmente ao acesso de mercados de petróleo privilegiados, ou mesmo à ação das companhias que viriam a explorar o mercado petrolífero durante o pós-guerra. Essa ofensiva seria posta em prática através de uma premissa não-declarada, de que o poder militar pode ser empregado com sucesso para se atingir qualquer objetivo, junto às prioridades econômicas internacionais dos governos George Bush e Bill Clinton para abrir à força as economias nacionais ainda restritas, aniquilar os estados de bem-estar, pressionar para baixo o nível dos salários e auxiliar as corporações norte-americanas nas suas lutas de concorrência no mercado mundial.

Em segundo lugar, dada a volta dos neoconservadores e dos neoreaganistas ao poder nas eleições de 2000, os atentados de 11 de Setembro de 2001 tornaram sua política externa factível em termos eleitorais. Mais do que isso: eles jamais teriam se decidido em invadir Iraque e Afeganistão se esta campanha internacional não oferecesse a perspectiva de enormes ganhos internos.

“A adoção e a evidente resiliência do programa internacional de Cheney – Rumsfeld – Wolfowitz deriva do imenso potencial da ‘guerra contra o terrorismo’ para propiciar vitórias eleitorais do Partido Republicano, colocando no topo da agenda da política interna o programa de extrema direita pró-capitalista, que por si mesmo teria pouca ou nenhuma chance de obter aprovação nas eleições, (...) com o seu programa extremamente pró-empresarial.” (Brenner, 2004: 33).

Esse programa extremamente pró-empresarial, com apelo ao capital, foi desenvolvido, consoante o autor, na tentativa de dar uma resposta ao fato do programa neoliberal ter falhado no seu objetivo de repor as taxas de lucro dos ciclos econômicos das décadas de 80 e 90, de dar um fim ao declínio e estagnação da economia, que foi o objetivo central de sua implementação.

1.2.2 - Atílio Boron

Atílio Boron (2004) chama a atenção para o fato do neoliberalismo ter conseguido influir de forma decisiva na agenda teórica e prática das forças sociais, as

organizações de massa e os intelectuais contrários à sua hegemonia, configurando umas das características mais marcantes de sua vitória ideológica. E conseguiu isso através de uma hegemonia sem precedentes no campo das idéias, até entre intelectuais marxistas, sendo seus principais expoentes Hardt & Negri (2000) e Holloway (2001). Quanto aos primeiros, seu objetivo seria fundamentar, nas novas condições do capitalismo do século XXI, as formas de luta e as estratégias que poderiam ser mais adequadas à consecução destes fins. Eles não teriam deixado de lado a necessidade de se avançar para a construção de uma sociedade pós-capitalista, mas propõem, conforme assinala Boron, uma análise equivocada da situação atual, com um discurso compatível com o neoliberal dominante. Estariam comprando, sem se dar conta, o arsenal ideológico da burguesia e do Imperialismo em seu conjunto, pois para estes é

“(...) imprescindível potencializar o caráter fetichista da sociedade capitalista e ocultar o máximo possível sua natureza exploradora, injusta e desumana (...) Esta é, precisamente, a missão ideológica do saber econômico convencional, onde a política e a eticidade de toda a vida econômica se diluem nos meandros do formalismo, do modelismo e do pseudo-rigorismo matemático” (Boron, 2004: 86).

Hardt & Negri, então, lançam mão do conceito de contrapoder, para explicar uma evidente crise terminal do Estado-nação. Aquele seria constituído pela resistência, insurreição e pelo poder constituinte; contudo, com o advento da pós-modernidade, se reduziria apenas à insurreição, que seria apenas uma quimera ilusória decorrente da presença de um grande número de Estados Nacionais existentes no Globo. Isso explicaria o fato de que qualquer insurreição estivesse fadada a se transformar em uma guerra internacional crônica, que acabaria por solapar as próprias bases sob as quais erigiu a insurreição vitoriosa, transformando-se em um regime militar permanente. Além disso, se na sociedade moderna a insurreição é uma guerra dos dominados contra os dominadores, na sociedade pós-moderna a insurreição tende a ser global e ilimitada, na qual os explorados e os exploradores então dissolvidos em uma sociedade sem estruturas, assimetrias e exclusões.

Contudo, segundo Boron (2004: 88),

“O fato de que uma insurreição popular precipite uma importante contra-ofensiva internacional convocada para assegurar a submissão e o controle

dos rebeldes, com um leque de políticas que vão desde o isolamento diplomático até o genocídio dos insurretos, este fato demonstra precisamente que em tal situação não há nada de ‘ilusório’, mas sim algo muito real, e que as forças imperialistas reagem com a sua reconhecida ferocidade diante do que consideram como sendo uma inadmissível ameaça a seus interesses”.

Já no caso de Holloway, as relações de poder são dissolvidas e erradicadas, pra sempre, da análise histórica, sendo substituídas pela construção do chamado *anti-poder*, uma nova trama social em que as relações de poder seriam mera lembrança do passado. O *anti-poder* seria manifestação do triunfo da sociedade civil sobre o Estado, fonte de toda e qualquer forma de opressão, em direção à instauração da sociedade comunista. Apareceria como uma questão referente exclusivamente ao domínio político, não vendo ele a necessidade de concebê-lo, sobretudo, como uma questão que se enraíza no solo da sociedade civil, se projetando daí ao plano das “superestruturas políticas”. Todavia, consoante Boron, a análise de Holloway incorreria em três erros principais: primeiro, o de que o mundo aventado por este, o comunismo utópico, não brotava de uma análise científica das contradições da sociedade capitalista; segundo, o apontamento da operacionalidade dissolvível do poder, e os resultados práticos advindos da aceitação desse programa por parte das forças sociais insurgentes; e terceiro, o abandono do projeto de conquista do poder significa se curvar politicamente diante da burguesia, aliado a erros de concepção teórica que não permitem a compreensão do significado do fenômeno poder social.

Para Boron, Hardt & Negri, assim como Holloway, abstraem do verdadeiro papel do Estado aventado pelo neoliberalismo nas últimas décadas e do aumento de seu tamanho, e não diminuição,

“(…) no sentido de assegurar a perpetuação das relações capitalistas de produção: o seu papel como organizador da dominação dos capitalistas e como astuto desorganizador das classes subordinadas, [que se acentuou] nos últimos tempos (...) O capitalismo contemporâneo promove uma cruzada teórica contra o Estado, enquanto que no plano prático não pára de fortalecê-lo” (Boron, 2004: 103).

1.2.3 - Ana Esther Ceceña

Cientista mexicana de formação “marxista”, Ana Esther Cecenã discute Imperialismo e hegemonia elucidando/expondo as interconexões e interpenetrações entre as esferas econômica, política, cultural e militar. Para a autora, nessa fase da liderança sistêmica americana, a esfera militar é o eixo ordenador, que dá coesão ao sistema de acumulação de capital.

A hegemonia e liderança globais estariam ligadas às esferas (Cecenã 1994, 1997): primeira, econômica, contemplando a escala de utilização e geração de recursos produtivos, a superioridade tecnológica e o grau de produtividade do trabalho alcançado, a capacidade para fixar as modalidades gerais do processo de trabalho, e a primazia da esfera produtiva sobre as demais; segundo, o econômico e o cultural como meio de dar a seu modo de vida material uma concepção de mundo de caráter universal; terceira, o militar como regulador e sancionador das regras do jogo; e quarta, o geográfico, o geopolítico e o geoeconômico, que são os espaços de definição da hierarquia dos territórios para a utilização e ampliação das forças produtivas mundiais.

1.2.3.1 - A hegemonia militar, base para a hegemonia econômica

Em tempos de neoliberalismo, de reorganização do trabalho através da busca de novas tecnologias, da revolução nos sistemas de comunicação, da fetichização em alto relevo (ficção com aparência de realidade), e dado que o mercado é insuficiente para garantir o processo de reprodução dos capitais ligados aos Estados-nação mais poderosos (leia-se, em particular, os EUA), a intervenção militar se torna a pedra de toque, o eixo ordenador, de coesão sistêmica, pelos seguintes dois motivos: primeiro, em virtude da insubordinação dos povos, e não dos Estados Nacionais, como ameaça à ordem global vigente. Dentro dessa perspectiva, a assimetria entre os Estados é expressão de uma indisciplina global. Em suas próprias palavras,

"En vez de los conocidos enfrentamientos entre Estados propios de la Guerra Fría, ya suficientemente estudiados y calculados, hoy el conflicto esencial parece haberse desplazado hacia lo que podría caracterizarse como una lucha de clases planetaria que deviene de la incapacidad real del capitalismo de ofrecer una propuesta de vida al conjunto de la población mundial (...) mientras más se desarrolla la tecnología y más se concentra la riqueza, menores son las posibilidades de mantener el proceso de valorización como eje organizador de la sociedad y el recurso a mecanismos coercitivos se hace

indispensable (...)La guerra es antes que nada un disciplinador. Disciplinador de mercados, de competidores, pero, sobre todo, de inconformes, de irreverentes, de rebeldes. Pero al tiempo que modifica la geografía, la economía y la política mundiales, la guerra desata, inevitablemente, las fuerzas de la resistencia. La visión militar del campo de batalla se impone entonces como regla de relacionamiento social y, dentro de ésta, la asimetría como expresión de una indisciplina multidimensional." (Cecenà, 2004: 10)

O segundo motivo: quando os componentes da reprodução global e do desenvolvimento de novas tecnologias estão fixos no território, a instauração de uma nova territorialidade é condição indispensável da construção e manutenção da hegemonia. Isso ocorre porque

"La necesaria vuelta al territorio como espacio de definición de la competencia, con base en el acaparamiento de recursos, así como las estrategias de regionalización productiva, laboral y comercial, apelan a una creciente intervención de lo militar como criterio de ordenamiento geográfico y estratégico general y como práctica contrainsurgente contra aquéllos que, poseedores –o desposeídos- y con una concepción sobre los modos de uso del territorio y sobre su importancia simbólica, se resisten a cederlos." (Cecenà, 2004: 11)

Neste contexto, os critérios e objetivos hegemônicos que podem aparecer sob a chancela da esfera militar são: a) a visualização da concepção das relações internacionais em termos estratégicos. Os chamados "consensos" se construiriam com a esfera militar sempre em contato com a realidade objetiva. A política seria seqüestrada por razões de segurança, e seus meios provêm de um suporte tecnológico que possui a qualidade de reforçar o papel do *hegemon* no sistema global; b) recondicionamento do espaço para garantir as condições gerais e particulares da manutenção da hegemonia, ou seja, criação de um ambiente internacional favorável, e a concentração tanto de riqueza quanto de poder, garantindo uma rede global militar em que se possa ter o controle geopolítico, geoeconômico e geoestratégico do globo; c) esfera da prevenção: possibilidade de atuar até mesmo diante de uma longínqua ameaça potencial. Isso é feito através do desenvolvimento de uma rede de inteligência militar que aniquile dissidentes, tenha capacidade de identificar os perigos e conhecer seus limites. Em suas palavras "La prevención consiste en actuar antes de que el enemigo exista, en impedir que se forme, en encontrar el modo de usar al enemigo y en mantenerlo observado en todo momento y

en todo lugar, es decir, en la creación del panóptico, para paralizarlo, controlarlo y aprender de sus propias estrategias de lucha." (Cecenã, 2004: 11)

A única nação que preenche esses quesitos, que é capaz de projetar seu poderio militar para além de suas fronteiras, promovendo ações militares de grande envergadura, são os EUA. Sob os mantras

"Proteger la soberanía, el territorio y la población de Estados Unidos; prevenir la emergencia de hegemonías o coaliciones regionales hostiles; asegurar el acceso incondicional a los mercados decisivos, a los suministros de energía y a los recursos estratégicos; disuadir y, si es necesario, derrotar cualquier agresión en contra de Estados Unidos o sus aliados; garantizar la libertad de los mares, vías de tráfico aéreo y espacial y la seguridad de las líneas vitales de comunicación" (Cecenã, 2004: 11),

eles conseguem dominar todos os espaços, todas as dimensões da vida, sem dar chances para os inimigos, reais ou potenciais, dissuadindo qualquer iniciativa que conteste seu poderio no sistema de reprodução global. Isso faz com que

"La guerra y sus sentidos propios, sus explicaciones del mundo, se apropian del sentido común en todas las esferas y utilizan todos los mecanismos: económicos, culturales, simbólicos, militares. La producción de un imaginario bélico sustentado en el antagonismo de origen de la sociedad capitalista y difundido ampliamente por el sistema mediático se convierte en consenso asumido pero no necesariamente construido. Es un sentido común no generado por la comunidad que, sin embargo, previa validación mediática, es asimilado por buena parte de ella y reproducido microcósmicamente." (Cecenã, 2004: 13).

Isso leva a autora a dizer que estamos sob a égide de um Estado de exceção permanente, o que ela chama de totalitarismo moderno, e que não há, sob esse prisma, possibilidade de construção de uma esfera recheada pelo coletivo porque os outros povos, principalmente aqueles que não são "amigos" dos EUA, são tachados como potenciais delinquentes, traficantes, terroristas, ladrões, rebeldes, e estão sempre na mira de intervenções que visam minar a soberania e aniquilar qualquer início de tentativa alternativa que viceje juntamente com o ideal civilizatório (princípios de igualdade) propugnado por eles.

1.2.3.2 - A hegemonia e a liderança globais visualizadas sob o prisma econômico

Tendo em vista o rompimento das fronteiras sociais, espaciais e tecnológicas do processo de valorização de capital num passado recente, fiel à importância da superioridade militar na gestão da esfera econômica em conjunção com o fato do desenvolvimento das forças produtivas gerar e ser auto-reforçada pela dinâmica bélica no controle do mundo, a hegemonia econômica, ou a capacidade de liderança econômica, consoante a autora (Cecenã, 1995) estaria referida a uma articulação completa dos níveis de gestão social, a fim de converter suas regras e determinantes em substrato de validade universal, inescapável e inabalável (aqui refere-se à liberação de seus tentáculos para as esferas militar, política, ideológica e cultural). Essa liderança repousaria na capacidade para determinar um paradigma tecnológico, sob o qual estaria assentada a reprodução material global, ensejando a possibilidade de difusão generalizada deste padrão tecnológico por todo o sistema, para a apropriação da mais-valia gerada pela sociedade mundial, internas às relações de subordinação daí decorrentes.

A autora propõe, então, para definir o conceito de hegemonia mundial, que compreendamos o que significa estratégia, ou melhor, o que é o “economicamente estratégico”. Ela considera o “estratégico” a produção de tecnologia de ponta e a produção dos elementos básicos para a reprodução material do aparato produtivo e a força de trabalho. Que elementos são esses?(Cecenã, 1994). Podemos sintetizar como a missão histórica que o capital tem de desenvolver as forças produtivas e apropriar-se da mais-valia extraordinária; de ser a fronteira no qual se expressam seus limites de apropriação técnica e supremacia militar; uma questão mais de fundo: maior importância do valor para com o valor-de-uso, no processo de reprodução social; o processo de reprodução do capital sendo garantido pelo controle da reprodução da força de trabalho; as fontes de energia para colocar a maquinaria, produto da tecnologia de ponta, em movimento. Isso perfazeria uma simbiose entre a esfera da produção econômica estratégica e a estrutura tecnológica: o núcleo estratégico da produção seria as indústrias de bens de produção (ligadas à tecnologia de ponta), meios de comunicação correspondentes, fontes de energia e matérias primas para revolucionar esta estrutura tecnológica.

Após desenvolver esses conceitos, ela chega ao conceito de hegemonia (econômica): esse seria a capacidade de transformar características, sistemas e visões de mundo particulares em gerais, se referindo à capacidade de impor, seja por métodos violentos ou consensuais, suas diretivas tecnológicas como o modelo a ser seguido. Esta capacidade implica a expansão de seus tentáculos para as esferas militar, cultural, ideológica. Daí a importância do que é economicamente estratégico para perpetuar a liderança econômica mundial:

“Cuando nosotros hablamos de lo estratégico, particularmente de lo económicamente estratégico, estamos buscando las bases materiales de la supremacía mundial, sea que se piense en la capacidad de liderazgo de sus agentes individuales o colectivos; la persecución del liderazgo o hegemonía económica deviene de la necesidad impuesta por el proceso de valorización de propugnar permanentemente por la obtención de plusvalor extraordinario. Son las condiciones de vanguardia, los espacios de la revolución técnica capitalista, los que dirigen el desarrollo de las fuerzas productivas con base en su facultad de aventajar al conjunto, pero también la de arrastrarlo, determinando las bases fundamentales del patrón tecnológico general.” (Cecenã 1994: 32, 33)

Como a própria autora afirma, a questão da hegemonia deve ser abordada tanto do ponto de vista dos agentes individuais (empresas) quanto coletivos (Estado-Nação). Do primeiro ponto de vista, ela se rege pela supremacia tecnológica da empresa, dada pela sua organização produtiva na busca pela mais-valia extraordinária, enquanto que do ponto de vista geral, ela passa por um processo de reconhecimento e validação social, transcorrendo pela intermediação econômica do mercado e pela intermediação social do Estado. Este último teria a função de melhor “distribuir” a propriedade do capital,

“(…)para lo cual estimula su centralización con una nueva política económica de privatización y libre competencia que *aceita* las grandes fusiones entre las principales empresas capitalistas.” (Cecenã, 1995: 27, 28). [Mas ela não deixa de considerar o Estado-Nação como sujeito da hegemonia, quando diz] “El estado se constituye como síntesis de los diferentes niveles de expresión social y de las diferentes contradicciones de clase, como elemento cohesionador de la sociedad atomizada, y, por tanto, sólo el estado puede presentarse como portador de un proyecto social global, que busca articular a la *sociedad mundial* (...)el sujeto de la hegemonía es el

estado nación, aunque ésta se construya fundamentalmente sobre la base del liderazgo económico que impulsan sus capitales.” (Cecenã, 1995: 3).

A liderança econômica dos capitais individuais, então, estaria ligada à supremacia econômica de uma nação. Quanto ao sustentáculo/manutenção da hegemonia, estaria vinculado

“(…)en la capacidad de apropiación (producción o control) de los recursos básicos para la reproducción general de la sociedad, sobre la base de las relaciones de producción y el patrón tecnológico general vigentes, tanto como en la capacidad para revolucionar las condiciones de la producción desde el punto de vista tecnológico y generar plusvalor extraordinario. [Ela] expresa la relativa invulnerabilidad del líder (o líderes) frente a una vulnerabilidad creciente y deliberadamente fomentada del resto del mundo.” (Cecenã, 1995: 35, 36).

1.2.4 - Ellen Meskiens Wood

As idéias da historiadora econômica marxista Ellen M. Wood (2004), para quem “Pensar em alternativas futuras ao capitalismo exige que exploremos concepções alternativas de seu passado” (Wood, 2001: 7), são de suma relevância para o que estamos instigados a investigar. Para a autora, os EUA são o primeiro Estado-nação da história a impor sua hegemonia por meios econômicos, o primeiro império verdadeiramente capitalista, diferentemente dos impérios anteriores, que o faziam através do domínio político, jurídico e militar. Afirmando isto, ela se pergunta porque então os EUA tentam hoje conseguir levar seu projeto imperial ao limite através do poder militar. Para responder a essa questão, ela faz uma sinopse da natureza do poder capitalista, afirmando que no modo capitalista de exploração, esta se dá pela mediação econômica do mercado, com os trabalhadores vendendo sua força de trabalho em troca de um salário, e não através do poder coercitivo direto, de modo que é esta natureza específica da dominação de classe no capitalismo que a diferencia das outras formas. A partir daí, então, o capitalismo criou sua nova forma de hegemonia imperial, fazendo com que

“Da mesma forma que a exploração de classe capitalista, esta forma capitalista de exploração reside não tanto na coerção direta, mas na dependência dos atores econômicos no mercado e na capacidade do poder imperial de manipulá-lo, (...) sendo que boa parte do trabalho do imperialismo pode ser realizada pelas operações de mercado, por meio do controle dos sistemas financeiros, da dívida etc” (Wood, 2004: 53).

A partir daqui, segundo a autora, se explicita a natureza da relação entre poder político e poder econômico. Um sistema em que, dada a presença de imperativos puramente econômicos, é a única forma social que consegue ativar o poder da exploração e da acumulação para além dos limites da dominação política ou militar. Contudo, o capitalismo não consegue nada sem o apoio do poder extra-econômico. Ele tenta se livrar deste poder extra-econômico, mas ao mesmo tempo o requer: “Precisa de uma elaborada, estável e previsível ordem legal, política e administrativa. (...) Em outras palavras, as mesmas características que capacitam o capital a estender seu poder econômico para além do Estado-nação são as características que o fazem dependente de algo semelhante como o Estado moderno” (Wood, 2004: 54). É com esta linha de pensamento que ela irá combater a idéia de que, neste período em que vivemos, o Estado-nação teria se tornado irrelevante. Em seu caso particular, ela critica dois autores, Michael Hardt e Antonio Negri (2000, 2002). Para estes, a expansão do capital global estaria sinalizando para um novo tipo de soberania, dado por uma série de organismos nacionais e supranacionais de dominação, que eles chamam de Império, em que a dificuldade dos Estados nacionais em lidarem com mudanças econômicas e culturais seriam o maior sintoma de seu declínio e do surgimento do Império.

Para a autora, contudo, os principais instrumentos de governança global continuam sendo os Estados Nacionais e que, portanto, o imperialismo atual dos EUA é, na sua essência, uma ordem econômica global constituída e administrada por um sistema de múltiplos estados locais. Até por isso, a globalização da economia como forma de imperialismo necessita da fragmentação das economias, se constituindo em torno de estados nacionais. E o poder militar seria a ferramenta que garantiria que os EUA mantivessem seu poder global avassalador, e seria executado principalmente com fins intimidatórios, baseado no que ela chama de “efeito demonstração”, que é a exibição de sua supremacia militar com regularidade, justamente pelo fato dos EUA não poderem estar em todos os lugares do globo ao mesmo tempo, e por que não podem estabelecer, por meio de uma guerra constante, um sistema de estados subservientes. Isso seria explicado pelo fato de que as superpotências precisam umas das outras

enquanto mercados e fontes de capital, fazendo com que a hegemonia imperial no mundo do capital global seja dependente do controle dos competidores, por meio do poder intimidatório, sem entrar em guerra com eles.

1.2.5 – Teorias do Sistema-Mundo

O conceito braudeliano de economia mundo estaria ligado ao tempo longo e estrutural na constituição dos mercados e da economia capitalista européia, à longa duração das estruturas econômicas e à sua definição do capitalismo, oposta à economia de mercado, único local onde o dono do dinheiro se encontra com o dono do poder político. A partir daí, Braudel (1995) desenvolve a idéia de que no centro das economias-mundo se encontra sempre um Estado líder, que possui relações umbilicais com o dono do dinheiro, servindo esta relação para catapultar sua força e poder. Ele também teria desenvolvido a idéia de que os Estados e suas vontades políticas tiveram papel decisivo na constituição dos próprios mercados e das economias nacionais que nasceriam na França e na Inglaterra, resultado da resistência à dominação mercantil e financeira da Holanda.

A categoria ‘sistema-mundo’, desenvolvida um pouco mais por Wallerstein (1987), remete ao século XVI, e refere-se a dois universos: o primeiro em que seus membros são dotados de um sistema político único, e o segundo, os dotados de uma só economia, todavia possuidores de vários sistemas políticos (caso clássico do capitalismo europeu a partir do século XVI, época do desenvolvimento pleno da economia de mercado). Esse sistema seria constituído por uma semiperiferia (leste europeu), um núcleo central (nordeste europeu), e uma periferia, encontrada de início somente no mediterrâneo, que depois se expande para as regiões que viriam a ser colonizadas. Adviria daí um sistema único de divisão do trabalho e com inúmeras jurisdições políticas, que permitiram ao capitalismo encontrar espaço para crescer. O dinamismo do sistema econômico seria claramente dependente desta multiplicidade de jurisdições políticas.

Arrighi (1994) se inscreve na mesma abordagem histórica, mas em sua análise existe mais proximidade entre o dinheiro e o poder político. Em seu trabalho (*O Longo Século XX*), ele compara etapas e processos do sistema capitalista como um todo, no

decorrer de seu desenvolvimento. Para tanto, trabalha com o conceito de ciclos sistêmicos de acumulação, ligados ao alto comando do capitalismo global, a fim de comparar etapas e processos do capitalismo global como um todo, em diferentes estágios de desenvolvimento, para chegar à conclusão de que o ciclo sistêmico sob liderança dos EUA estaria em uma crise terminal. Ele começa fazendo menção à interdependência da criação de um sistema de Estados Nacionais, de um lado, à formação de mercados, de outro, e à formação de um sistema capitalista mundial, com as eras do capital financeiro sendo fenômenos recorrentes desde a gênese do capitalismo. E essas expansões financeiras (com diversas etapas) são comparadas, ao longo do livro, correspondendo à fase final, de maturidade de um ciclo sistêmico de acumulação, sendo que a constatação de sua existência leva-o a dividir a composição do capitalismo histórico em quatro ciclos: genovês, holandês, britânico e americano. Cada ciclo sistêmico seria composto de uma fase de expansão material (DM), em que o capital colocaria em movimento um número crescente de mercadorias, e uma fase de expansão financeira (MD') em que, usando terminologia de Marx, o capital deixaria de estar ligado a formas mais concretas para assumir sua forma preferida e a mais abstrata: a forma dinheiro, prevalecendo nestes períodos diversos acordos financeiros. Nesta situação, a acumulação de capital passaria a funcionar não num ciclo D-M-D', e sim D-D'. Na primeira fase do ciclo, o crescimento se dá de forma contínua, e na segunda fase, de forma descontínua.

Ou seja, consoante o autor, deveria haver uma relação mais próxima e ativa entre o poder político e o capital, relação de suma importância para se entender a origem do sistema capitalista e as expansões cíclicas de suas estruturas de acumulação e hegemonia, através dos últimos cinco séculos (ou os quatro ciclos sistêmicos). E quais seriam e como surgiriam os sujeitos que comandariam o processo de acumulação em escala mundial? Estes sujeitos seriam aqueles ligados ao antimercado, o 'verdadeiro lar do capitalismo', aonde quem detém o dinheiro em mãos se encontra e se alia com quem possui o poder político (idéia derivada do trabalho de Braudel). E esta classe capitalista surge da fusão entre Estado e capital, promovendo estratégias e estruturas que organizam a expansão da economia capitalista a nível mundial. O autor atribui papel central às altas finanças na formação e internacionalização do capital financeiro e sua aliança com o poder territorial estatal.

É destacado, então, o papel da competição entre Estados para capturar o capital circulante que, em todos os ciclos sistêmicos, resultou da aliança entre Estados e sujeitos capitalistas. E essa competição entre Estados, por territórios novos para propiciar a expansão da acumulação, aconteceu em todos os ciclos sistêmicos, nas passagens do comando da hegemonia e liderança mundial de uma nação para outra. Nestas passagens, as nações hegemônicas que estavam perdendo seu poder tornavam-se exportadoras de capital, exceto no último ciclo, de expansão financeira sob liderança americana, em que os EUA continuam como importadores de capital e o Japão, que poderia emergir como nova liderança no sistema mundial, tornou-se um mero exportador de capitais nas décadas de 70 e 80, razão pela qual o autor faz uma digressão sobre os motivos que podem ter implicado na não assunção da hegemonia financeira mundial por este país, e os motivos pelos quais ela permanece nas mãos dos EUA. O aumento do poder dos EUA e do seu sistema interempresas estaria sinalizando, portanto, para a diminuição da competição entre os Estados pelo capital circulante, inviabilizando o surgimento de novas potências, quer dizer, mesmo com o Japão liderando a expansão comercial, isto não significou transferência de poder a ponto de estar sendo gestado um novo ciclo sistêmico. A própria expansão comercial japonesa fez o EUA reestruturarem seus padrões culturais e econômicos. Isto, segundo Arrighi, poderia significar que a vida do capitalismo, dada pela sua natureza intrínseca e de suas estruturas, teria chegado ao limite.

Em um outro livro, intitulado *A Ilusão do Desenvolvimento*, o autor divide sua análise em três tipos ideais: o andar superior, o intermediário e o inferior, e deixa transparecer que tão importante quanto a acumulação e a concorrência entre capitais está a disputa entre os Estados. Ao tratar do andar superior, ele deixa pistas no que diz respeito à separação, em seu esquema, do poder interempresas (liderança de poder) para com as relações de poder no sistema interestados. Fazendo alusão aos artigos referentes ao andar superior, em que ele discorre/introduz os chamados ciclos de Kondratieff (e suas fases de prosperidade e depressão/cooperação e competição), vemos nitidamente que, uma vez tendo em mente o advento da Revolução Organizacional do 3º Kondratieff e a vitória dos EUA na 2ª Guerra, este unificou o poder tanto no sistema interempresas quanto interestados, fazendo com que a liberdade de investir além das fronteiras permitisse uma mínima cooperação entre as empresas no mercado mundial. Isto significou a fase expansiva (de prosperidade e cooperação) do 4º Kondratieff, ou os “30

anos gloriosos”, marcados pela tentativa de vários países, principalmente o Japão, de alcançar as vantagens organizacionais das empresas americanas, através do processo inovativo.

Quando o mundo mergulha na crise dos anos 70 e 80, o Japão e o leste asiático, com a nova Revolução Organizacional ocorrida em seu seio, é que dão conta de enfrentar com maior vantagem competitiva a crise, através do sistema de subcontratação em múltiplas camadas, com o que Arrighi explica as características desse sistema e divide seu desenvolvimento em alguns estágios. No último e atual estágio, a China estaria sendo o principal “fator” de expansão. Só que, aqui, ele coloca um problema: apesar de estar parecendo (e por enquanto só parecendo) haver uma mudança de poder geopolítico relativo ao sistema interempresas, o poder do sistema interestados parece estar mais do que nunca nas mãos dos EUA, indicando que essa separação na posse dos poderes poderia conduzir o mundo capitalista a resultados imprevisíveis. Portanto, para Arrighi, não é possível prever se a economia mundial pode se reorganizar em bases capitalistas após o desfecho dessa separação, ou se a China será capaz de tirar o mundo da depressão atual e liderar o sistema rumo a um ciclo virtuoso.

Sintetizando o que é exposto no andar intermediário, podemos dizer que, no seu esquema de núcleo orgânico, semiperiferia e periferia, há pouca mobilidade de um extrato para outro, mesmo para aqueles países que conseguiram se industrializar, pois faltaria um ambiente competitivo que favorecesse o processo inovador. O caso do Japão seria *sui generis*, ligado à uma nova Revolução Organizacional. Já no andar inferior ele discorre sobre a cisão, no pensamento marxista, entre revisionistas e leninistas, que só se modifica com a perda de poder de fogo propiciado pela Revolução Organizacional dos EUA, com a onda de corte de custos e todas as conseqüências a ela associadas (e as crises assolando as instituições ligadas ao operariado).

Contudo, a realidade demonstra que o argumento proposto por Arrighi, de sucessão de ciclos sistêmicos com sua conturbada troca de liderança, em que expansões financeiras significam o começo da queda de uma liderança e o início de outra, que começa a surgir primeiramente com expansões comerciais lideradas por outro Estado-nação (sendo este o candidato natural a novo líder), não está acontecendo na atualidade. Em outras palavras: não está ocorrendo a separação entre o poder militar e financeiro, característico das trocas de ciclos sistêmicos e queda de liderança. Até porque “(...) com relação às grandes ‘expansões financeiras’, não está claro, na história econômica, a

relação que existe entre elas e as crises cíclicas do sistema capitalista mundial, e muito menos com relação às crises hegemônicas do sistema político mundial” (Fiori, 2004: 16). Pelo contrário: os EUA estão com o poder financeiro nas mãos, possuem acesso às redes de informação (e espionagem), têm uma influência brutal sobre os fluxos de comércio, através da influência sobre os organismos multilaterais, e sobre o comércio inter e intra-firmas ao redor do globo, com sua rede de empresas transnacionais ligadas ao poder estatal, além do poderio militar sem precedentes e de deterem grande parte do controle sobre o processo de criação, difusão e apropriação de inovações tecnológicas ao redor do globo. Portanto, é uma hegemonia sem precedentes na história do capitalismo e do sistema interestatal.

1.2.6 – Considerações finais do capítulo

Para o escopo de nosso trabalho, subentendida a idéia de que o capitalismo se alimenta da competição e da guerra, e que surgiu e tem como apoio o Estado Nacional, temos que voltar à década de 70 e buscar pistas para entender **porque**, nos anos 90 e metade da década do novo século, os EUA recuperaram incontestavelmente sua hegemonia em todas as frentes: militar, institucional, econômica, financeira, isso depois do mundo passar por uma expansão comercial nos anos de ouro do pós-guerra, liderada pelos EUA, e logo adiante este país estar perdendo seu poder e sua hegemonia comercial no mundo para o Japão e seu protetorado asiático, porém mantendo sua força como nação financeira poderosa.

Portanto, fará parte de nossa análise a referência ao que garante à superpotência americana seu imenso poder: o controle sobre o movimento do capital global, a forma como a potência imperial o manipula, e sobre as armas (na superioridade militar incontestável existente hoje), ou seja, o controle sobre o sistema monetário internacional e a nova maneira dos americanos tratarem de assuntos geopolíticos (uso deliberado da força), as implicações deste poder para com o sistema interestatal, a natureza e a originalidade deste novo império, em particular a sua abrangência e incontestabilidade, a sua forma peculiar de controle não colonial dos territórios, suas relações com a expansão financeira e com os objetivos e interesses estratégicos dos norte-americanos (leia-se: do capital financeiro e do Estado Nacional). Para fazer esse movimento,

parece-nos que os argumentos de Wood e Cecenã são de suma importância, e mais apropriados do que os argumentos dos outros autores.

Capítulo 2 - As esferas geopolítica-militar, econômica, a natureza e manifestações do poder dos EUA.

2.1 - Política externa e de segurança

2.1.1 – Controle sobre esfera das armas

“O futuro ilimitado e infinito será a era da grandeza americana. No seu magnífico domínio do espaço e do tempo, a Nação de muitas Nações está destinada a manifestar a excelência dos princípios divinos. Terá por assoalho um hemisfério e, por teto, o firmamento constelado de estrelas”.

John L. O’Sullivan. Destino Manifesto.

The Democratic Review – 1845.

De acordo com idéias expostas por Fiori (2001) no prefácio de *Polarização Mundial e Crescimento*, a retomada da hegemonia, da unilateralidade teria começado com a derrota americana no Vietnã, seguida pelos sucessivos reveses da política externa dos EUA durante a década de 1970: a vitória da Revolução Islâmica no Irã; a vitória sandinista na Nicarágua; a crescente presença soviética na África e no Oriente Médio; e, finalmente, a invasão russa do Afeganistão. Um conjunto de humilhações que ajudou a eleger o conservador Ronald Reagan e legitimar seu projeto de retomada da Guerra Fria no início dos anos 1980, seguido da expansão dos gastos militares do governo norte-americano.

Foi nesse momento que teria começado, com o nome de Guerra nas Estrelas, a "revolução militar" que mudou completamente a concepção política e a base estratégica e logística do poder das armas dos EUA. Um breve apanhado sobre as intervenções militares dos EUA no mundo nos séculos XVIII, XIX e XX pode iluminar a questão.

2.1.2 – Histórico

O histórico de invasões, ocupações militares e o patrocínio de grupos pró-americanos em outros países perfaz a história dos EUA enquanto um Estado-nação que está sempre buscando a liderança, o poder e a hegemonia no sistema global. Desde sua fundação, os EUA têm defendido a liberdade e a democracia, a luta pela autodeterminação dos povos no seu país e no mundo, principalmente quando se colocam como o maior exemplo de democracia do mundo. Mas, na prática, têm um histórico extenso de atrocidades, guerras, conquistas, intervenções e ocupações militares, e ainda, a manutenção de governos ditatoriais ‘fantoques’ no mundo todo, financiando ou armando grupos políticos que representem seus interesses no país em questão.

Segundo OLIVEIRA (2002: 2), a própria formação do território norte-americano está manchada do sangue de um milhão de indígenas de diferentes tribos (creeks, choctaws, cherokees, sioux, apaches, chiekasaws, seminolas), todas consideradas ‘inferiores’, que foram expulsas de suas terras e simplesmente exterminadas. A ‘Doutrina do Destino Manifesto’ justificava essa “carga” ao homem branco norte-americano: civilizar outros povos, em especial os chamados povos bárbaros, como os indígenas. As guerras expansionistas começaram com a invasão e anexação do território da Nova França, em 1795 (Tratado do Tennessee). O próximo território a ser anexado foi o da Luisiana, processo esse que se inicia com a contínua invasão e ocupação ilegal por parte dos colonos americanos. Em 1803, usando então de violenta pressão diplomática, os EUA obtiveram do governo francês a cessão deste território por compra.

Alguns anos depois, os EUA focam suas forças para a Flórida, contígua à Luisiana. Como a Espanha, que era detentora deste território, estava fraca por conta da guerra contra a França, o presidente James Madison, que sucedeu a Jefferson, determinara a ocupação militar da Flórida, em 27 de outubro de 1810, com o intuito de “garantir a ordem naquela região. O desfecho aconteceu com a cessão da Flórida mediante o pagamento de 5 milhões de dólares à Espanha, então envolvida em lutas separatistas de suas colônias. Em seguida, através dos meios diplomáticos, os EUA obtiveram da Inglaterra, em 1846, a cessão do território do Oregon, situado ao norte da Califórnia, entre as Montanhas Rochosas e o Pacífico. Em uma grande guerra iniciada em 1845 e prorrogada de 1847 a 1848, contra o México, os Estados Unidos tomaram metade do território mexicano, localizado onde hoje estão os estados do Texas,

Califórnia, Novo México, Arizona, Nevada, Utah e partes do Colorado, Kansas e Oklahoma. Em 1867, os EUA adquiriram por compra o Alasca da Rússia (Nova Inconfidência, 2006).

Essas compras e anexações de territórios pela via diplomática e militar fazem parte de sua política expansionista para compor seu território político-administrativo. Todavia, o ímpeto ligado à necessidade de domínio e influência sobre o globo não pára por aí. Em 1869 invadiram as Ilhas Midway e em 1887 ocuparam Pearl Harbor. Em 1898 os EUA anexaram o Havaí, ocuparam militarmente Cuba, Porto Rico e Guam (estes dois últimos anexados) e invadiram as Filipinas (onde morreram 100 mil filipinos) após uma grande guerra contra a Espanha na qual os estadunidenses saíram vitoriosos e transformaram as Filipinas em colônia. Em 1899 ocuparam o arquipélago de Samoa. Em 1916 os EUA anexaram as Ilhas Virgens.

Juntamente a estas vieram as invasões militares na América Latina (AL). A ocupação da ilha cubana em 1901, que só iria acabar com a Revolução de 1959 e o alinhamento cubano com os soviéticos. Os EUA fomentaram o separatismo na província do Panamá, até então território da Colômbia, onde queriam construir um canal ligando o Atlântico ao Pacífico. Em 1903 ocupam o recém-criado território panamenho para construir ali o Canal do Pana0.0006 Tc 0.0446.g69122 396.25928 Tm(á)Tj12 0 0 1266.1.3322 396.

que colocaram no poder uma nova ditadura que ficou até 1994. Na Guatemala, os EUA apoiaram governos submissos e intimamente ligados e dependentes deles de 1906 até 1944. Derrubaram governos democráticos e implantaram ditaduras militares com intervenções militares em 1954, durando até 1965, e novamente de 1970 a 1985. Durante essas ditaduras, fortemente repressoras, o país passou por grandes conflitos internos, entre o governo ditatorial pró-EUA e terroristas de direita, de um lado, e guerrilheiros de esquerda, de outro, numa verdadeira guerra civil. Teve como trágico resultado cerca de 120 mil mortos, a maior parte civis ou membros da oposição (Franco, 2005; Oliveira, 2002; Blum, 2005).

A Nicarágua foi invadida em 1909; já em 1912, o país foi novamente invadido e transformado em colônia até 1933, quando foi entregue à família Somoza, que o governou até 1979. Em 1980 os sandinistas tentaram implantar um regime socialista mas os EUA financiaram os guerrilheiros chamados “contras” que, junto ao embargo norte-americano, arrasaram a economia do país e permitiram a subida ao poder de um governo pró - EUA em 1990. Saldo da invasão/intervenção: 30 mil nicaragüenses mortos. O Tribunal Penal Internacional condenou os EUA a indenizarem a Nicarágua e a parar com as atrocidades cometidas; contudo, tais decisões não foram cumpridas. Posteriormente a Nicarágua pediu à ONU que votasse uma determinação para que todos os países respeitassem o Direito Internacional e o Princípio de Autodeterminação dos Povos, mas os EUA vetaram.

No México, os EUA realizaram uma intervenção militar em 1914, dando suporte para a ascensão de governos autoritários, que formariam nos anos 20 o Partido Revolucionário Institucional (PRI), que passaria a governar o México como um governo de partido único, mas de fachada democrática, sempre apoiado pelos EUA. Este grupo político permaneceu no poder até o ano 2000. Como resultado, hoje os EUA comandam praticamente toda a economia mexicana, em especial os recursos naturais, como minerais metálicos e o petróleo, sendo que 95% das exportações de petróleo mexicano, hoje vão para os EUA (Blum, 2005).

Na Venezuela, um grande produtor de petróleo já no início do século XX, “(...) os EUA financiaram ditaduras como a de Juan Gomez, que escancarou as portas da

⁴ As datas referem-se ao ano da primeira invasão americana.

economia venezuelana para as empresas petrolíferas norte-americanas de 1908 até sua morte em 1935. Os EUA mantiveram outras ditaduras no país de 1936 a 1945 e de 1949 até 1958” (Oliveira, 2002: 4).

Na América Latina, além de Venezuela e México e as ocupações militares e ditaduras patrocinadas na América Central, os EUA promoveram também governos pseudo-democráticos, que reprimiram violentamente toda forma de oposição. Temos também ditaduras implantadas com apoio dos EUA no Equador, (1963-1968 e 1972-1979), no Peru (1968-1980 e 1992-2001) e no Uruguai (1972-1984). Na Bolívia foram vários golpes e governos ditatoriais nos períodos de 1952-1964, 1965-1966, 1969-1970 e 1971-1982. No Paraguai, além da ditadura de direita apoiada pelos Estados Unidos de 1940 a 1947, o General Stroessner ficou no poder de 1954 até 1989, uma das mais longas ditaduras militares da história.

No Chile, após um curto governo de tendências socialistas, formado pelos social-democratas e socialistas chilenos, que nacionalizou as minas de cobre, o presidente Allende morreu no sangrento golpe de 11 de Setembro de 1973, organizado pela própria CIA e com participação de marines norte-americanos, onde até o palácio presidencial La Moneda e a residência do presidente Allende foram bombardeados. Este golpe marca o início de uma violenta ditadura liderada por Pinochet que durou até 1990, sustentada pelos interesses estadunidenses.

Na Argentina (1966-1973 e 1976-1984), da mesma forma, os militares que dirigiram o país foram responsáveis por milhares de desaparecimentos políticos, casos de torturas, estupros, assassinatos e espancamentos, contabilizando um total de mais de 35 mil mortos, em nome da “defesa da democracia”.

No Brasil, foi organizado um golpe militar em 1964, também com participação e supervisão da CIA, do Departamento de Informação do Pentágono, da embaixada americana e de apoio militar estratégico dos EUA, que chegaram a enviar um porta-aviões, um porta-helicópteros, vários destróieres, esquadrilhas de caças, petroleiros e 100 toneladas de armas leves para apoiar o golpe. A ditadura militar no Brasil durou até 1984, mas somente em 1989, como sabemos, voltaram a ocorrer eleições diretas (Oliveira, 2002: 6).

A repressão e perseguição política, o fim da liberdade de expressão, a censura, além de prisões arbitrárias, desaparecimento de opositores, espancamentos e

assassinatos foram comuns em todas as ditaduras militares implantadas com apoio dos EUA na América Latina, lembrando ainda que as técnicas de tortura empregadas foram das mais violentas e cruéis, muitas delas desenvolvidas inicialmente por militares estadunidenses e aprimoradas pelos militares latino-americanos que receberam treinamento na Escola Superior de Guerra dos EUA ou na sua filial, a Escola Superior de Guerra do Panamá (Oliveira, 2002).

Essas são algumas das ocupações militares e apoios a governos pró-EUA (principalmente governos ditatoriais). Além desses, aconteceram vários outros eventos da mesma natureza, como a invasão à Grécia, com 160 mil mortos, sob a alegação de que a Rússia estava rondando o país e seria perigosa a instauração do socialismo; ou a intervenção na Guerra da Coreia, na qual foram mortas mais de 3 milhões de pessoas, sendo a maior parte de civis. Nesta guerra, os EUA jogaram cerca de 3 bombas para cada habitante da Coreia, fazendo uso de armas químicas e biológicas em grande quantidade (incluindo a hoje famosa bactéria Antraz) resultando em cidades inteiramente devastadas como Pyongyang (Coreia do Norte). O objetivo dos EUA era favorecer as forças conservadoras e reprimir as progressistas (favorecimento das forças conservadoras que haviam colaborado com os japoneses), abrindo espaço para uma era de corrupção e governos brutais (Blum, 2005).

No continente africano, os EUA deram apoio a regimes ditatoriais extremamente violentos, como o *Apartheid* na África do Sul (1948-1994), e financiaram diversos grupos, chamados de ‘paramilitares’, para combater grupos e movimentos socialistas. No Congo (ex-Zaire e atual República Democrática do Congo), os Estados Unidos ajudaram a implantar a violenta ditadura de Mobutu em 1965, ajudando-o a ficar no poder até 1997, o que contribuiu para transformar o Congo em um país arrasado por lutas e disputas internas entre diversos grupos rivais. Na Líbia, de 1981 a 1989, após recusar ser um país aliado dos EUA, aviões estadunidenses derrubaram aviões líbios dentro do que a Líbia considerava seu espaço aéreo. Depois bombardearam o país, matando pessoas, promovendo sanções econômicas e acusando a Líbia de ter colocado uma bomba num avião de uma empresa aérea americana, o PAN AM (Blum, 2005: 7).

Outras ditaduras no continente africano foram financiadas pelos Estados Unidos, como na Libéria (1979-1990), em Malaví (1964-1994) e na Nigéria (1984-1998), ou no Quênia, em que o governo implantado em 1979 permanece no poder até os dias atuais. Os EUA ainda intervieram na Etiópia, onde patrocinaram a independência

da província de Eritreia (1991), localizada em uma região estratégica do “chifre da África”, banhada pelo Mar Vermelho e financiaram guerrilheiros para lutarem contra o governo etíope, quando este se aproximou mais da URSS (Franco, 2005).

Na Argélia, os norte-americanos têm apoiado um violento governo formado por militares. Implantado com um golpe militar em 1992, após a vitória dos islâmicos nas eleições diretas, acabou por gerar uma sangrenta guerra civil entre o governo e os islâmicos radicais, que já deixou mais de 100 mil mortos. Em Angola os EUA financiaram o grupo guerrilheiro de direita Unita, desde os anos 70, em luta contra os socialistas e nacionalistas, mergulhando o país numa violenta guerra civil que prossegue até hoje e transformando Angola num dos países com o maior número de minas terrestres ainda ativas do mundo.

Em Moçambique o mesmo processo se repetiu e os EUA financiaram o grupo guerrilheiro Renamo, contra a tentativa da Frente de Libertação de Moçambique de formar um governo socialista no país. Outros grupos guerrilheiros e terroristas de direita foram financiados, treinados e armados pelos Estados Unidos para lutar contra grupos socialistas ou pró-URSS em Guiné-Bissau, Marrocos, Argélia, Ruanda, Etiópia, Sudão, Somália, Namíbia, Congo e Serra Leoa (Oliveira, 2002).

No continente asiático, os EUA ajudaram a implantar e manter o governo do ditador Suharto na Indonésia (1966-1998), com um golpe militar sangrento (1966) que levou ao poder um governo que matou mais de meio milhão de pessoas, massacrando todas as formas de oposição dentro do país. Ajudaram a colocar no poder o ditador Ferdinando Marcos, nas Filipinas, que governou o país com mão de ferro e muita corrupção de 1965 a 1986, quando fugiu para os EUA com uma fortuna pessoal avaliada em 2 bilhões de dólares. Na Tailândia, os Estados Unidos ainda apoiaram uma ditadura de 1977 a 1983. No Paquistão, sustentaram governos ditatoriais de 1977 a 1988 e apoiaram a ascensão de uma nova ditadura militar em 1990, que dura até os dias de hoje (Franco, 2005). O Timor Leste, pequena ilha situada no extremo leste do arquipélago e que já tinha conseguido a independência por parte de Portugal, é invadida em 1975, pela Indonésia de Suharto. A invasão ocorreu um dia após a saída do presidente Gerard Ford e do secretário de Estado Henry Kissinger da Indonésia, tendo estes concedido permissão para que Suharto pudesse utilizar esse armamento contra os timorenses. A Indonésia estava se comportando como um grande aliado dos EUA no Sudeste Asiático. O resultado disso:

“Amnistía Internacional estimó que en 1989, con el propósito de anexarse por la fuerza a Timor del Este, las tropas indonesias mataron a doscientas mil personas de una población de entre seiscientas y setecientas mil. Estados Unidos apoyó decididamente los reclamos de Indonesia a Timor del Este (contrariamente a las Naciones Unidas y la Unión Europea), minimizando una carnicería de dimensiones escandalosas y proveyendo al mismo tiempo a Indonesia de todo el equipo y entrenamiento que requería para realizar la operación” (Blum, 2005: 7)

Quanto à guerra no Vietnã, essa se configurou como um marco acerca do alcance, dos limites e da operacionalização, da prática do poder americano. Tinha por objetivo controlar o Anel do Pacífico e conter a China, como parte de uma estratégia geopolítica mais geral de domínio global do entorno da Eurásia – isto é, a Europa Ocidental, o Anel do Pacífico e o Médio Oriente. Foi este “entorno” o foco principal das alianças militares globais dos EUA; e foi aqui que os Estados Unidos dedicaram mais recursos ao estabelecimento e à manutenção de uma presença militar. Elas representavam, de fato, as fronteiras do sistema imperialista, no qual os EUA eram a potência hegemônica – portanto as fronteiras de um Império Americano construído de uma forma pouco definida.

Nela, os EUA tomaram conta daquilo que fora uma guerra colonial por parte dos franceses, impediram eleições no país como havia sido estabelecido pelos acordos de Genebra de 1954 e dividiram o Vietnã ao meio, criando um regime fantoche no Sul (Monthly Review, 2005). Em 1962 os EUA começam a apoiar militarmente os capitalistas do Vietnã do Sul na luta contra os socialistas do Vietnã do Norte. Em 1964 invadem o Vietnã, só se retirando em 1972, deixando um saldo de dois milhões de mortos (sendo 1,95 milhões de vietnamitas). Neste processo de genocídio indiscriminado, mais de 70% das vilas do Vietnã do Norte foram destruídas.

Ocorreu que eles não conseguiram sucesso no seu intento. Não conseguiram ganhar uma guerra de guerrilha e, apesar de mais de 2 milhões de vietnamitas mortos, os Estados Unidos foram obrigados, tendo em vista os protestos crescentes de sua população civil e aos sinais de rebelião entre as patentes militares mais baixas, a se retirar da guerra. As distorções no Balanço de Pagamentos americano durante este período, majorados pelos grandes gastos com essa política externa, contribuíram para acelerar a saída do país da arquitetura que configurava o padrão dólar-ouro. Durante décadas após a retirada do Vietnã, a capacidade americana de intervir militarmente ficou severamente limitada por aquilo que os conservadores rotularam de “síndrome do

Vietnã" – ou seja, a falta de vontade da população americana em participar em intervenções militares de grande escala noutros países. Nas palavras de KLARE (2004),

“With the entire U.S. empire in crisis beginning in the 1970s, and with its war machine effectively immobilized due to what conservatives labeled the ‘Vietnam Syndrome’ (the unwillingness of the U.S. population to support military interventions in the periphery), countries throughout the third world sought to break out of the system.” (Klare, 2004: 54)

Assim OLIVEIRA (2002) se refere ao mesmo fenómeno:

“A violência dos soldados estadunidenses é até hoje camuflada pelo governo dos EUA, existindo relatos dos próprios soldados de que eram comuns a tortura, espancamentos, estupros, a mutilação e decapitação de prisioneiros, além do massacre de vilas inteiras, incluindo mulheres, crianças e velhos por supostamente terem dado apoio aos vietcongs (guerrilheiros socialistas do Vietnã do Norte). Dentre os relatos mais estarrecedores, estão os dos soldados norte-americanos que colecionavam orelhas de vietcongs, o que era algo comum em alguns agrupamentos pequenos e uma prática generalizada em grupos maiores como a 173ª Brigada Aerotransportada e os 1º e 14º batalhões da 3ª Brigada da 25ª Divisão de Infantaria, onde o soldado que tivesse mais orelhas bebia toda cerveja e uísque que conseguisse beber no acampamento, sendo considerado “o número 1” do batalhão.” (Oliveira, 2002: 8)

De todas as intervenções, diretas ou indiretas, que os EUA fez e faz ao redor do mundo, os acontecimentos que se deram e dão no Oriente Médio e na região próxima a esse merecem destaque. Durante o período em que o presidente Reagan esteve no poder, foram desenvolvidos novos sistemas de informação que permitiram o melhoramento das condições de controle e comando dos campos de batalha; o desenvolvimento de vetores e bombas teledirigidas de alta precisão e sistemas sofisticados de ataque furtivo, além de novos equipamentos sob comando remoto, que permitiriam, em conjunto, reduzir ao mínimo o risco de perda de soldados americanos. Uma mudança radical no campo da tecnologia militar, cujos efeitos, no campo de batalha e na política internacional só se manifestaram na década de 1990, com as guerras do Golfo e do Kosovo, e no século

XXI, ano de 2002, com maior clareza, com a invasão do Afeganistão e a nova invasão ao Iraque sob a liderança de George W. Bush.⁵

Na guerra do Kosovo, foram 80 dias de bombardeio aéreo ininterrupto do território de Kosovo e da Iugoslávia, sem nenhuma perda humana entre os "aliados" e com a quase total destruição da economia adversária. No caso do Afeganistão, entre 1979 a 1989 financiou e armou grupos guerrilheiros islâmicos anti-soviéticos, origem de grupos como o Talebã ou de grupos terroristas como a Al Kaida, os mesmos grupos que hoje são combatidos como se as frentes de batalha estivessem sendo construídas para enfrentar uma guerra santa (vide o número de vezes que George W. Bush evoca o nome de Deus pra legitimar e motivar sua doutrina das invasões preventivas) contribuindo para jogar o país numa longa e devastadora guerra civil. Em 2001 os EUA começam a bombardear o Afeganistão, sob a alegação de que o regime Taleban fornecia guarita a grupos terroristas como a Al-Kaida, responsável pela derrubada das Torres Gêmeas e que seria um inimigo a ser eliminado a todo o custo, o que justificou dar suporte para a ascensão de um governo que correspondesse ao interesse americano na construção de gasodutos e oleodutos na região, possibilitando o escoamento de petróleo e gás natural da Ásia Central para o Índico. “Esta guerra contra o terrorismo talvez seja uma das quais os interesses econômicos escusos estejam mais evidentes nos últimos tempos, já que os grupos econômicos que mais lucraram com ela são a indústria bélica e a indústria petrolífera, os dois grupos que financiaram a campanha eleitoral de Bush” (Kerr, 2002: 12).

O caso do Iraque também é antigo, remontando um jogo de interesses geopolíticos e geoeconômicos naquela região, relacionado com o Irã. Este último sob o governo de Xá Reza Phalevi, se tornou grande aliado americano após a queda do primeiro ministro Mossadegh, em 1953, quando liderou um movimento para nacionalizar a única companhia petroleira que operava no Irã nessa época. Com a ajuda de EUA e da Inglaterra⁶, aconteceu o golpe que retira Mossadegh do poder (em que, diga-se de passagem, havia sido eleito por ampla maioria no parlamento). O golpe leva o Xá ao poder, dando início a um período de repressão e tortura que se estende por mais de 25 anos e em que se restaura a propriedade estrangeira da indústria de petróleo no

⁵ Trabalharemos melhor o porquê e para quê essas novas tecnologias foram desenvolvidas na próxima seção.

⁶ Que era a nação encarregada de promover a estabilidade na região nessa época, perdendo esse posto quando do fracasso em sua tentativa de retomar o canal de Suez, em 1956, do Egito.

país. A partir daí o Irã, que era (é) grande produtor de petróleo da região, se transformou em grande aliado americano, comprando 50% dos armamentos de exportação dos EUA na década de 70 e cumprindo o papel de polícia no Oriente Médio⁷.

Essa configuração vai até 1979, ano em que o Xá foi deposto e em que o Aiatolá Khomeini, que representava interesses contrários aos EUA, ascende ao poder. Isso leva os EUA a apoiarem o Iraque, municiando o país do “eleito” Saddam com armas e apoiando-o em uma guerra contra o seu antigo aliado, o Irã, que dura cerca de 8 anos (1980-1988). Mas, como a guerra é um grande negócio, o apoio a seu novo aliado não fez com que os EUA deixassem de vender armas ao seu antigo aliado (Kerr, 2002).

Contudo, as “peças do xadrez” se mexem novamente quando da invasão de Saddam ao Kuwait, em Agosto de 1990, outro grande fornecedor de petróleo ao EUA. Mais um aliado torna-se inimigo, com o ataque ao Iraque por uma coalizão de forças liderada pelos EUA e autorizada pela ONU. Quarenta e dois dias de ataques aéreos permitiriam uma vitória terrestre em menos de cem horas, com menos de 150 mortes entre as “forças aliadas” que atacaram o Iraque e cerca de 200.000 mortos entre os iraquianos, sendo a metade deles civis, vítimas dos chamados “efeitos colaterais” das armas de “precisão cirúrgica”. Isso fora as vítimas do embargo econômico que os EUA mantiveram após a 1ª guerra do Golfo.

Em relação à segunda invasão ao Iraque em 2003, o tempo necessário para a vitória foi ainda menor, configurando uma nova “roupagem” de guerra, baseado em “invasões preventivas” ao território inimigo. Do início da invasão até a tomada do governo em Bagdá, o tempo foi curto, e as baixas mínimas. As forças militares americanas e de seu aliado bretão, em menor número do que o exército americano, no entanto tiveram e estão tendo dificuldade maior em manter o poder sem sobressaltos, tendo em vista os inúmeros ataques de guerrilheiros que causaram um número inúmeras vezes maior de mortes do que aquelas necessárias para a invasão. Além disso, os EUA, além de experimentarem *in loco* novos armamentos e táticas militares que, eventualmente, podem ser utilizados em futuros conflitos militares, tanto no próprio Oriente Médio quanto em outras regiões do globo, deram um passo importante para estabelecer o controle das rotas comerciais e de comunicação entre a Europa e o Extremo Oriente, bem como possibilitou aos norte-americanos uma excelente posição estratégica para deliberadamente influir no Irã, inimigo declarado pós-queda do Xá

⁷ Ver Torres Filho (2004)

Phalevi. Os EUA, diga-se de passagem, já contra-atacaram o Irã em 1979 mesmo, congelando os depósitos iranianos nos bancos norte-americanos, após a invasão de sua embaixada naquele país (Teixeira, 2000: 8).

Juntamente com isso e em consequência disso, no seu papel de polícia internacional, os EUA instalaram bases militares na Arábia Saudita e no Kuwait por diversos motivos: tropas ficam a postos para qualquer eventual ou mesmo necessária ação, segundo os parâmetros de guerra dos americanos (monitoramento), e também como forma de garantir uma grande fonte de petróleo barata para seu gigantesco mercado consumidor; além disso, nessa região, ocorre o claro apoio dos americanos ao governo sionista de Israel, e suas investidas nos territórios palestinos (a garantia e o cultivo de um grande aliado naquela região). E, talvez o motivo principal: essa instauração de tropas permanentes é expressão da própria política externa estadunidense. Pois, em decorrência desses inúmeros conflitos, guerras e intervenções, os Estados Unidos são o país que mais investe no setor bélico do mundo. Os gastos mundiais em armas, ou seja, as indústrias bélicas, movimentam cerca de 850 bilhões de dólares por ano, sendo que somente o orçamento militar dos EUA é de U\$S 340 bilhões (DOD). Além disso, os EUA são o maior vendedor de armas do mundo, responsável por metade das exportações mundiais. Como bem lembra Cecenã (2004), é o Estado a serviço das grandes empresas.

Por tudo isso, o eventual controle das rotas comerciais e de comunicação entre a Europa e o Extremo Oriente que passam pelo Oriente Médio dariam aos EUA um poder nunca visto antes na História, na medida em que permitiria aos norte-americanos manipular, de acordo com suas conveniências e interesses, o fluxo comercial e financeiro entre a Europa e a Ásia.

Essa é a nova maneira americana de lidar com possíveis ameaças a seus interesses. Nova maneira que se configura como uma guerra permanente, dividindo o mundo entre o “bem X mal”, entre os “aliados e os inimigos”. Aliás, nessas divisões, os EUA buscam “parcerias” contra os inimigos que seriam comuns à humanidade neste início de século: os terroristas internacionais⁸. Com a justificativa para combater essa

⁸ Lima (2006) investiga a importância que tomou, na guerra contra o terrorismo, o espetáculo midiático, instrumentalizado como suporte às ações terroristas e também como subsídio do combate assimétrico, a partir da influência que os atentados de 11 de Setembro tiveram sobre a mídia e a forma como essa apresenta o fenômeno ao público. Ou seja, a mídia teria se tornado um instrumento, uma ferramenta

“comunidade internacional”, invade-se Nações soberanas politicamente, com a prerrogativa de executar os ataques preventivos a qualquer Estado que seja ligado à “máquina terrorista”, numa auto-atribuição de uma soberania imperial.

O problema deste tipo de política residiria no fato de que o terrorismo internacional⁹ é um inimigo que não se identifica com nenhum Estado, não possui território e não tem nenhuma complementaridade com o adversário, vis-à-vis os inimigos vencidos nos confrontos clássicos do século XX. Isso faz com que essa guerra contra o terror seja uma guerra contra um inimigo arbitrário, em que os EUA definem o inimigo a cada momento, consoante seus critérios a respeito de ameaças, ignorando instituições multilaterais, numa guerra extensa, permanente e sem data para terminar (a chamada “guerra assimétrica”). Além disso, este mundo bipolar sugerido pelos EUA (“bem X mal”) não traria estabilidade ao sistema mundial, além de criar um ambiente de insegurança dentro deste, porque os Estados que possuem considerável capacidade militar podem enveredar pela trilha aberta pelos EUA, avançando sobre seus espaços de dominância geopolítica, podendo deflagrar o conflito, em algum momento futuro, dos membros pertencentes ao clube das superpotências.

2.1.3 – A potência militar, a “Guerra nas Estrelas” e a “Guerra contra o terror”.

Esse histórico que acabamos de compilar mostra algumas das atrocidades e algumas das formas pelas quais se expressa a busca pelo poder e sua preservação em um mundo sob a influência americana, mas não explica como ele foi atingido e porque ele

utilizada para a ação terrorista e também à legitimação do contra-ataque dos EUA a essas ações, dentro da chamada sociedade de espetáculo.

⁹ Amaral *et al* (2006) fazem um esforço para construir um quadro geral do que vem a ser o terrorismo no tempo presente, lançando mão do conceito de *neoterrorismo*. Este seria utilizado para ludibriar as forças inimigas que não teriam o objetivo de derrotá-la, minando o adversário no máximo das possibilidades. Esta fase teria como principais características: (1) o ataque em massa, apontando para a indiscriminação e potencialização do número de vítimas; (2) não estar presa a uma fronteira ou limite geográfico específico, isto é, não tem um alvo definido *a priori*; (3) a alta incidência do “viés islâmico” na esteira dos atentados, onde se percebe uma certa correlação entre fundamentalismo e terrorismo; (4) o militante do neoterrorismo quase que invariavelmente passa por um dos três campos de treinamento do Afeganistão (são os chamados afegãos que não necessariamente são de nacionalidade afegã); (5) a associação com o narcotráfico é o principal meio utilizado para levantar recursos financeiros; (6) e conta, em larga escala, com ferramentas da modernidade, onde o elemento midiático oferece grande poder de articulação.

possui essa configuração atual. Mais do que isso: esse histórico não explica quais seriam os prováveis fundamentos de tamanho poder, focando o ponto de vista geopolítico-militar. Pois a esse ponto vamos nos dedicar nas seções seguintes. Primeiramente, adotaremos como premissa de fundo a tese de Cecenã (2004), de que a dimensão militar se impõe ao mercado como eixo ordenador, para discutir o papel que possui a esfera militar na busca e manutenção do poder, expresso, entre outros quesitos, como garantia do suprimento de recursos naturais e de reserva de mercado para as empresas norte-americanas. Depois, discutiremos o papel que a esfera econômica (foco na política econômica) possui neste universo. Não nos esqueçamos, todavia, de que essa divisão é apenas de cunho analítico: depois desse movimento trabalharemos a esfera econômica e sua relação com a esfera militar, buscando elucidar as interconexões e interpenetrações entre ambas, sendo até possível relativizar, depois, a hipótese de Cecenã (2004).

Samuel Huntington nos diz, por exemplo, que os principais objetivos dos EUA no mundo contemporâneo seriam, em primeiro lugar, preservar a posição de única potência mundial; em segundo lugar, evitar o surgimento na Eurásia de outra potência que viesse a desafiar e/ou ameaçar o poder norte-americano (China, mais especificamente); e, por último, proteger os interesses econômicos norte-americanos, principalmente no Golfo Pérsico e América Central (Huntington, 1992: 17-18). Para isso, os EUA deveriam incentivar regimes democráticos e mercados livres que gerariam, do ponto de vista americano, maior estabilidade internacional e segurança para o país, deixando a caráter de escolha unilateral a prerrogativa de intervenções em regiões julgadas de interesse pelos EUA. O que há por trás dessas colocações é evitar o suposto choque de civilizações, que teria vindo à tona dentro do esquema de rearranjo de poder advindo da derrubada do Muro de Berlim e a dissolução da URSS (fim da bipolaridade)¹⁰.

Blum (2005) percebe que a máquina de que se traveste a política externa dos EUA tem por imperativos construir um mundo seguro para as corporações estadunidenses, prover recursos para os empresários domésticos do setor de defesa, prevenir a emergência de qualquer sociedade capaz de representar um exemplo exitoso

¹⁰ Essa é uma abordagem que procura explicar o terrorismo como um fenômeno que opera hoje dentro do rearranjo de poder em proeminência com o término da Guerra Fria e o fim da bipolaridade que marcou as relações internacionais ao longo da segunda metade do século XX, e que supervaloriza o caráter

ao modelo de produção capitalista, e estender a hegemonia política e econômica sobre a área mais ampla possível, como convém ao que ele chama de “o grande poder”. Contudo, ele não enumera nem trabalha qualquer razão de fundo que justifique esse grande poder.

Strange (1994) trabalha o conceito de poder estrutural, que estaria ligado à expansão da doutrina de segurança nacional, à transferência de poder aos mercados para o desenvolvimento de equipamentos e aplicações comerciais, com a aceleração da competição. Este serviria para aprofundar e retro-alimentar o poder advindo das armas e da diplomacia (que perfazem o poder coercitivo explícito), e levaria outros Estados Nacionais, suas instituições políticas e econômicas, além de pesquisadores, cientistas e intelectuais, a agirem e operarem segundo parâmetros dados e reproduzidos exogenamente. As fontes desse poder estrutural seriam: o controle da segurança, o controle da produção, o controle do crédito e o controle do conhecimento, das crenças e das idéias. E os EUA e as corporações que dele dependem, segundo Strange, estariam longe de perdê-lo, ao contrário dos que afirmam que os EUA vem perdendo seu poder hegemônico no sistema mundial (Moraes, 2004).

Este poder vai muito além do estabelecimento de agendas de discussão, do regime tecnológico, ou mesmo de regras e costumes que governam e irão governar as relações internacionais, conferindo, “(...) basicamente, o poder de decidir como serão os procedimentos econômicos, a capacidade de compor as estruturas dentro da qual os estados vão se relacionar uns com os outros, com as pessoas e com as corporações” (Strange *apud* Moraes, 2004: 370) e sendo fundamental para a manutenção do poder político como instrumento de diplomacia coercitiva. Isso significa, dentre outras coisas, que os produtos (sejam bens públicos ou privados), independentemente de serem produzidos ou não nos EUA, reproduzem um padrão global que se encontra na superpotência, o que Strange chama de a agenda escondida, o poder que determina a relação entre autoridade e mercado. É a tecnologia a serviço das estruturas geopolíticas, desenvolvida à sombra dos governos e seus projetos expansionistas.

Tavares (1997)¹¹, Teixeira (2000) e Belluzzo (1995) nos dizem que, a partir da década de 70, várias derrotas, tanto no campo econômico-institucional quanto militar

culturalista, propondo uma reflexão deste universo através da aproximação de elementos como fundamentalismo religioso, terrorismo e Islamismo (Huntington, 1994).

¹¹ No plano geoeconômico, a retomada estaria ligada à política da diplomacia do dólar forte e à transnacionalização do espaço econômico nacional estadunidense, que seria o motor do movimento

pareciam evidenciar que os EUA estavam a perder sua hegemonia ao redor do globo, mas uma perda apenas aparente, porque movimentos subseqüentes da grande potência acabariam por demonstrar sua retomada no plano geopolítico e geoeconômico.

Seguindo o raciocínio, a base para esta retomada já estava sendo gestada desde o pós-guerra, através de uma política industrial e tecnológica concebidas, desenvolvidas e dirigidas como um empreendimento militar, dentro da lógica da doutrina de segurança nacional. Isto teria sido feito através da criação do complexo militar-industrial-acadêmico, parte integrante da gestão hegemônica dos EUA (marcada por princípios de cooperação cercada de instituições supranacionais firmadas em Bretton Woods), que possibilitou um amplo processo de inovação voltado para vencer a Guerra Fria e consolidar a liderança tecnológica americana no mundo (Medeiros, 2004). Esse complexo teria gerado estímulo tanto da demanda quanto da oferta ao processo inovativo¹², criando uma rede descentralizada e coordenada de instituições e comunidades tecnológicas sem rival no mundo contemporâneo. Ou seja, a influência

globalizante e teria conduzido à transnacionalização progressiva da Ásia, processo esse que excluiu e deixou mais submissos os países periféricos fora desta região, marcando uma regressão industrial e desequilíbrio financeiro; no plano geopolítico, tem-se justamente o dismantelamento da bipolaridade, que criaria uma situação de instabilidade estrutural, em que a hierarquização do poder político centralizado na figura da potência hegemônica limita a ação dos Estados Nacionais como agentes dotados de poder autônomo e soberano, comprometendo a capacidade que eles possuem de regulação e de proteção social. (Tavares, 1997)

¹² Schumpeter (1933), em sua interpretação da crise econômica no capitalismo, lança mão do conceito de “destruição criadora”, em que, em decorrência da competição capitalista, estruturas novas brotam ao lado das velhas, superando-as. O instrumento utilizado para que isso ocorra são as inovações tecnológicas, que se caracterizariam pela introdução de novas combinações produtivas ou mudanças nas funções de produção. Este seria o “motor” do sistema. Essas modificações seriam feitas, em primeiro lugar, pela introdução de um bem ou uma nova qualidade de bem; em segundo, a introdução de um novo método de produção; em terceiro, a abertura de um novo mercado; em quarto, a conquista de uma nova fonte de oferta de matérias-primas ou de bens semi-manufaturados; e em quinto lugar, o estabelecimento de uma nova organização de qualquer indústria, como a criação ou a ruptura de uma posição de monopólio. Essas seriam inovações primárias. Para os neoschumpeterianos, as inovações tecnológicas, o progresso técnico pode ser relacionado a descobertas científicas que promovem rupturas, acarretando novas concepções para a produção e/ou para produtos. Essas rupturas acabariam por traçar trajetórias tecnológicas naturais que apontam para desenvolvimentos técnicos subseqüentes. Nelson e Winter (1977) procura responder porque as firmas fazem inovações e como sustentá-las, dada sua implementação. Ele faz isso através da discussão busca-rotina-seleção. Dosi (1982) tem como principais contribuições a criação dos conceitos paradigma tecnológico e trajetória tecnológica. Teece e Pisano (1998) trabalham com conceito de capacidades dinâmicas, referentes ao papel do processo gerencial e organizacional no processo inovativo. Nelson & Winter, Dosi e Teece e Pisano são alguns dos neoschumpeterianos que estudam modificações das estruturas de mercado decorrentes do processo inovativo. Um processo endógeno, inerente ao próprio funcionamento das entranhas do sistema. Contudo, por mais que o progresso técnico seja concebido como uma força endógena do crescimento estimulado pela concorrência capitalista, parece bem mais plausível admitir que as mudanças tanto no setor de armamentos (defesa) quanto de telecomunicações, a gênese dessas mudanças estão relacionadas à política externa dos EUA, com suas conseqüências para com a centralização de poder, o alargamento dos mercados, o acirramento da competição e a entrada do DOD na coordenação das pesquisas setoriais (Moraes, 2004).

militar sobre a mudança tecnológica se deveu à montagem de instituições voltadas ao deslocamento da fronteira científica e à aceleração do progresso tecnológico, com a especialização em setores produtivos baseados em ciência. Esse desenvolvimento tecnológico, por sua vez, estaria ligado à necessidade de derrotar a URSS com armas tecnologicamente superiores, perfazendo a Doutrina da Superioridade Tecnológica das Armas, utilizada mesmo quando se revelou inadequada, como na guerra do Vietnã (uma guerra de guerrilha, que não poderia ser resolvida somente com bombardeio aéreo e com armas superiores por via terrestre). Não é demais destacar, como bem lembra Fiori (1997), que a competição ideológica e militar precede a competição tecnológica entre EUA e URSS. Essa última só ganha corpo pela necessidade premente de retro-alimentar as duas primeiras.

O complexo industrial-militar-acadêmico começou seu processo de agigantamento exponencial com a criação do National Defense Research Council (NDRC), em 1941, em que as pesquisas militares eram feitas junto às universidades, espaço primordial da produção científica. Após sua criação, grandes empresas fornecedoras de armas e equipamentos passaram a trabalhar juntas ao Departamento de Defesa (DOD, com o aumento dos laços entre mercado e Estado), estimulando a pesquisa com projetos concorrentes e criando uma ampla base de patentes, com inovações para suprir seu sistema de defesa. Para obter a tecnologia do armamento superior, em virtude das inovações utilizadas na 2ª Guerra Mundial (mísseis e bomba atômica), foi desenvolvido o projeto MANHATTAN, em que organizações acadêmicas trabalhavam em parceria com o governo federal, mas não sob seu controle direto, recebendo milhões em recursos para as pesquisas para desenvolver a tecnologia americana (o MIT, o Instituto de Tecnologia da Califórnia (CALTECH), Stanford, laboratórios da AT&T e da General Electric, entre outros). O desenvolvimento tecnológico americano, então, estava sendo voltado para o desenvolvimento de sistemas de armamentos radicalmente novos dentro da estratégia do armamento tecnologicamente superior.

Nesse sentido, o Advanced Research Projects Agency (ARPA), teve suma importância na criação dessas novas tecnologias. Era uma agência que coordenava uma rede descentralizada com pesquisas voltadas para fins militares, dando apoio também para vários segmentos industriais tomarem a dianteira da competição pelas

telecomunicações¹³. Para ela, que era subordinada ao DOD, o fator limitante para a criação de novas tecnologias era o estoque de conhecimento e a estrutura operacional do sistema de inovações. O desafio era, então, diminuir o tempo entre o surgimento de uma invenção e uma inovação, acelerando o progresso técnico na direção da produção de armamentos novos (ou seja, gestão e integração de redes de informação em tempo real).

Dentro dessa lógica do desenvolvimento de novas tecnologias e do armamento tecnologicamente superior, há também o projeto SAGE (Semiautomatic Ground Enviroment), que cria uma rede extensa que conectou laboratórios estatais, universidades e laboratórios industriais, envolvidos num trabalho multidisciplinar. Ele também possibilitou o controle do espaço aéreo dos EUA, atendendo à U. S. Air Force e depois a área empresarial. A descoberta de novos materiais e semicondutores, juntamente aos avanços tecnológicos na área de transmissão de dados, “(...) dava aos EUA a primazia da condução da trajetória tecnológica em comunicação de dados e duas vertentes revelar-se-iam cruciais: o domínio da tecnologia satélite e o controle sobre redes de informação. Ambas desenvolvidas e aperfeiçoadas nos EUA, diretamente relacionadas entre si e à área de segurança” (Moraes, 2004: 361).

A consequência não intencional desse projeto foram as inovações em computadores, administração e comunicação. Quanto aos computadores, especificamente, ele mostrou que estes eram uma ferramenta essencial para o comando e centralização das decisões; o projeto RAND CORPORATION, produto dos trabalhos

¹³ Em fins do século XX, as telecomunicações ganham enorme relevância, servindo de suporte para a prestação de serviços necessários à expansão capitalista. Setor em que os pesquisadores têm papel relevante, perfaz um conjunto de dispositivos e técnicas voltado para a transmissão de informações instantâneas a longa distância, podendo ter como natureza a modalidade de voz, imagens, sinais de TV e dados. Essas modalidades diferem na sua produção e nos meios utilizados para a transmissão, como sistemas de telegrafia, redes de dados informatizados, TV, radiocomunicação, transmissão por cabo, por satélites artificiais e fibras óticas. E os EUA hoje detém o controle das redes de comunicação, de suma importância para a expansão e manutenção de sua liderança e poder no sistema mundial, no campo das armas, da moeda, da produção, das idéias e do conhecimento (muito próximo do poder estrutural trabalhado por Strange). A liderança tecnológica nesse setor é expressa pelas inter-relações entre Estado, corporações e o complexo militar-industrial-acadêmico, como explícito no projeto ARPANET, o envolvimento do controle de defesa (DOD – governo), Harvard, MIT, AT&T (que hoje detém o monopólio na transmissão de dados), IBM (gigante que hoje integra o sistema inovativo norte-americano voltado para a defesa, produzindo poderosos computadores imprescindíveis para controlar e agilizar o processamento de informações). Ou também no que diz respeito à formação de opinião, através da transmissão de informações por redes como a National Broadcasting Corporation (NBC) e a Columbia Broadcasting System (CBS) (Ver Moraes, 2004). Não é demais lembrar que as operadoras globais, no rastro da AT&T, tiveram o apoio de instituições multilaterais, que auxiliaram mais incisivamente, pós década de 70, na implantação de um modelo aberto à concorrência, tanto para serviços locais quanto para de longa distância, pois a liberalização dos mercados, a abertura à concorrência e a desregulamentação aumentariam a exigência para com uma infra-estrutura integrada em escala global, para a realização das operações em tempo real.

no SAGE, foi criado em 1948, focado na pesquisa operacional, análise de sistemas e engenharia de sistemas, com uma estrutura multidisciplinar não burocrática. Segundo MEDEIROS (2004),

“A engenharia de sistemas e de pesquisa operacional desenvolvida em projetos como o SAGE (...) transformaram-se nos exemplos da ‘grande ciência’, [descrevendo] a conexão estreita entre a física e a engenharia em grandes projetos militares. Uma conexão que dissolvia as fronteiras entre a ciência e a engenharia acelerando a seqüência das fases do processo de inovação. A engenharia de sistemas foi uma inovação fundamentalmente militar.”(Medeiros, 2004: 237)

Juntamente a estes projetos, há a criação da NASA, com o lançamento subsequente do projeto APOLLO (sucessor do MANHATTAN), das instituições Defense Research Board (DRB) e Defense Science Board (DSB) e a criação do ARPANET. Quanto à primeira, foi voltada para a conquista da Lua, após o sucesso no lançamento do satélite SPUTINIK russo, que mostrou que o DOD subestimou os russos na corrida tecnológica com o projeto SAGE, configurando mais um esforço de engenharia que resultou em várias inovações como computadores, tecnologia balística e o aprofundamento da pesquisa microeletrônica de estado sólido, essencial para a construção de transistores e semicondutores. Em relação aos segundos, tanto o DRB (criado em 1947) quanto o DSB (criado em 1948) foram instituições subordinadas ao DOD, com objetivos de articular conhecimentos científicos que pudessem alimentar o projeto de superioridade bélica dos EUA.

Quanto ao terceiro, em 1969, foi criado pela ARPA. Era uma rede de computadores ligados entre si em tempo real, conectando as universidades, com o objetivo de “(...) compartilhar o tempo e o alto custo da base de dados e dos programas sofisticados requeridos para a solução de problemas complexos” (Medeiros, 2004: 239). O próximo passo foi conectar o ARPANET com outras redes criadas pela ARPA, mais havia uma complicação: teria que ser desenvolvido um protocolo único de reconhecimento. O escolhido foi o TCP/IP. Depois disso há a difusão do programa para uso civil. Definitivamente o ARPANET foi o precursor da Internet¹⁴. Nas palavras de HUGUES (1998)

¹⁴ Ver também Abbate (1999)

Conceived in the late 1960s and created by young engineers and scientists, the ARPANET project [sustain] counterculture values, especially a rejection of hierarchical management structures. The military funded the ARPANET, but computer scientists and engineers presiding over the project pushed military goals to the background, emphasizing the spread of computer utilization and the development of computer networks as ends in themselves. (Hughes, 1998: 9)

Contudo, a abundância de recursos para o desenvolvimento tecnológico (gastos em P&D) sofreu grande refluxo com os reveses da política externa norte-americana na década de 70, aliada à crise econômica, expressão de uma crise mais profunda do sistema capitalista, tendo como expressões principais as duas crises do petróleo, a flexibilização das taxas de juros e de câmbio e a potencialização de seus efeitos pelas inovações financeiras surgidas na década de 60 e 70. Viviam-se também um novo momento tecnológico, em que novos dispositivos eletrônicos envelheciam em um período mais curto que os artefatos militares. A demanda militar não era mais a única fonte de demanda e de incentivos para a indústria de alta tecnologia (crescimento e difusão da indústria eletrônica, de computadores pessoais etc). Por isso, a nova prioridade militar passou a ser adaptar, para fins militares, inovações obtidas num mercado mais vasto e canalizar esforços de pesquisa em laboratórios industriais para tecnologia de uso dual (civil e militar).

A expressão desse novo momento foi o projeto MANTECH, o programa de Tecnologia Industrial (ligado à construção de máquinas de controle numérico e fábricas computadorizadas), e a atuação da DARPA (sucessora da ARPA), outra agência ligada ao DOD. Quanto à MANTECH, esta provocou (e ainda provoca) a canalização de recursos de P&D de grandes laboratórios para projetos militares, com o objetivo de reduzir os custos das novas armas. Isto seria feito com a transição rápida da tecnologia de uso militar para uso civil, apoiando novos projetos em áreas sem interesse comercial, mas considerada essencial para a tecnologia de defesa e para a retro-alimentação do processo (ou seja, promover a aplicação desta tecnologia para uma aplicação mais ampla). Através deste programa, foram desenvolvidos novos sensores, sistemas de transmissão, novas turbinas em parceria com a Marinha, entre outros.

Em relação a DARPA, além de estar mais focada na liderança científica e tecnológica, possui “(...) total independência da estrutura convencional de P&D dos militares, [sendo que] o pessoal qualificado é recrutado entre os engenheiros e cientistas das melhores universidades e laboratórios de pesquisa” (Medeiros, 2004: 246). Ou seja,

ela era uma agência que possuía (possui) grande autonomia operacional, com o objetivo de criar inovações radicais voltadas à segurança nacional.

Podemos perceber, então, que todas essas agências e projetos perfazem o chamado complexo industrial-militar-acadêmico, ligadas ao surgimento das principais inovações e dos principais setores de alta tecnologia dos EUA. Aliás, as inovações básicas é que criariam novos setores e firmas na indústria. Lembremo-nos que os cientistas que criaram as novas tecnologias vieram das Universidades de Stanford, Harvard, MIT, entre outras das melhores universidades americanas, e foram apoiados por contratos militares¹⁵. A difusão de tecnologia se dava, então, através dos conhecimentos incorporados nos indivíduos, grandes empresas fornecedoras e indiretamente para os seus fornecedores especializados. A distribuição estimada dos gastos com P&D, assim como as empresas que são líderes hoje no ramo de tecnologia da informação, podem ser vistos através das tabelas abaixo

Tabela 1 - Gastos estimados de P&D por Fontes em anos selecionados (em %)

Anos selecionados	Total%(2000US\$ Milhões*)	Indústria	Governo	Outros**	Total
1950	7.860	39,5	53,2	7,3	100
1960	61.790	33,0	65,0	2,0	100
1970	90.404	39,8	57,0	3,2	100
1980	110.927	48,9	47,5	3,6	100
1990	175.761	54,7	40,5	4,8	100
2000	247.519	68,4	26,3	5,3	100

Fonte: NSF. Science & Engineering Indicators, 2002

*1996=100 (ano base)

**Universidades, Organizações sem Fins Lucrativos e ONG's

Tabela 2 – Empresas líderes e os elementos estratégicos das tecnologias da informação

¹⁵ Segundo Hugues (1998), a empresa escolhida para a construção da rede física do projeto ARPANET foi uma empresa de Massachussets, tendo no quadro de funcionários pessoas de Harvard e do MIT.

	<i>Ramo</i>	<i>Produto</i>	<i>Empresa</i>	<i>País</i>
Eletroinformática	Microeletrônica	Computadores	IBM	EUA
		Microprocessadores	INTEL	EUA
		Memória	Samsung	Coréia
	Informática	Sistema operacional	Microsoft	EUA
		Organizadores	Microsoft	EUA
		CAD-CAM-CAE	Parametric Technology	EUA
		Programas de trabalho em grupo	IBM	EUA
		Pacotes	Microsoft	EUA
Comunicações	Transmissão	Satélites	Hugues - Ford	EUA
		Fibras óticas	AT&T	EUA
	Protocolo	TCP/IP	DOD	EUA
	Redes	Números	MCI	EUA
		Navegadores	Netware	EUA

Fonte: Cecenã, 2002

A primeira tabela traz informações sobre tendências para a dinâmica dos gastos com P&D norte-americanos, pelo governo federal, indústria, ONG's, universidades e faculdades, ao longo de mais de quatro décadas. De acordo com os dados, quando é levada em conta inflação, o gasto com P&D federal total recuou entre 1960 e 2000. Os dados também mostram a subida da parcela da indústria nos gastos com P&D. Em 1960, o governo federal foi responsável por 65% do gasto total com P&D. Em 2000, a parcela federal nos gastos com P&D total tinha caído para 26.3 por cento. Ao mesmo tempo, apoio de indústria aumentou sua parcela para 68.4% do P&D total. Podemos notar, portanto, uma inflexão maior a partir da década de 70, em que se

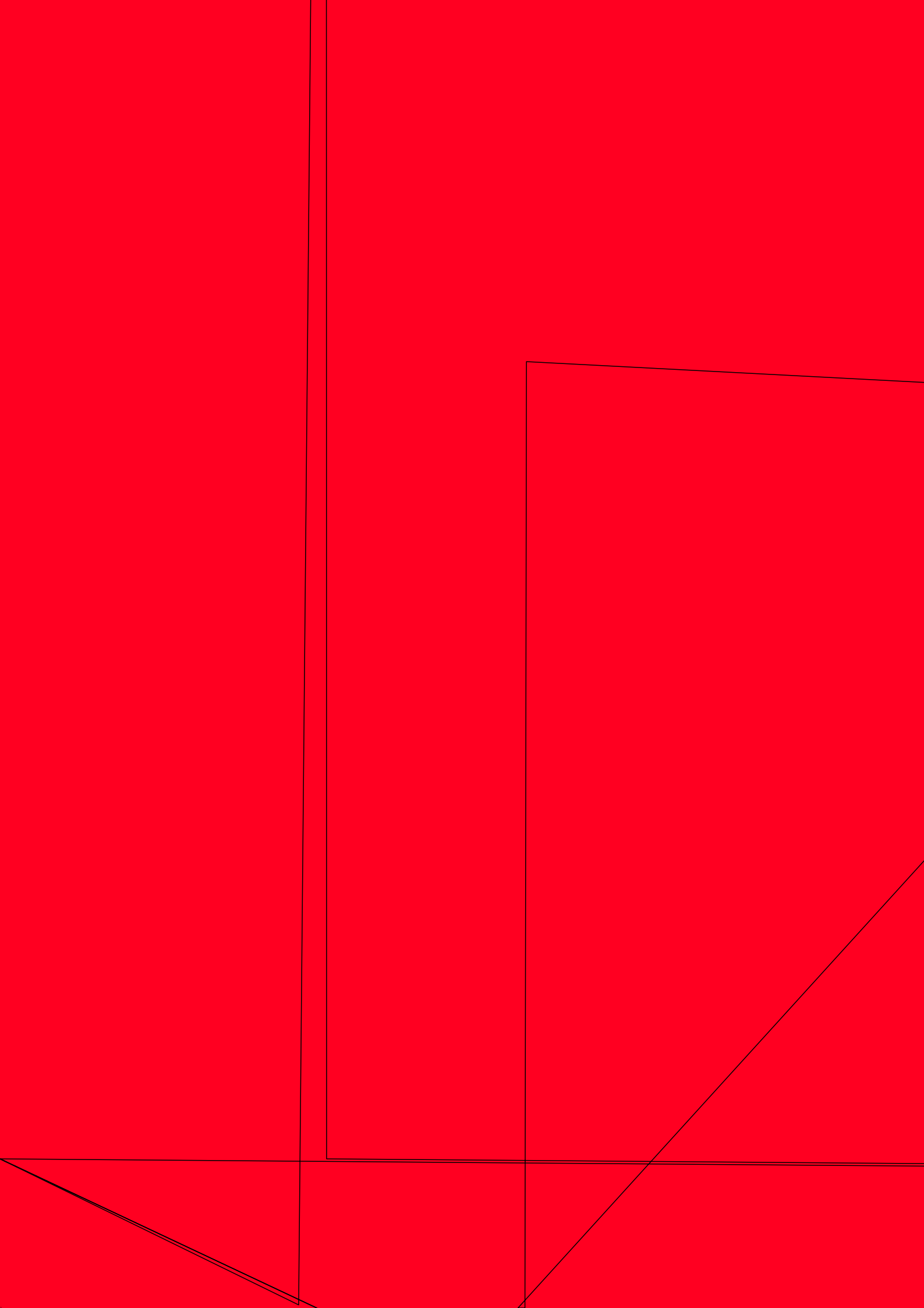
preenuncia a queda tendencial do gasto do governo com P&D e o aumento do gasto da indústria, em virtude das mudanças no universo que influi nas novas prioridades militares, manifestadas nas ações do DOD e da DARPA. A segunda tabela mostra que os setores de ponta tecnológica, como eletro informática e comunicações, estão nas mãos de empresas americanas, que como vimos anteriormente, possuem ligações com o Governo americano e com o DOD.

Por tudo isso, o complexo industrial-militar-acadêmico criou um abrangente processo de inovação voltado para vencer a Guerra Fria e consolidar a liderança tecnológica, política, econômica, cultural americana pelo mundo. Especificamente, a influência militar sobre a mudança tecnológica se deu através da montagem de instituições voltadas ao deslocamento da fronteira científica e à aceleração do progresso tecnológico, com uma especialização em setores produtivos baseados em ciência, integrando sistemas biológicos com sistemas físicos e a tecnologia de informação (Medeiros, 2004). Esse é um paradigma estrutural, pertencente aos EUA. Mas que fique bem claro aqui: o desenvolvimento tecnológico foi e continua sendo instrumento para o domínio geopolítico e econômico no globo, não o fim, o objetivo final da busca pelo poder. Vejamos agora, mais detidamente, o exercício do poder imperial nos últimos anos.

2.1.4 - O mapa geopolítico do mundo: a guerra como elemento disciplinador

Tendo em vista que a manutenção da hegemonia e da liderança globais depende dos eixos econômico, cultural, tecnológico, geográfico, geopolítico e de que o eixo militar seja o “regulador” do sistema (Cecenã, 2004), a guerra para a superpotência é o elemento que disciplina mercados, competidores, e é a realização, o lócus da manifestação do *modus operandi* da lógica do sistema capitalista, em geral, e do complexo acadêmico-militar-industrial dos EUA, em particular. Isso não quer dizer que não existam outras lógicas de poder que podem ser adotadas além da imperial/militar. Existem também as formas consensuais, através dos tratados de livre comércio, do FMI, da OMC e outras instituições multilaterais a serviço, em última instância, do Império. Como estamos dentro ainda daquela divisão analítica prenunciada anteriormente, tratemos mais da guerra em relação ao lócus particular.

Dentro do contexto de que a guerra é um elemento que impõe disciplina aos mercados, competidores, e que modifica a política, a economia e a geografia mundiais, a instauração de uma nova territorialidade voltada para a busca de recursos naturais, uma reorganização produtiva e comercial seria a pedra de toque, a expressão maior da postura imperial norte-americana. Quanto à territorialidade e aos recursos naturais, buscando foco no Oriente Médio e a América do Sul, esses fariam parte da lógica da apropriação privada da natureza em um contexto de luta incessante pelo poder no mundo. Os três mapas a seguir ajudam a elucidar a questão.



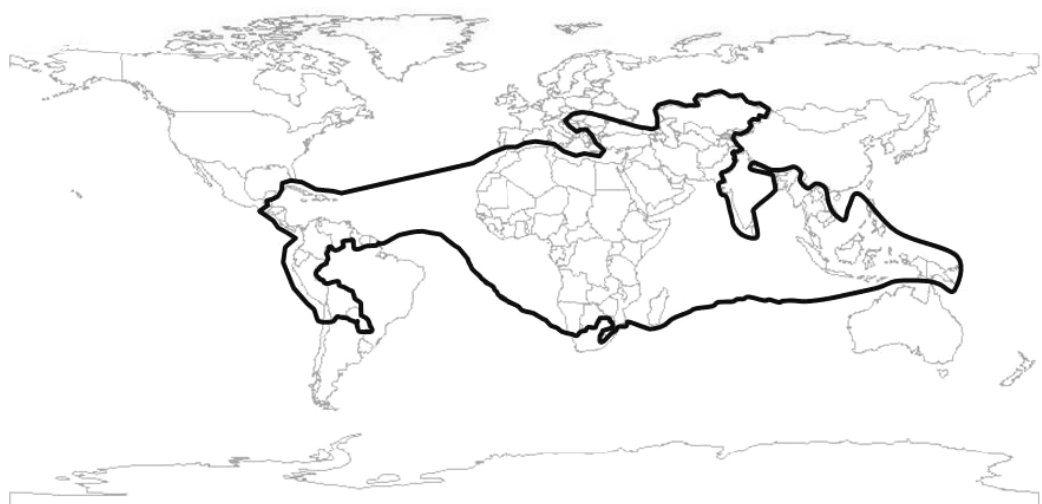
Escenarios de guerra en la región petrolera estratégica

Investigación y diseño: Ana Esther Ceceña



Mapa 1

La "brecha" crítica del "Nuevo Mapa del Pentágono"



Fuente: Barnett, 2003

Em relação ao primeiro mapa, Cecenã (2006) elenca o que ela chama de paradigmas para a militarização da América, que são as mudanças na normatividade da região, o estabelecimento de normas continentais para segurança interna, o cuidado com as fronteiras, o exercício militar em terra, os exercícios nos rios e canais internos dos territórios, o estabelecimento de uma rede continental de bases militares e exercícios navais para circundar todo o continente. Isso se fez e se faz construindo uma legalidade para legitimar as ações de intromissão, e também da utilização de aparatos como o controle de inteligência e do movimento de controle de cidadãos. Geralmente as bases militares estão postas em pontos estratégicos do continente, como se pode ver no mapa: os rios, lagos¹⁶, litorais, canais de passagem de um oceano para outro oceano, regiões petrolíferas. O significado maior da colocação de bases militares em pontos estratégicos, segundo Cecenã (2006): acessar recursos naturais e estratégicos e eliminar focos de resistência ao poder imperial. Os EUA contam, além das bases situadas na América do Sul e no Oriente Médio,

“1. el círculo formado por las islas del Caribe, el Golfo de México y Centroamérica, que cubre los yacimientos petroleros más importantes de América Latina y que se forma con las bases de Guantánamo, Reina Beatriz, Hato Rey, Lampira, Roosevelt, Palmerola, Soto Cano, Comalapa y otros tantos puestos militares de menor importancia; 2. el círculo que rodea la cuenca amazónica bajando desde Panamá, en el que el canal, las riquezas de la región y la posición de entrada a América del Sur han sido esenciales, y que se forma con las bases de Manta, Larandia, Tres Esquinas, Caño Limón, Marandúa, Riohacha, Iquitos, Pucallpa, Yurimaguas y Chiclayo, que a su vez enlazan con las de la zona más al norte. [o Paraguai] Es un caso urgente dado que el país completo ha sido convertido en base militar, con implicaciones regionales de primera importancia. Por las características del convenio firmado, que ya está en práctica, se puede inferir la reactivación, sobre bases mucho más modernas, del siniestro Plan Cóndor. Simultáneamente, Paraguay es el corazón de una subregión que si bien ha sido escenario de acción de dictaduras militares que se significaron por su creatividad perversa en todo tipo de torturas y por ser máquinas implacables de desaparición y muerte, hasta ahora no tenía bases militares directamente de Estados Unidos. Los ejercicios conjuntos en Paraguay han sido sistemáticos pero el carácter de la ocupación militar actual no tiene precedente.” (Cecenã, 2006: 8, 9).

¹⁶ Utilização dos rios e lagos como espaço privilegiado de localização de exercícios conjuntos com os EUA. Para citarmos um caso relevante, temos o Aquífero Guarani, as negociações para sua administração entre 4 países (Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai) mais os EUA, mediante apoio do Banco Mundial. O mesmo é feito com selvas, oleodutos e outros recursos que possam ser tratados como estratégicos, e portanto contemplados pelas legislações nacionais como instrumentos de segurança nacional. Então as fronteiras, que eram custodiadas apenas por forças de segurança interna, hoje tem se convertido em zona de segurança estratégica custodiadas pelas forças de segurança mundial, representadas pelos EUA (Cecenã, 2006).

Quanto ao Oriente Médio, o segundo mapa ajuda a elucidar o que já havia sido dito anteriormente em outra seção: a importância de se buscar a nova territorialidade discutida por Cecenã (2004), a garantia dos recursos naturais para o funcionamento do capitalismo estadunidense (na já comentada imbricação de interesses entre Estado e empresas), e o controle das rotas comerciais e de comunicação entre a Europa e o Extremo Oriente que passam pelo Oriente Médio, fonte e aumento de poder, na medida em que permitiria aos norte-americanos manipular, de acordo com suas conveniências e interesses, o fluxo comercial e financeiro entre a Europa e a Ásia (ou seja, uma condensação de objetivos ligados à esfera econômica e geopolítica). Quanto ao terceiro mapa, esse marca, segundo Barnett (2003), a zona de influência americana demarcada pela política externa atual.

Esse jogo de interesses tem como sua manifestação mais recente a invasão do Iraque, em conformidade com a doutrina da segurança preventiva do Governo George W. Bush. Invasão que, diga-se de passagem, se mostra um completo fiasco político, na medida em que a coalizão liderada pelos EUA obteve uma clara vitória militar em termos clausewitzianos¹⁷, mas não alcançou o objetivo político de promover uma ocupação pacífica daquela nação e promover a reestruturação política e econômica iraquiana em conformidade com os interesses americanos. Como vemos e ouvimos todos os dias nos noticiários televisivos, as baixas civis e militares norte-americanas se

¹⁷ Carl Von Clausewitz (1780-1831) foi um militar e estrategista prussiano, que teve como referencial histórico as Guerras Napoleônicas. Segundo ele, a guerra seria a continuação da política por outros meios. Nas suas próprias palavras: “La guerra no es más que un duelo en una escala más amplia. Si quisiéramos concebir como una unidad los innumerables duelos residuales que la integran, podríamos representárnosla como dos luchadores, cada uno de los cuales trata de imponer al otro su voluntad por medio de la fuerza física; su propósito siguiente es abatir al adversario e incapacitarlo para que no pueda proseguir con su resistencia. La guerra constituye, por tanto, un acto de fuerza que se lleva a cabo para obligar al adversario a acatar nuestra voluntad (...) si hemos de obligar por medio de la acción militar al oponente a cumplir con nuestra voluntad, tenemos o bien que desarmarlo de hecho, o bien colocarlo en tal posición que se sienta amenazado por la posibilidad de que lo logremos.” (Clausewitz, 7-9). ALVES (2006) elenca duas características como sendo as principais da doutrina clausewitziana: “A primeira característica é que a doutrina clausewitziana da guerra é inequivocadamente conservadora no âmbito político. Tal fato não é surpreendente se considerarmos que Clausewitz era, em termos políticos e sociais, um conservador ferrenho. Entretanto, ressalte-se que o conservadorismo de Clausewitz não implica que a sua filosofia da guerra seja uma apologia do militarismo irrestrito ou que enfatize a sua total e absoluta independência ou desvinculação dos objetivos e interesses do Estado. (...) A outra característica da doutrina clausewitziana da guerra é ser, ou pelo menos pretende ser, uma teoria descritiva da guerra sem quaisquer pretensões morais ou sociológicas. Neste contexto, ao procurar construir uma concepção de guerra sem componentes prescritivos de qualquer espécie, Clausewitz pretende que a guerra seja encarada como um fenômeno mensurável, e, portanto, cognível em termos objetivos dos interesses e objetivos estatais.” (Alves, 2006).

avolumam dia-a-dia sem que haja uma perspectiva de solução definitiva, pelo menos a curtíssimo prazo, para o povo iraquiano e para o derramamento de sangue diário que ocorre neste solo.

ALVES (2004) discute o caos que se instaurou no Iraque pós-invasão. Para ele, o conflito de guerrilhas que viceja no Iraque pós-ocupação só pode ser compreendido a partir de um confronto entre duas culturas militares totalmente distintas: a cultura militar ocidental de um lado e a cultura militar islâmica de outro. Nesse sentido, o radicalismo político inato e a xenofobia dos vários grupos de militantes xiitas e sunitas existentes no Iraque pode vir a se tornar, segundo o autor, um fator de instabilidade de consequências graves e imprevisíveis, caso os americanos permaneçam por um longo período de tempo no Iraque. Some-se a isso o fato de que as diferenças religiosas entre a maioria xiita e a minoria sunita do Iraque, juntamente ao pluralismo étnico existente nesse país, são ingredientes altamente explosivos e de difícil resolução para os americanos e os seus aliados.

Em relação ao que já foi lembrado anteriormente, os motivos que levaram os EUA a invadirem o Iraque duas vezes (o Afeganistão também, pouco antes da segunda invasão do Iraque), foram fatores econômicos, geopolíticos e geoestratégicos, e se inserem na lógica da política externa pós Guerra. Dentro desses se insere a busca e o domínio do mercado petrolífero, e o fato de que sua importância militar a que primeiro o colocou no centro da geopolítica internacional.

2.1.5 - O mercado do petróleo como elemento estratégico nas relações de poder globais.

A história do mercado do petróleo e sua importância do ponto de vista militar remonta a época da Primeira Guerra Mundial, com os veículos movidos por motores a gasolina e a diesel. Mas foi na Segunda Guerra que o petróleo passou a ter papel imprescindível na geopolítica global. A escassez do óleo para as potências do Eixo e sua abundância para os Aliados foi fator determinante para a vitória nos campos de batalha destes últimos.

Após a Segunda Guerra, se relacionando com a disputa do mercado de petróleo no mundo, ocorreram eventos que possuem relação com o controle sobre as principais regiões produtoras, as rotas de distribuição e as reservas mundiais de petróleo. Dentre esses eventos, podemos enumerar: em primeiro lugar, o fracasso da Inglaterra em retomar o canal de Suez; em segundo, as guerras árabe-israelenses; em terceiro, os choques do petróleo de 1973 e 1979; em quarto, o conflito Irã-Iraque; em quinto lugar, a Revolução Iraniana; e em sexto lugar, as duas invasões no Iraque. E em todos esses eventos os EUA tiveram participação direta ou mesmo indireta, em que podemos inferir a importância do petróleo para o funcionamento do capitalismo.

Contudo, paralelamente à sua importância geopolítica, o petróleo teve grande importância em eventos ligados à história econômica do capitalismo, tornando-se a mercadoria mais líquida e a mais difundida de todas as commodities. A existência de grandes reservas, juntamente a seu baixo custo de extração e as vantagens econômicas de sua utilização, torna-o a principal fonte de energia global. Além disso, o petróleo contribuiu para o surgimento de grandes companhias petroleiras, como a Texaco, a Shell, a Exxon-Mobil, que financiam e gerenciam investimentos na casa dos bilhões de dólares e que possuem tempo de retorno de décadas. Segundo TORRES FILHO (2004) “Do ponto de vista do mundo desenvolvido, e dos EUA em particular, o petróleo foi, é e continuará a ser um item importante de sua agenda de segurança nacional, não só em termos da garantia de sua oferta no longo prazo, mas também, e principalmente, do ponto de vista de seu fluxo corrente de suprimento.”(Torres Filho, 2004: 312).

Então, para apresentar o papel do petróleo na geopolítica americana, trabalharemos com a divisão feita por Torres Filho (2004) para três padrões de ordenação do mercado internacional a partir da Segunda Guerra: primeiro, 45/73 – consolidação da hegemonia americana e liderança de mercado de suas grandes petroleiras; segundo, 1ª crise do petróleo, ruptura do padrão dólar-ouro, derrota americana no Vietnã e Revolução Iraniana; terceiro, financeirização da riqueza e retomada da hegemonia americana.

Quanto ao primeiro período, ele foi marcado pela oferta do produto maior do que sua demanda, além de arranjos institucionais que garantiram a estabilidade nesse mercado. O sistema de ordenamento econômico do mercado do petróleo no pós-guerra foi firmado por contratos de concessão entre governos locais e empresas e foi bem-sucedido até fins da década de 50 (na condição de 50% pra cada). Depois disso, advieram fortes perturbações, como a ruptura do governo italiano deste acordo, o

retorno da URSS ao mercado de petróleo e, em consequência disto, um excesso de oferta. Contudo, esse período é realmente marcado pela hegemonia total americana nesse mercado. O centro de decisão gravitava em torno das grandes empresas americanas e o mercado tinha tendência de crescimento rápido. Além disso, o Irã foi promovido a chefe de polícia da região pelos americanos. Até o primeiro choque do petróleo¹⁸.

O segundo período é marcado pelo embargo dos árabes às exportações de petróleo por conta do apoio dos EUA a Israel, rompendo, com isso, as negociações com as empresas americanas. A regulação do mercado, então, passaria a ser feita pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), que foi criada em 1960. Os países pertencentes à OPEP, por conta da crise dos anos 70, passaram a ter déficit em vez de superávit. Soma-se a isso o fato de que o Irã era comprador de quase 50% dos armamentos americanos. Juntamente à Revolução Iraniana, ocorre então o segundo choque do petróleo, com a explosão dos preços. Isso aumentou a instabilidade política na região, contribuiu para uma nacionalização total do mercado do petróleo.

c0.1t347a ofpetta dm

e

novsasjazzlidas o Maro doNporre s o Alas

crm

fragilidade política-militar do Oriente Médio transferindo para os EUA a administração dessa questão (vide a invasão do Kuwait pelo Iraque em 1990; o ataque dos EUA em 1991; a instalação de bases no território saudita). Para resumir, então, esse período deixou como lição o fato de que a oscilação de preços é sempre muito grande, deixou nítida a existência do baixo crescimento da demanda com relativa capacidade ociosa, além da formação do mercado flexível do petróleo.

Mas, de tudo isso, há uma razão de fundo maior, segundo Johnson *apud* Torres Filho (2004): a existência de mais de 725 bases militares americanas espalhadas pelo mundo (vide mapas na seção anterior para ilustrar o fato), denotando a crescente dependência americana do suprimento fornecido pelo petróleo estrangeiro, para defender as concessões de petróleo americanas de seus competidores ou para prover proteção policial para os oleodutos, apesar do slogan, por exemplo, da “guerra contra o terrorismo”. Segundo ainda esse autor, o governo americano teria produzido elaboradas versões para dissimular os fatos para o que parece ser o uso de recursos públicos e de forças armadas para proteger interesses privados capitalistas. Então, a OPEP garante o ajuste entre oferta e demanda; as empresas sustentam a expansão da oferta a longo prazo; e o governo americano garante o funcionamento ordenado dos mercados e de

que o cartel de países exportadores, sob liderança saudita, transformou-se no gerenciador da oferta para garantir o preço do “ouro negro”. Segundo TORRES FILHO (2004), o mercado de petróleo manterá para os EUA duas características relevantes:

“De um lado, será sempre o lócus que repercutirá disrupções no ordenamento internacional, quer originado de uma fratura de natureza econômica quer político-militar. Qualquer contexto de ruptura profunda pode ademais ser potencializado por limitações na oferta do óleo no curto prazo. Neste caso, o mercado de petróleo pode vir a se constituir um fator amplificador dessas fraturas e, até mesmo, por períodos limitados, um elemento autônomo de desordem, caso venha a ser capturado como instrumento de pressão por interesses contrários aos EUA.”(Torres Filho, 2004: 344).

Portanto, tendo em vista o exposto nesta seção e nas anteriores, o que de mais importante podemos abstrair da invasão militar do Iraque (e também de inúmeras outras), no âmbito da geopolítica internacional contemporânea, é que a velha *razão de Estado* ainda é o elemento predominante ou fundamental nas relações entre os Estados-Membros do sistema internacional atualmente vigente.

2.2 - Política Econômica

2.2.1 – Histórico e antecedentes (associação com e controle do capital global)

As décadas de 60 e 70 também foram decisivas para o agigantamento do poder americano do ponto de vista monetário e financeiro. As principais mudanças ocorridas estão ligadas ao fim do padrão monetário estabelecido em Bretton Woods, com a posterior flexibilização das taxas de juros e de câmbio e a contração da liquidez internacional subsequente. No padrão monetário definido em Bretton Woods, as taxas de câmbio acompanhavam as variações do saldo em transações correntes do balanço de pagamentos, fazendo com que as taxas de juros internas fossem diferentes das internacionais.¹⁹

¹⁹ Para uma análise dos princípios, assimetrias e contradições de Bretton Woods e suas tensões disruptivas, ver Garlipp (2001), Cap. IV.

O sistema monetário e financeiro internacional atual começa a tomar novos contornos e características com as mudanças ocorridas durante a década de 60. As finanças, no pós 2ª Guerra, se encontravam com relativa cobertura e influenciadas por pouca especulação. Isto seria explicado pela própria crise de 29, que impeliu um comportamento cauteloso tanto por parte das autoridades monetárias quanto pelos agentes trabalhando sob esta institucionalidade (controles pesados sobre o sistema financeiro, através dos compulsórios). E o que veio a sustentar este comportamento cauteloso foi a instituição do padrão dólar-ouro, acordado e implementado a partir de Bretton Woods, com a idéia de buscar a flexibilidade do padrão ouro e, por conseguinte, garantir a estabilidade monetária através de uma relação determinada entre o dólar e as demais moedas, com o dólar possuindo uma determinada relação com o ouro. Portanto, a estabilidade monetária seria assegurada ao país que detivesse reservas em dólares (porque, pelo fato desta moeda ter paridade fixa com o ouro, teria seu valor garantido na contrapartida deste). Com isso, “A manutenção da paridade entre o dólar e as demais moedas adotadas a partir daí faz com que o dinheiro americano sirva como moeda de intervenção e o valor das várias moedas nacionais se traduza no seu valor, solidificando, portanto, a hegemonia do dólar e consigo a dos EUA, país que no imediato pós-guerra detém as reservas em ouro” (Corrêa, 1996: 46-47).

Então, as autoridades monetárias conseguiam ainda afetar a oferta de moeda via instrumentos tradicionais. Como havia restrita flexibilidade para margens de segurança bancária, o FED tinha relativa tranquilidade para controlar a estabilidade monetária via instrumentos tradicionais, e tinha a ajuda do Tesouro, que detinha o poder sobre a emissão de títulos, únicos instrumentos à época que seriam fontes de liquidez.

Juntamente a esta nova ordem monetária internacional, surgem instituições reguladoras com vistas a ordenar as relações internacionais, como o GATT, regulador do mercado de bens (extinto e substituído depois pela OMC); o FMI, com o objetivo de resolver os problemas nos Balanços de Pagamentos dos países, e o BIRD, para financiamento da infra-estrutura.

Nessa mesma época (anos 60), iniciam-se modificações nos sistemas monetários e financeiros internacionais, que irão permitir outras formas de acesso à liquidez por parte dos agentes econômicos, limitando o poder da autoridade monetária, além do surgimento do mercado de capitais. E essas modificações são oriundas da dinâmica internacionalizada e das condições econômicas favoráveis do pós-guerra, período de

grande prosperidade mundial. Esta dinâmica, ligada ainda à onda de difusão tecnológica da 3ª Revolução Industrial, leva ao aparecimento de

“(...) uma nova fronteira de acumulação, [como] um determinante fundamental para o posterior crescimento por permitir que no pós-guerra os grandes oligopólios americanos ocupem novas áreas de mercado, nas economias avançadas e periféricas, ampliando o crescimento das fronteiras do crescimento da estrutura capitalista existente no período anterior” (Ibidem).

A transnacionalização das empresas americanas, bem como a conseqüente reação das demais potências trouxe, consigo, a solidificação desta dinâmica.

Os EUA, enquanto detentores das reservas internacionais, oferecem grande massa de recursos para que os países europeus se reestruturem, possibilitando o ingresso de suas empresas na Europa e o egresso de produtos estrangeiros em seu território. Esse movimento, contudo, aliado aos gastos militares decorrentes da guerra fria e aos investimentos diretos das empresas americanas no exterior, causaram grande saída de capitais de longo prazo, escancarando a problemática de seu balanço de pagamentos, refém também do chamado “dilema de Triffin”, expressão da restrição externa posta pela paridade fixa dólar – ouro²⁰, cuja idéia era de que

“(...) se os EUA realizassem superávits em balanço de pagamentos, estariam enxugando a liquidez mundial e inibindo a expansão do comércio mundial e o próprio crescimento econômico; mas, se permitisse que seu déficit aumentasse, a credibilidade em sua moeda poderia ser abalada e precipitar um colapso no funcionamento do sistema monetário internacional” (Teixeira, 2000: 5).

Para solucionar o problema foi tentado, por conseguinte, controlar-se o fluxo de capitais dos EUA para o exterior²¹. Isso atinge as filiais multinacionais americanas na Europa, que se vêem impelidas a tomar dinheiro com as filiais de bancos americanos na Europa (já que a restrição só se referia aos créditos fornecidos pelos bancos dentro dos

²⁰ Serrano (2004) nos lembra que a alternativa de seguir políticas econômicas contracionistas para garantir a manutenção da taxa de câmbio nominal nunca foi considerada seriamente pelo governo americano, pois entrava em choque com suas prioridades de política externa e interna, que significaria a admissão, pelos EUA, de uma restrição ao seu crescimento e às suas políticas econômicas em geral.

EUA). O movimento de internacionalização se intensifica fazendo com que, juntamente às questões discutidas anteriormente, forme-se o Euromercado, com a contínua oferta e demanda de dólares fora dos EUA. Aliás, é essa crescente demanda que impulsiona o surgimento de inovações financeiras, na busca dos agentes por ativos mais líquidos e rentáveis. Exemplo dessas inovações é o surgimento do mercado interbancário e do lançamento dos *eurobonds*.

Os EUA também não passariam incólumes a esse processo. Sua estrutura de financiamento e de seu balanço de pagamentos, estando assentadas sob esta dinâmica da qual ele é líder, também seria atingida por inovações financeiras que fariam com que os bancos gerassem liquidez através de operações do lado do passivo. São criados os Certificados de Depósitos, um ativo denominado de posição (*position making*), que na década de 70 foram substituídos pelos *commercial papers*, títulos de curto prazo, emitidos por empresa não financeira e sem garantia real. Com isso,

“(...) começam a emergir nos EUA novos determinantes estruturais, resultantes das inovações financeiras que aí se apresentam. Estão abertas as condições para a diversificação de passivos para que através de uma complexa rede de novos instrumentos financeiros com características de curto prazo, as corporações financeiras e não financeiras tenham condições de bancar suas posições (*make positions*), adquirindo recursos. Está posta a possibilidade de que as empresas cresçam num movimento especulativo e fictício, no contexto de um mercado fi

u ione

Todo este movimento de transformações financeiras, que está umbilicalmente ligado à dificuldade de “(...) sustentar o valor da moeda e a competitividade de suas exportações, [que] está na base dos movimentos especulativos descontrolados e desenfreados que marca a virada da década de 60 para a de 70, bem como da crise monetária que se segue e cujo desfecho foi a ruptura do padrão de Bretton Woods” (Teixeira, 2000: 6), como estamos vendo, iriam colocar os EUA contra a parede, provocando na seqüência reações que iriam consolidar sua hegemonia financeira, ideológica, cultural, institucional e militar. Quando cessa a paridade do dólar com o ouro, em 71, os EUA ficam sem qualquer restrição ao seu déficit no balanço de pagamentos. Com isso, variações repentinas e abruptas na taxa de câmbio, devido a movimentos especulativos contra o dólar, está posta. Isto leva, logo em seguida, ao estabelecimento de contratos a juros flutuantes, nominais e reais, dos países com moeda forte, e à mudança de condicionalidade da formação da taxa de câmbio, o que causa grande instabilidade aos mercados financeiros. O câmbio, que no pós-guerra era fixo e determinado pela relação entre bens, agora possui um componente especulativo, baseado em movimentos financeiros de curto prazo. A instituição de outra inovação, os mercados *off-shore*, seria de grande valia para amortecer os efeitos da crise financeira do início da década de 70²², potencializada pela grande liquidez no mercado financeiro internacional devido ao 1º choque do petróleo.

A essa altura, os EUA já eram um país deficitário e a Alemanha e Japão superavitários, com suas reservas em dólar situadas em um elevado patamar. Esses dólares sobressalentes eram aplicados em títulos do Tesouro americano, aumentando ainda mais as pressões para que houvesse desvalorização do dólar, em meio a um ambiente macroeconômico com inflação galopante, endividamento de vários agentes pertencentes ao sistema monetário internacional (principalmente norte-americanos) e as finanças se tornando cada vez mais especulativas. Aliás, as pressões para com a desvalorização do dólar (em meio a um ambiente em que o que determina o câmbio são os fluxos monetários) se dão justamente pelo fato de que os fluxos financeiros são maiores do que a movimentação no mercado real.

²² Braga (2004) cunha o termo “supermercado financeiro global”, ao se referir às transformações ocorridas no sistema monetário e financeiro internacional e as inovações financeiras que ocorrem no bojo do sistema, além dos impactos dessas transformações sobre variáveis macroeconômicas, como os déficits em conta corrente, taxa de juros e movimento de capitais mundial, por exemplo.

Contudo, mesmo depois de desvalorizado o dólar na primeira parte da década de 70, a indústria americana continuou com crescimento pífio, sentindo a ausência de inovações tecnológicas que deixassem seu parque mais competitivo, além do fato de que o dólar enfraquecido pela desvalorização estava deixando de ser a moeda internacional, pois “(...) embora continuasse a ser ‘meio de pagamento’, (já que os preços do petróleo e de grande parte das *commodities* continuavam denominados em dólar), estava deixando de ser ‘reserva de valor’: bancos centrais e detentores privados de riqueza líquida vendiam dólares e adquiriam marcos alemães, francos suíços, ativos ‘reais’ e, evidentemente, prata e ouro.” (Teixeira, 2000: 6)

Com estas pressões sobre seu câmbio e, por consequência, sobre o balanço de pagamentos, mesmo após a ruptura do padrão monetário que vicejava desde Bretton Woods, o Federal Reserve (FED) adota, em 1979, o controle dos agregados monetários, em vez de controlar a taxa de juros, implicando em aumento das reservas compulsórias exigidas dos bancos nas operações internas. Isso, aliado à imposição de reservas sobre a captação de empréstimos em eurodólares, ao fato de que vários países desejavam um novo padrão monetário baseado na remonetização do ouro (o que, se ocorresse, causaria restrições severas ao financiamento público interno americano e inflação elevada), e a exigência para que eles (os bancos) restringissem o financiamento das atividades especulativas, fez com que as grandes corporações continuassem a abandonar suas posições em dólar, comprando ouro, prata e ativos denominados em outras moedas, forçando sua alta nos mercados. A inflação nos EUA, impulsionada por novo choque do petróleo, não parava de crescer, e a expansão do crédito não se reduziu, pois “(...) as grandes corporações transferiram sua demanda por recursos para as agências no exterior, que não estavam sujeitas às regulamentações do FED. Dessa forma, os bancos puderam desconhecer a nova política monetária e continuar a financiar a especulação nos mercados de ouro e prata” (Teixeira, 2000: 7).

Percebendo isso, o FED esperou a oportunidade para contra-atacar, situação que se consubstanciou quando da invasão da embaixada americana no Irã. Quando isso ocorreu, os EUA congelaram os depósitos iranianos nos bancos americanos situados nos EUA e exterior, assim como ativos iranianos como o ouro. Mas a grande jogada veio quando o governo americano permitiu que os bancos compensassem os empréstimos pendentes do governo do Irã com os depósitos congelados, o que fez com que os bancos

declarassem em default todos os empréstimos iranianos, confiscando os recursos depositados.

Isso resultou numa fuga dos excedentes árabes para posições denominadas em ouro, cuja cotação disparou²³. O FED impôs, já no início de 1980, controles creditícios compulsórios, fazendo com que a recessão viesse, o preço do ouro caísse, com a troca das posições dos aplicadores por ativos denominados em dólar, fazendo com que este voltasse a se valorizar.

A política monetária restritiva, com a elevação das taxas de juros a níveis altíssimos, como tentativa de contornar as ameaças à sua supremacia financeira, se insere dentro desse processo e só veio a funcionar depois de todo esse embate entre governo e setor privado (bancário). Essa decisão lançou a economia americana na recessão.

Com isso, além desse movimento representar a recuperação da supremacia do dólar no mundo, representou o endividamento aumentado dos agentes que contraíram dívidas a taxas de juros flutuantes. Este movimento provoca uma contração brutal na liquidez mundial, fazendo com que os empréstimos que antes eram de longo prazo, transformem-se em empréstimos de curto prazo, utilizados para rolar dívidas existentes. Porém, nem todos os agentes e, de forma geral, países conseguem honrar seus compromissos, sendo que os bancos têm de arcar com o ônus dos empréstimos não cobertos. Em meio à dificuldade de pagamento dos CDB's, e da dificuldade de se conseguir dinheiro no mercado interbancário, há um colapso e a falência de vários bancos internacionais.

Em outras palavras, com essa atitude, os EUA se transformariam numa “zona de influência do dólar”, com a centralidade da moeda no sistema monetário internacional e a autoridade do FED sobre o movimento de capitais restaurada, com os EUA passando a operar

“(…) não apenas como banqueiro do mundo e câmara de compensação das operações de débito e crédito internacionais, mas como banco central da economia mundial, criando passivos que se tornam o único ativo capaz de desempenhar simultaneamente as funções de medida de valores, meio de troca e reserva de valor, e podendo operar, internacionalmente, os instrumentos típicos do controle monetário” (Teixeira, 2000: 9).

²³ Atingiu níveis superiores a US\$ 800 a onça, em Janeiro de 1980 (Teixeira, 2000: 8)

Decorrente deste movimento americano, as finanças dos anos 80 e também 90 irão se caracterizar pela busca do *hedge*. Os *commercial papers* e os *eurobonds* continuam sendo lançados, mas agora em meio ao crescimento do mercado de capitais e sua relação cada vez mais intestina com o mercado de crédito (porque o sistema bancário será cada vez mais requisitado para garantir esses papéis). Além disso, a necessidade de se trabalhar com operações mais cobertas, em meio a contratos cada vez mais instáveis, faz com que a busca por operações de *hedge* seja grande. O mercado financeiro, então, reage a essa crescente instabilidade e a essa busca incessante com operações baseadas nos chamados derivativos e no processo de securitização. Este último significa a emissão de títulos de dívida por parte das grandes empresas e sua negociação no mercado financeiro internacional, evitando assim o alto custo ligado à obtenção de empréstimos bancários. É um processo de endividamento direto junto ao credor, de transformação de títulos ilíquidos em títulos de curto, médio e longo prazo.

Já o mercado de derivativos (opções, futuro e *swaps*), que é manifestação da crescente integração dos mercados, nasce da necessidade de busca de cobertura de contratos que podem se tornar instáveis, tanto para o credor como para com o devedor (o ponto principal desta inovação é que todos os contratos são passíveis de ajustes). Cabe lembrar que este mercado não é de crédito, e sim de cobertura, para os agentes que buscam *hedge* e para os especuladores (inovação que potencializa ainda mais as operações nos mercados financeiros). Portanto distinguem-se, como características desse período:

“(...) o desenvolvimento de instrumentos de *hedging finance* e a integração do sistema financeiro internacional, acompanhada por um acirramento da concorrência. Para este processo influi, de um lado, a desregulamentação, e de outro, a intensidade e rapidez do processo inovativo, que apresenta grande desenvolvimento tecnológico nas áreas de telecomunicação e informática. Isto contribui para uma brutal redução dos custos de intermediação financeira e possibilita a criação de técnicas mais eficientes de administração de portfólios, propiciando assim a referida integração” (Corrêa, 1996: 63).

E quem atua neste mercado de derivativos, com bastante força, são os chamados investidores institucionais (fundos mútuos, fundos de pensão, companhias seguradoras), com os quais a instabilidade sistêmica aumenta, pois os BACEN's não são capazes de controlá-los através dos instrumentos de intervenção disponíveis. Isto, então, se torna

um grande problema para todos os países do globo, e também para os EUA, só que de outra forma, como veremos depois²⁴.

Decorrencia disso é fato de que este novo contexto institucional emergente nos anos 80 coloca limites adicionais à eficácia da política monetária em controlar o dispêndio privado por meio do controle da taxa de juros. Dessa forma, ao final dos anos 70, os bancos centrais passam a dar mais atenção ao controle dos agregados monetários (M1, M2, M3 e M4) na execução da política monetária, entendendo que a atuação por meio da taxa de juros vinha contribuindo para acelerar as expectativas inflacionárias. Em síntese

A interdependência estabelecida entre a taxa de juros e a taxa de câmbio reduz o grau de liberdade de condução da política monetária, especialmente em um quadro de instabilidade e desconfiança quanto a sua efetividade. (FERREIRA & FREITAS, 1990: 56)

Teixeira (2000) nos diz que essa situação não é única apenas na história do capitalismo, mas também na história da humanidade, pois

“As mudanças operadas na economia monetária internacional não dizem respeito apenas a uma elevação do preço da mercadoria universal e todas as suas possíveis conseqüências. Elas dizem respeito a uma mudança da natureza do equivalente geral, que deixa de estar referido a qualquer mercadoria real e passa a ter uma existência exclusivamente fiduciária” (TEIXEIRA, 2000: 9).

Todavia, o que desenvolvemos até agora neste tópico não é tudo. Além de o sistema monetário estar sem lastro para a moeda de referência (e paradoxalmente o dólar estar “forte”), da volatilidade das taxas de câmbio e da presença de inovações financeiras que datam do início da década de 60, este movimento que levou os americanos à atitude de elevação das taxas de juros acabou por consolidar maior liberdade para o movimento do capital financeiro; à asfixia na condução da política monetária (taxas de juros serem hoje o principal instrumento de estabilização financeira), fiscal e cambial, sem qualquer mecanismo de pressão para a correção dos

²⁴ Lembremo-nos sempre de que, quanto mais próximo de uma situação imperial um estado - economia nacional está, mais próximo ele também estará de dissolver as bases nas quais ele se sustenta, por causa das chamadas relações de competição e complementaridade (Fiori, 2004)

déficits em conta corrente (nos EUA); desregulamentação das praças financeiras. Em relação à liberalização dos fluxos financeiros internacionais, temos a remoção de controles sobre os fluxos entre residentes e não residentes como consequência principal. Em relação à desregulamentação das praças financeiras e do sistema financeiro internacional, temos a queda abrupta das restrições internas dos países, legais e institucionais, às atividades financeiras. E, com tudo isso, os EUA continuam sendo o país que é o garantidor da riqueza privada global, em relações de competição e complementaridade com as nações asiáticas. Aliada às transformações financeiras ocorridas nas décadas de 60 e 70, pode-se dizer, de outra forma, que a reafirmação do dólar como moeda de transações e de reserva no sistema monetário internacional, no início dos anos 80, faz com que ganhe força três movimentos simultâneos:

“1. O avanço da internacionalização financeira, escorada na desregulamentação e na abertura das contas de capital *urbi et orbi*. 2. A aceleração da reestruturação produtiva global, mediante as fusões e aquisições e o direcionamento dos fluxos de investimento direto para a Ásia emergente. 3. As mudanças importantes, daí decorrentes, na divisão internacional do trabalho e nos padrões de comércio.” (Belluzzo, 2006: 1)

Por isso, juntamente às transformações monetárias e financeiras, a transformação e expansão dos tentáculos do sistema empresarial da tríade desenvolvida determinou grande ampliação dos fluxos de comércio, tanto o comércio intrafirmas, como o fenômeno do *global sourcing*, que está presente, sobretudo nas estratégias de deslocalização e de investimento que, desde a década de 80, beneficiam sobremaneira as economias asiáticas²⁵, sendo a China um caso em particular. Vejamos então como a questão do avanço da internacionalização financeira, escorada na desregulamentação, no papel do dólar forte e na abertura das contas de capital impactou na dinâmica e nos desequilíbrios do sistema global, dando destaque a seu principal motor, os EUA.

2.2.2 - A poder da moeda e a natureza macroeconômica

²⁵ Discorrendo sobre o crescimento econômico e as diversidades regionais, Palma (2004) nos diz que as economias do leste asiático adquiriram um tipo diferente de vantagens comparativas endogenamente geradas, basicamente pela criação de um ambiente institucional que lhes permitia seguir um padrão chamado “gansos voadores” na produção e no enobrecimento da pauta exportadora. Seu sucesso foi baseado no setor externo, na abertura dos mercados da OCDE, notadamente o mercado americano, para exportação de manufaturados, e na rápida taxa de expansão do comércio internacional destes produtos (Palma, 2004: 406-407).

Nesta seção vamos destacar a natureza dos desequilíbrios globais, tanto em nível mundial como em nível de EUA, as formas de ajustamento dos desequilíbrios e os desafios para se manter um equilíbrio intrinsecamente instável, principalmente em relação ao déficit na conta corrente dos EUA. Para isso, nos ateremos, principalmente, em autores como Folkerts-Landau e Garber (2003), Eichengreen (2004), Obstfeld (2005) e Obstfeld e Rogoff (2004, 2005)

2.2.2.1 - Causas da instabilidade no mundo e nos EUA

As causas das instabilidades globais e dos EUA, segundo os autores listados acima (ponto comum entre eles), estão ligadas a questões como o elevado nível de investimento dos EUA, principalmente na última década, e o seu déficit em transações correntes, que se torna correia de transmissão para o endividamento. Isso demonstra que esses elevados níveis de investimento, especialmente em subsídios e produção bélica, dependem em grande parte de poupança do resto do mundo para existirem, o que acaba por pressionar a conta corrente do EUA que está em déficit de 6% em proporção do PIB. Só pra termos uma idéia, durante a era Bush, os déficits americanos (orçamentário e comercial) cresceram assustadoramente. O déficit comercial dos Estados Unidos tem sido persistente desde o início da década de 1990, porém começou a ganhar proporções mais significativas a partir de 1996, quando a trajetória crescente de déficit acelerou-se. O déficit orçamentário americano passa a ser aceleradamente crescente no início deste século, especialmente após os atentados de 2001, devido ao aumento vertiginoso dos gastos militares.

Outro fator que entra como causa da instabilidade é a posição da China na economia mundial e seu regime cambial depreciado em relação ao dólar. As altas taxas de crescimento da China, ao contrário de um baixo crescimento dos países europeus, vêm gerando um crescimento mundial díspare que acaba por criar um grande saldo (poupança), que é investido no resto do mundo e que gera instabilidades, especialmente nos EUA, que tem os países asiáticos como seus principais financiadores do déficit nas transações correntes. A China vem apresentando crescentes superávits comerciais com os Estados Unidos, pois, além de possuir uma grande competitividade (em virtude dos baixos custos com mão-de-obra neste país), também opera com uma taxa de câmbio depreciada. Os baixos custos de mão-de-obra proporcionam ganhos relativos no

comércio mundial e este ganho é virtualmente fortalecido pela taxa de câmbio desvalorizada, que proporciona maior competitividade dos produtos chineses no comércio exterior e maiores níveis de poupança para serem reinvestidos no resto do mundo.

Por outro lado, há o padrão de gasto americano, que é, da mesma maneira, determinante na formação deste déficit. Os Estados Unidos cresceram durante toda a década de 1990, presenciando um substancial aumento de renda, que se transformou em gastos, ou seja, com o crescimento há um aumento na renda, este aumento na renda proporciona aumento nas importações maior que o crescimento das exportações, gerando déficit. Como o país cresceu e as taxas de juros foram muito baixas durante muito tempo, a taxa de poupança americana (poupança pública e privada) passou a ser muito baixa, fazendo com que os Estados Unidos tivessem que recorrer à poupança externa (que se encontra elevada) para financiarem os seus gastos internos.

O crescimento americano tem um papel importante neste processo de endividamento contínuo, pois, no que diz respeito ao comércio internacional, há uma assimetria entre o crescimento econômico dos Estados Unidos e o crescimento econômico do resto do mundo. Esta assimetria consiste em que, quando o resto do mundo cresce os Estados Unidos exporta, porém, quando os Estados Unidos cresce, este importa muito mais, gerando um problema de assimetria que se reflete no balanço de pagamentos destas economias e que para os Estados Unidos resulta em déficit comercial.

Estes aspectos refletem fatores relacionados ao lado renda do comércio internacional, entretanto há outros fatores que também explicam o elevado déficit americano. Estes fatores estão relacionados com o lado financeiro. Um dos motivos relacionados a este lado refere-se à atração que os Estados Unidos exercem sobre os investimentos em âmbito mundial. Os Estados Unidos possuem obrigações na proporção de 96% do PIB, enquanto que os ativos são da ordem de 71% do PIB, deixando os Estados Unidos numa posição líquida desfavorável na ordem de 24% de seu próprio PIB, que por sua vez é quase um quarto do PIB mundial.

Um outro ponto de destaque na formação do déficit comercial americano está relacionado a choques de oferta. O país foi afetado por choques nos preços do petróleo e nas commodities, produtos que os Estados Unidos são grandes importadores. Estes choques impactaram negativamente a balança comercial americana. A renda gerada para estes países tomou a forma de reservas internacionais e também voltou para os

Estados Unidos na forma de investimento, isto é, estes países, exportadores de petróleo e commodities, aproveitaram-se dos superávits proporcionados pelo choque de preços e adquiriram obrigações americanas.

Esta posição extremamente desfavorável é, para os Estados Unidos, tolerável. Este é um aspecto interessante, pois, dificilmente outros países, inclusive ricos, suportariam um déficit nesta proporção. A questão que se segue é porque para os Estados Unidos há esta tolerância? A resposta para esta questão é que os Estados Unidos não sofrem de “currency mismatches” e nem de “maturity mismatches”.

E o que é o “currency mismatches” e o “maturity mismatches”? O “currency mismatch”, ou desequilíbrio de moedas refere-se ao fato de um país possuir ativos denominados em uma moeda e obrigações em outra. O “currency mismatch” está diretamente relacionado ao problema do “Original Sin”, isto é, um país não consegue emitir títulos de dívida em sua própria moeda no mercado internacional, algumas vezes nem mesmo no mercado nacional. Os países que sofrem do “Original Sin” fatalmente estão afetados pelo “currency mismatch”. O “maturity mismatch” refere-se ao desencontro de prazos de sua dívida, isto é, um país pode possuir ativos de longo prazo e obrigações de curto prazo, proporcionando uma instabilidade que pode tornar-se insustentável.

Os Estados Unidos não sofrem destes dois problemas e isto justifica, em parte, a complacência dos mercados para com o enorme déficit americano, pois, ao não sofrer de “currency mismatch”, este país pode em última instância emitir papel moeda para saldar suas dívidas.

Mas a complacência dos credores para com o enorme déficit americano não é somente devido à ausência de “currency” e “maturity mismatches” em sua estrutura. Os grandes financiadores deste déficit americano (países asiáticos e exportadores de commodities e petróleo) são possuidores de obrigações americanas e de vultosas quantidades de reservas internacionais. Portanto, torna-se racionalmente compreensível a complacência para com o déficit americano, pois uma depreciação do dólar provocaria reduções em seus respectivos ativos.

Os maiores responsáveis pelo financiamento do enorme déficit americano são os países asiáticos, que ao adotarem políticas de crescimento impulsionado pela via exportadora, presenciaram constantes superávits comerciais. O financiamento do déficit americano é especialmente exercido por China, Japão e Coreia do Sul, além de outros países exportadores de commodities e petróleo, que têm acumulado reservas e que

demonstram disposição destes países em financiar o déficit americano. Isto demonstra que os Estados Unidos possuem um baixo nível de poupança, fazendo com que este país tenha que endividar-se no exterior e também que o nível de poupança no resto do mundo está elevado. Mas esse acúmulo de reservas cria uma pressão sobre o preço do dólar, depreciando-o em nível mundial. Contudo, esse volume de reservas serve para proteger as economias emergentes de eventuais crises financeiras e, como já destacado, é um incentivo para os EUA manterem os gastos públicos elevados. Aliado a isto, há o fato de os Estados Unidos serem um país atrativo para investimentos, pois a relação entre risco e retorno é baixa e atrativa para os aplicadores.

2.2.2.2 – Acomodação da instabilidade

As formas de acomodação das instabilidades globais e dos EUA passam pelo ajustamento das economias em desenvolvimento, especialmente a China, e pelo ajustamento da conta de transações correntes dos EUA. O foco no “ajustamento” das economias em desenvolvimento é necessário para diminuir a pressão sobre a conta capital dos EUA, uma vez que esses países reinvestem seus capitais em títulos da dívida dos EUA, considerados os mais seguros do mundo. Esse processo se daria, principalmente, através da intervenção das autoridades monetárias no mercado cambial,

instabilidades globais, especialmente dos EUA, uma vez que a maioria dos déficits dos EUA pode ser atribuída ao aumento da poupança do resto do mundo e da queda de investimentos lucrativos. Como fonte de poupança mundial, segundo os autores, teríamos os mercados de economias em desenvolvimento e o preço do petróleo, que tem aumentado a poupança de países como a Venezuela, África do Sul e outros²⁶.

Em termos de acomodação das instabilidades a partir de ajustamentos na conta corrente dos EUA, Obstfeld (2005) e Obstfeld e Rogoff (2004, 2005) sugerem a redução do déficit na conta corrente dos EUA. Esse déficit está associado ao baixo nível de poupança do governo e do alto nível de investimentos e aplicações. Há também, nos dias de hoje como determinante do déficit na conta corrente os baixos níveis de investimento na Europa e Japão e em muitos mercados em desenvolvimento.

Sabe-se que o enorme déficit americano é financiado por diversos bancos centrais ao redor do mundo, especialmente os dos países asiáticos e dos países exportadores de commodities, que têm acumulado grandes quantidades de reservas internacionais. Este processo de financiamento da dívida americana explica, em parte, a complacência do mercado com os Estados Unidos, pois uma desvalorização da moeda americana significa perda em seus ativos, o que não é interessante para estes países. Todo este movimento acena para que prevaleça a hipótese de ajustamento via “pouso suave”, pois se nota que os mercados estão complacentes com os Estados Unidos e existem interesses que não se ajustam a uma queda abrupta e forçada do dólar.

Obstfeld e Rogoff (2005) salientam que como políticas prudentes para conter os desequilíbrios globais incluem encontrar formas para reverter o declínio da poupança do EUA, particularmente através do desenvolvimento de uma estratégia mais crível para fechar o déficit do orçamento federal e iniciar reforma atuarial das pensões e dos programas de benefícios. Por outro lado, seria prudente e essencial que a Ásia tenha responsabilidade para rolar sua participação no ajustamento do orçamento²⁷ (isso

²⁶ Obstfeld, 2005.

²⁷ Obstfeld e Rogoff (2005) concordam que o aumento da integração financeira global pode explicar os grandes déficits em conta corrente, particularmente no fato de que uma maior integração comercial ajuda a dar suporte a uma integração financeira. Mas a queda do déficit em conta corrente dos EUA deve ser alcançada, em última análise, através de um comércio mais balanceado – pois a balança comercial é o principal componente da conta corrente. Qualquer correção na balança comercial é capaz de causar uma grande mudança **in the dollar exchange rate**. Uma menor mudança no dólar é possível somente se o ajuste ocorrer em um período muito longo (por exemplo, uma década) e neste caso a mobilidade do capital e trabalho entre setores e economias pode significativamente reduzir a necessidade de mudanças nos preços relativos. De outra maneira, caso o ajuste seja brusco, a queda potencial do dólar é muito grande, principalmente devido à rigidez dos preços nominais e do imperfeito *pass-through* da taxa de câmbio que impede o ajustamento.

mesmo, o termo usado pelo autor é RESPONSABILIDADE). Se mudar a demanda nos EUA a Ásia precisará desvalorizar a sua moeda em pelo menos 25%. Outros autores, como Bergsten (2004) e Eichengreen (2004), defendem que o ajustamento deve ser feito também pela Ásia, isto é, os países asiáticos deveriam intervir valorizando suas moedas, que se encontram depreciadas, perante o dólar e participando ativamente do ajustamento global.

2.2.2.3 – Existem condições para sua sustentabilidade?

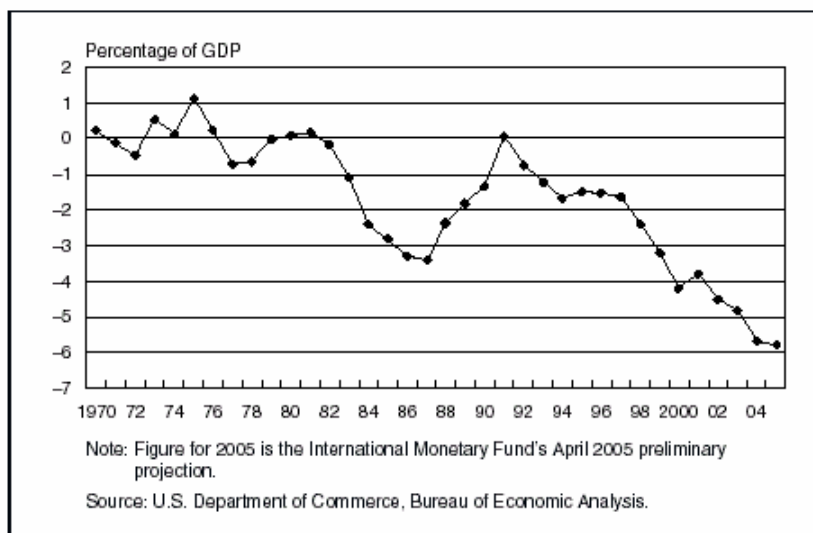
As considerações acerca do tempo que se sustentará esse sistema estão divididas entre os mais moderados, como Folkerts-Landau e Garger (2004), que acreditam que esse sistema mantém-se por mais 10 ou 20 anos, e os alarmistas que acreditam que o déficit nos EUA e a estratégia de crescimento baseado em exportações realizada por países asiáticos, tenha duração de no máximo mais dois anos.

Na visão de Folkerts, Landau e Garber (2003), o dólar depreciado na Ásia, somado à elevada acumulação de reservas pelos bancos centrais desses países, é necessário se aquela região está sustentando seu crescimento mantido nas exportações e absorvendo o excesso de trabalho dentro do emprego industrial. Comparando com a China, outros países como os países asiáticos não japoneses têm um mercado de capitais mais sofisticados e mais aberto. Aqueles países não serão capazes de manter artificialmente depreciadas suas taxa de câmbio.

Projetando um cenário alarmista, autores como Roubini e Sester (2004) descrevem particularmente um cenário de ajustamento global e especialmente com os EUA perdendo reservas monetárias e reduzindo as taxas globais de juros. Outras escolas de pensamento defendem que a conta corrente dos EUA deve ser ajustada para que o processo seja menos dolorido. Além disso, é forte a conclusão de que em um mundo onde a conta corrente pode se ajustar abruptamente trazida com gr

abaixo (apud Obstfeld, 2005) mostra o comportamento do déficit americano nos últimos 35 anos.

Figure 1 U.S. Current Account Balance, 1970–2005



Por tudo isso, apesar do gigantesco déficit em transações correntes, reafirmamos que a demanda pela moeda americana é, mais do que nunca, função do poder dos Estados Unidos como país hegemônico e, portanto, de seu papel de garantidor universal da riqueza privada, cujo valor repousa, em última instância, nos títulos públicos americanos, enquanto ativos líquidos da economia global. Enorme vantagem para quem tem um déficit de transações correntes da ordem de mais de 700 bilhões de dólares (Obstfeld, 2005). Aliás, caso esse déficit continue como está, os Estados Unidos podem convergir para uma razão dívida externa sobre PIB próxima de um. Como vimos, a grande financeirização da riqueza permite que os EUA facilmente rolem esses déficits cada vez maiores por um período de tempo cada vez maior. Dito isto, temos que:

“A demanda de não residentes por títulos do governo americano, especialmente a que nasce dos saldos comerciais e enormes reservas dos países asiáticos, vem permitindo a expansão do crédito e sustentação do preço dos ativos no mercado financeiro americano. Enquanto isso, as famílias se endividam ainda mais para adquirir produtos baratos oriundos dos “produtivistas” da Ásia. Uma demonstração prática das relações entre hegemonia monetária, expansão de crédito, valorização de ativos e crescimento econômico.” (Belluzzo, 2006: 2).

O crescimento do gasto das famílias e das grandes empresas produtivas, juntamente ao elevado endividamento do setor financeiro americano, através de cotas

em fundos de investimento, fundos de pensão e de seguro, são a contraface do enorme afluxo de capitais, expressão da financeirização da riqueza, da liberalização dos mercados de câmbio e de títulos e da própria desregulamentação sobre o controle dos fluxos de capitais, que se agiganta na década de 80, e é levada a cabo a partir das posições superavitárias em conta corrente, acumuladas na Ásia e cada vez mais em outras regiões em desenvolvimento. Já a integração pelo comércio e pela atração do investimento direto, associada a uma política de proteção de uma taxa de câmbio real competitiva, mediante intervenções e controles sobre a conta de capital, constituiu-se em um fator principal para o sucesso do modelo chinês de crescimento acelerado e graduação tecnológica, como já comentado anteriormente.

Todavia, como vimos anteriormente, a rápida industrialização da China e dos países do Sudeste Asiático está deslocando uma fração importante da demanda global para os produtores de matérias-primas e alimentos. Sabemos que a China sustenta um saldo positivo muito elevado, superior a 200 bilhões de dólares, com os Estados Unidos. Contudo seu déficit é crescente com o resto da Ásia e com os demais parceiros comerciais. Além disso, o bloco industrializado da Ásia, sobretudo a China, funciona como uma engrenagem de transmissão entre a demanda gerada nos Estados Unidos e a oferta das economias “exportadoras de recursos naturais”, como é o caso do Brasil.

2.2.2.4 – Processo de expansão/concentração da riqueza e a competição interestatal.

Metri (2004) possui uma hipótese interessante e que tem relação com os objetivos que movem esta seção. Para ele, a inserção da economia americana no padrão dólar-flexível assenta-se na presença de hierarquia monetária bem definida no sistema financeiro internacional (SFI), em cuja posição de destaque está o dólar (sua aceitação se basearia no acesso aos mercados mais líquidos e profundos). Com isso, para ele a expansão financeira se ligaria ao processo de expansão e concentração da riqueza no globo e à competição interestatal, que molda as relações geopolíticas e geoeconômicas dos Estados, buscando com isso alimento para seu incessante crescimento e multiplicação.

Com efeito, ele começa a discutir porque o dólar possui papel chave como divisa do sistema monetário e financeiro internacional: se em Bretton Woods ficou instituído que as taxas de câmbio acompanhavam o saldo em transações correntes, e as taxas de juros internas podiam, assim, serem diferentes das taxas de juros internacionais, no quadro atual, sob a influência do padrão dólar flexível, a situação muda. Essas variáveis passam a depender mais do risco percebido pelos agentes em relação à conversibilidade das moedas nacionais: quanto maior a diferença entre os riscos percebidos, mais assimétricas são as remunerações exigidas. Isso faz com que existam diferentes graus de liberdade para o estabelecimento das taxas de juros praticadas em cada economia. Dada esta constatação, então ele conclui: se a política monetária depende do mercado de divisas e de ativos, isto possui diferentes implicações para competição interestatal, pois diferentes posições nesta hierarquia significam maiores ou menores oportunidades para a condução de políticas nacionais de desenvolvimento. Para os EUA, por um lado, o “dono do dólar”, isto não é nenhum problema, como já vimos anteriormente. Por outro lado, isto possui sérias implicações para a dinâmica da competição interestatal, uma vez que o aumento assustador do poder dos EUA cumpre o papel de inibir/suprimir o principal motor de sua riqueza e poder: a competição com seus pares no sistema interestatal. O que nos leva novamente ao papel da competição e da guerra como formas de aumentar o poder e a riqueza no sistema de estados – economias nacionais.

Que o dólar, enquanto divisa do sistema monetário e financeiro internacional (SMFI), é um dos elementos que propiciam o enorme poder que o gigante americano possui hoje, não resta dúvida. Mas então, quais são os alicerces que permitem ao dólar ter papel chave como divisa do SMFI? De acordo com Metri (2004), é o sistema financeiro dos EUA e seus títulos da dívida pública. Os títulos públicos dos EUA facilitariam a administração dos riscos privados (que possuem relação com a administração de portfólios, sendo estes dependentes do grau de desenvolvimento do sistema, da moeda com a qual o sistema trabalha e do grau de concorrência ali presente), e por não terem substitutos à altura, eles cumpririam papel fundamental na determinação da eficácia e estabilidade do sistema financeiro internacional. Além disso, eles proveriam uma taxa de juros de referência para o processo de formação de preços dos títulos dos mercados privados de renda fixa; seriam veículos de *hedge*; facilitariam a administração de liquidez; seriam instrumentos seguros para aplicações de longo prazo; e porto seguro para o SFI. Suas principais características individuais seriam ter

risco de crédito mínimo, alta liquidez, e contribuir para prover com uma infra-estrutura desenvolvida a concorrência entre os agentes nesses mercados.

Por tudo isso, os títulos da dívida pública americana são os ativos mais nobres de um SFI desregulado, liberalizado e instável, permitindo a administração de riscos elevados nesse. Com isso, chegamos à conclusão de que esta dívida pública, além de ser o resultado dos gigantescos gastos fiscais dos EUA, é resultado também das necessidades de natureza financeira para a estabilidade mínima do atual padrão monetário. Isto possui impacto direto, como já citado, sobre as políticas nacionais de desenvolvimento.

Dado então o que foi exposto,

“a conjugação entre dólar forte e déficit em conta corrente – com importações baratas da Ásia e forte imigração de mão-de-obra da periferia – foi decisiva para que os ciclos americanos (o dos anos 90 e o atual) atingissem o auge, sem que o aquecimento nos mercados de trabalho e de bens suscitasse pressões inflacionárias” (Belluzzo, 2006:2).

Podemos dizer, pois, que é necessário um ajuste global, e que apenas uma valorização das moedas asiáticas ou desvalorização do dólar não será suficiente para a correção do enorme déficit comercial americano. O ponto mais importante seria a necessidade de um choque de produtividade na economia americana para reverter este quadro desfavorável. Uma outra necessidade seria a mudança no padrão de gasto dos americanos, que também explica uma importante parcela do déficit. Este padrão de gasto baseado no endividamento causou uma grande bolha imobiliária, em que os americanos endividam-se tendo seus imóveis como garantia, entretanto, esta bolha em algum momento irá estourar. Temos também a provável correção das moedas asiáticas, que se encontram depreciadas.

Conclusão

No decorrer desse trabalho, procuramos evidenciar várias das faces e vários instrumentos que sustentam o poder americano (em diferentes graus de abstração), poder esse expresso em sua postura Imperialista, manifesta em suas iniciativas e em seu poderio militar, sustentado e potencializado pelo desenvolvimento tecnológico. Dizer isso significa reconhecer que o desenvolvimento tecnológico americano foi levado a cabo como um empreendimento militar, por meio da construção do chamado complexo militar-industrial-acadêmico. Um poderio que se expressa, também, através dos vários instrumentos econômicos, como uma institucionalidade fortalecida desde a década de 70, tal como denotam a liberalização e a desregulamentação dos mercados; no papel do dólar como divisa chave do sistema monetário e financeiro internacional, conforme a função desempenhada por títulos do Tesouro Americano, ativos de grande liquidez e segurança no mundo, o que permite, dentre outras coisas, sustentar gigantescos déficits em conta corrente e crescentes déficits fiscais.

A respeito da dinâmica da economia mundial, como bem lembram Tavares e Belluzzo (2004), as transformações advindas a partir dos anos 70 envolveram a redistribuição da capacidade produtiva na economia mundial, sobretudo na indústria manufatureira; o aparecimento de desequilíbrios duradouros entre os EUA, Europa e a Ásia, assim como o avanço da globalização financeira. Dois são os momentos cruciais que definem o curso das transformações, relacionados que estão à valorização do dólar e à expansão da posição dos EUA enquanto devedor líquido: no início dos anos 80, taxas de juros elevadas fomentaram o déficit orçamentário e a valorização do dólar; nos anos 90, a ampliação do déficit em conta corrente dos EUA através do gasto e endividamento privados, com liberdade para adotar uma política fiscal expansionista, com um ritmo de crescimento da demanda nominal bem acima da produção doméstica. O desenrolar desse processo e suas características singulares, que já foram aqui tratadas, contribuíram para fazer com que os EUA, tendo em vista seu gigantesco déficit em conta corrente, não precisassem se preocupar com o risco de uma fuga do dólar.

“A demanda pela moeda americana nasce hoje do papel dos EUA como economia dominante no comércio internacional e nos mercados financeiros onde continua a atração dos títulos públicos como ativos líquidos de última instância na economia global. (...) A ‘globalização americana’ ensejou, de forma inédita, a articulação estrutural entre o sistema de crédito, a acumulação produtiva das empresas, o consumo privado e a gestão das finanças privadas e do Estado (particularmente da dívida pública). Esta verdadeira fusão de funções e de interesses reafirma o caráter essencialmente ‘coletivista’ (e macroeconômico) da nova dinâmica de reprodução do capitalismo central. Uma exibição prática da ‘macroeconomia política’ do Poder e da Riqueza Americanos, fundamentados nas relações entre hegemonia monetária, expansão do crédito, valorização de ativos e crescimento econômico” (Tavares e Belluzzo, 2004: 134-135).

É de se notar que as relações entre Estado e Mercado, uma forma imperfeita de exprimir as relações entre política e economia, não são ‘externas’, de simples intervencionismo. São orgânicas e constitutivas. Essas formas socializadas do poder privado permitem diversificar a riqueza de cada grupo, distribuí-la por vários mercados e assegurar o máximo de ganhos patrimoniais, se possível no curto prazo. E os agentes dessas operações são as instituições financeiras, que definem os preços de venda, os métodos de financiamento, a participação acionária dos grupos, as estratégias de valorização das ações. “A garantia final - mas certamente não definitiva – do processo de valorização dos ativos é a existência de um estoque de ativos líquidos e seguros emitidos pelo governo do país hegemônico. Este é o mercado ‘competitivo’ do capitalismo formado por empresas gigantes na era da desregulamentação e da liberalização” (Tavares e Belluzzo, 2004: 135).

No bojo dessa argumentação, no século XXI, a geoeconomia capitalista estaria configurada de uma forma em que o comando é dado pelo poder de contenção e de controle geopolítico dos EUA; o motor é dado por sua gigantesca economia, e o caminho que o capitalismo americano encontra para se expandir é a Ásia ressurgente, destacando-se a China. O governo chinês, mesmo com sua entrada na OMC e das várias reformas de cunho liberal, manteve o controle cambial e não abriu sua conta de capitais, continuando, de toda a maneira, a ser o maior absorvedor de investimento direto das filiais globais, sendo também o segundo maior financiador do déficit americano através de retenção de reservas aplicadas em títulos públicos.

Por tudo isso, não há porque estabelecer um confronto entre os argumentos expressos por Ana Esther Cecenã e Ellen Wood em suas formulações acerca do capitalismo contemporâneo, embora devamos relativizar suas idéias. Estamos argumentando que não há porque levar a cabo uma dicotomia entre a esfera militar e econômica, com a escolha de qual das duas seria mais importante ou qual delas determinaria a outra. A esfera militar, por tudo o que foi discorrido, tem sua importância não tanto como eixo ordenador do sistema, como bem nos lembram Cecenã (1995), mas como sustentáculo/invólucro/ignição da dinâmica do sistema, argumento trabalhado por Tavares e Belluzzo (2004). Vale notar, como bem lembra Wood (2004), que os EUA são o primeiro império verdadeiramente capitalista, diferentemente dos impérios anteriores - o que condiz com a realidade, pois o poder dos Impérios anteriores era baseado no domínio político, jurídico e militar. A esfera econômica não tinha a mesma importância que possui nos dias atuais. Como vimos, a autora intenta uma sinopse da natureza do poder capitalista, ao afirmar que, no modo capitalista de exploração, o poder está na mediação econômica do mercado, com os trabalhadores vendendo sua força de trabalho em troca de um salário, e não através do poder coercitivo direto, de modo que é esta natureza específica da dominação de classe no capitalismo que a diferencia das outras formas. A relativização à qual nos referimos, e em torno da qual discorreremos ao longo dessa dissertação, pode ser assim sintetizada: para haver mediação econômica do mercado, a utilização do poder coercitivo direto é necessária e inevitável. Uma vez que essas condições tenham sido atendidas, os argumentos de Wood e Cecenã, corroborados por Fiori (2004), possuem grande fundamento, razão pela qual entendemos pertinente tomar de empréstimo as suas próprias palavras:

“(...) o objetivo da disputa e o prêmio para os vencedores seguem sendo o monopólio, as barreiras à entrada ou, por último, a destruição do concorrente ou adversário. Mas, ao mesmo tempo, os ‘estados - economias nacionais’ não têm como aumentar seus poderes se seus concorrentes desaparecerem, nem tem como enriquecer se seus competidores empobrecerem de forma absoluta; [em outras palavras] (...) se pode dizer que a expansão do poder global, na direção do império mundial, é uma força que levaria à entropia do sistema ao provocar sua homogeneização interna com o desaparecimento das hierarquias e conflitos das suas unidades constitutivas responsáveis pelo dinamismo e pela ordem do próprio sistema. Um só império seria sinônimo de um só ‘território econômico’ com uma só moeda. Isto

suporia a eliminação simultânea das soberanias políticas e das moedas nacionais dissolvidas no comando único, político e monetário do império que passa a ser responsável pela política monetária e orçamentária de todas as províncias. Neste caso se eliminaria também o habitat do capital financeiro, que se alimenta da competição interestatal” (Fiori, 2004: 37,57).

Poucas vezes os principais atores da competição econômica foram os mesmos da competição militar. Na maior parte das vezes predominou o conflito, e na menor parte as relações de complementaridade. Nessa menor parte é que residem os momentos excepcionais de convergência entre as Grandes Potências, e um desses está situado entre 1945 e 1973, em que o sistema político e econômico mundial seguiu uma espécie de governança global, baseada num sistema de regimes e instituições supranacionais. Porém “A cooperação e a convergência entre os principais países capitalistas, neste período, se deveu muito mais à ameaça da Guerra Fria e ao medo da mobilização das grandes massas insatisfeitas, dentro e fora da Europa, do que à opção de um regime de Governança Internacional” (Fiori, 2004: 55). Por isso não há como explicar a formação e as crises de hegemonia sem tomar em conta o ímpeto expansivo e ao mesmo tempo destrutivo do *hegemon*.

Um só Império, portanto, contrariaria a própria lógica do nascimento dos Estados Nacionais, das finanças, das moedas e sua lógica de concentração e centralização de poder. A história tende a confirmar este fato: em 1973, os EUA abandonam o sistema monetário acordado em Bretton Woods, começando uma nova fase em que a cooperação é sobrepujada pelo conflito e imposição, culminando com o fim da Guerra Fria. Na década de 1990, a avalanche e a conquista do domínio pelas idéias liberais aproximou o mundo da tendência ao “Império Mundial”, sendo esse processo revertido rapidamente depois do ano 2000, numa volta à realidade da preponderância dos interesses nacionais das Grandes Potências sobre o ideal do “mundo único”. Hoje, o mundo se situa muito distante de estar no caminho do que pode ser chamado liderança hegemônica, como a que foi vivida no 30 Anos Gloriosos.

Por isso, com efeito, passados 16 anos desde o término oficial da bipolaridade entre EUA e URSS, mesmo que o que se veja simplesmente com uma olhada rápida é o fato de que os EUA se mostram, mais do que nunca, como a nação mais poderosa do mundo (chegou a ter seu poder ameaçado na década de 80, mais sua queda nunca

chegou a se consolidar), não significa que ele já seja um império, mas que toma decisões e tenta caminhar para a trajetória que leva a uma configuração imperial porque, em nome da sobrevivência, “(...) toda Grande Potência está obrigada a seguir expandindo o seu poder, mesmo que seja em períodos de paz, e se possível, até o limite do monopólio, absoluto e global” (Fiori, 2004: 41). Todavia, como já mencionamos, o capitalismo depende do Estado Nacional.

Isso fica patente quando observamos o processo de globalização financeira e a estratégia expansionista e intervencionista (não menos claramente desgastante hodiernamente, por sinal), trabalhados por Tavares e Belluzzo (2004), dos EUA pelo mundo afora; contudo, como vimos anteriormente, a efetivação de um estado essencialmente imperial só se daria com a supressão do estado nacional, que significaria também o fim do capitalismo, sistema esse baseado nas interconexões, interpenetrações e contradições entre o poder político e os interesses privados, representados principalmente pelos grandes oligopólios e o capital financeiro. E toda essa argumentação está ligada à discussão sobre Império e Imperialismo: o primeiro seria um estado de poder absoluto, conquistado com a utilização da força, de subjugação total dos adversários. Um estado que, uma vez alcançado, significaria a morte da ordem econômica e social existente hoje, uma vez que destruiria a própria dinâmica que a ela dá sustentação: a competição dos estados-economias nacionais. Do Imperialismo fariam parte todas as decisões e ações emanadas das superpotências em direção à aquisição de um poder global cada vez maior, tanto política, econômica, ideológica, cultural, militar.

Portanto, sob a já citada e emblemática contradição explicitada por Fiori (2004:37,57), concluímos nossa dissertação, lembrando que é nela que reside o dilema que se expressa na competição interestatal e sua insolubilidade atual.

Referências Bibliográficas

ABBATE, Janet (1999). *Inventing the Internet*. Cambridge: MIT Press. pp. 36-111.

ALMEIDA, Fernando C. (2005). Poder Americano e Estados Nacionais. Projeto de dissertação defendido junto ao Programa de Pós-graduação em Economia. Uberlândia: IE-UFU.

ALVES, Ricardo Luiz. (2004). A doutrina clausewitziana da guerra ou a apologia política do militarismo estatal em função da "raison d'état". *Jus Navigandi*, Teresina, ano 8, n. 431, 11 set. 2004.

Disponível em: www.jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=5674. Acesso em: 19 jul. 2006.

AMARAL, Arthur B. et al (2006). Pensando o “Neoterrorismo”. Grupo de Acompanhamento e Análise do Terrorismo Internacional (GAATI), Laboratório de Estudos do Tempo Presente (TEMPO) – IFCS/UFRJ. Disponível em: http://www.tempopresente.org/index.php?option=com_content&task=view&id=355&Itemid=53. Último acesso em 19/06/2006.

ARRIGHI, G. (1997). *A Ilusão do Desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes.

_____. (1994). *O longo século XX – dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro/São Paulo: Contraponto/Ed. Unesp.

BACEVICH, A. J. (2002). *American Empire: The Realities and Consequences of US Diplomacy*. Cambridge: MA: Harvard University Press.

BALANCO, Paulo *et al* (2004). Crise e globalização no capitalismo contemporâneo: alguns aspectos do debate em torno dos conceitos de Estado-Nação, Império e Imperialismo. *Anais do IX Encontro Nacional de Economia Política*. Uberlândia: SEP, maio.

BARAN, Paul (1984). *A Economia Política do Desenvolvimento*. São Paulo: Abril Cultural.

BARNETT, T. P. M. (2003). The Pentagon's new map. *Esquire* March. <http://www.nwc.navy.mil/newrulesets/ThePentagonsNewMap.htm> (último acesso em: 29/06/2006)

_____ and GAFFNEY, H, H, Jr. (2003). The Top 100 Rules of the New American Way of War. <http://www.nwc.navy.mil/newrulesets/Top100Rules.pdf> (último acesso em 29/06/2006)

BELLUZZO, L. G. M. (2006). A nova hegemonia. *Revista Carta Capital*, 19 de Abril de 2006 - Ano XII - Número 389.

_____. (1995). O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados “globalizados”. *Economia e Sociedade* (4). Campinas: IE/UNICAMP, junho.

BIDET, Jacques. (2004). A multidão perdida no império. *Revista Crítica Marxista* (19), Editora Revan.

BLUM, William (2005). Breve historia de las intervenciones de Estados Unidos desde 1945. (Tradução de Ana Esther Cecenã). Texto disponível em <http://www33.brinkster.com/revistachiapas/No10/ch10blum.html>.

BORON, Atilio (2004). Poder, “contrapoder” e “antipoder”. Notas sobre um extravio político teórico contemporâneo. In Martins et al 2004. org. *Globalização: dimensões e alternativas*. Editora PUC Rio, pp. 83-109.

BRAGA, J. C. S. e Cintra, M A. M. (2004). Finanças Dolarizadas e Capital Financeiro: exasperação sob o comando americano. In: Fiori, J.L. 2004. org. *O Poder Americano*. Petrópolis: Vozes, pp.253-307.

BRAUDEL, Fernand (1995). *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. Tradução de Thelma Costa.

BRENNER, Robert (2004). Um novo imperialismo? In Martins et al 2004. org. *Globalização: dimensões e alternativas*. Editora PUC Rio, pp. 19-36.

BUKHARIN, Nikolai Ivanovich (1984). *A economia mundial e o imperialismo: esboço econômico*. (Tradução de Raul de Carvalho). São Paulo: Abril Cultural, 164p.

CECENÃ, Ana Esther. (2002). América Latina en la geopolítica del poder. Disponível em <http://www.redem.buap.mx/acrobat/cecena7.pdf>

_____. (1997) El núcleo estratégico de la producción y las relaciones estado mercado. Disponível em www.redem.buap.mx/word/cecena3.doc

_____. (1995). Estados y empresas en la búsqueda de la hegemonía económica mundial. In Ceceña, Ana Esther (coord), *La internacionalización del capital y sus fronteras tecnológicas*. El Caballito: México, 1995.

_____. (2003). Irak y el futuro del mundo: entre la hegemonía y el caos. GUERRA EN IRAK. 3 de abril, 2003. Exclusivo para BRECHA en Uruguay. Disponible en <http://www.nodo50.org/antiescualidos/Portal/Secciones/Articulos/MARZO03/ESTHER.htm>

_____. (2006). La dimensión militar se impuso al mercado como eje ordenador. *ALAI, América Latina en Movimiento* 2006-03-13. Disponible en <http://alainet.org/active/10829&lang=es>. Último acceso em 18/08/2006.

_____. (1994). La producción estratégica como sustento de la hegemonía mundial. Aproximación Metodológica. In: *Producción estratégica y hegemonía mundial*. México: Siglo XXI Editores, 1995.

_____. (coord) (1998). *La tecnología como instrumento de poder*. El Caballito, México.

_____. (2003). Movimiento mundial de rebeldías. Disponible en www.redem.buap.mx/acrobat/cecena5.pdf

COHEN, Eliot A. (2004). A história e a hiperpotência. *Política Externa*, vol.13, nº 3. Dezembro/Janeiro/Fevereiro 2004-2005.

CORRÊA, V.P. (1996). A Estrutura de Financiamento Brasileira e a Oferta de Financiamento de Longo Prazo ao Investimento. Campinas: IE/UNICAMP. Tese de Doutorado. 261p.

CLAUSEWITZ, Carl Von. (2006). De la Guerra. Disponible en <http://www.personal.able.es/cm.perez/libreriavirtual.htm>. Acesso em: Jul. 2006.

DOOLEY, Michael; FOLKERTS-LANDAU, David e GARBER, Peter. (2003). An essay on the revived Bretton Woods system. *NBER Working Paper* 9971, September.

DOSI, G. (1982) Technological paradigms and technological trajectories. *Research Policy*, v. 11, pp. 147-62.

DUMÉNIL, G, e LÉVY, D. (2004). O imperialismo na era neoliberal. *Crítica Marxista*, Vol. 18, pp. 11-36.

EICHENGREEN, Barry. (2004). Global imbalances and the lessons of Bretton Woods. *NBER Working Paper* 10497, may.

FERREIRA, C.K.L.e FREITAS, M.C.P.de. (1990). O Mercado Internacional de crédito e as inovações financeiras nos anos 70 e 80. São Paulo: FUNDAP, 63p.

FIORI, J.L. (2004). Formação, Expansão e Limites do Poder Global. In: Fiori, J.L. 2004. org. *O Poder Americano*. Petrópolis: Vozes, pp.11-64.

_____. (2001). Sistema mundial: império e pauperização – para reformar o pensamento crítico latino-americano. In: Fiori, J.L. e Medeiros, C. (2001). orgs. *Polarização mundial e crescimento*. Petrópolis: Vozes, pp. 39-75.

_____. (1999). (org). *Estado e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes.

_____. (1997). *Os moedeiros falsos*. Petrópolis: Vozes.

FRANCO, Ivan K. (2005). Exemplo de Democracia. Disponível em <http://www.novainconfidencia.com.br/artigos/artigos.php?id=41>

GARLIPP, J.R.D. (2001). Economia Desregrada – Marx, Keynes e Polanyi e a Riqueza no Capitalismo Contemporâneo. Campinas: IE/UNICAMP. Tese de Doutorado. 231 p.

_____. (1996). Economia Desregrada – um quadro aproximativo do capitalismo contemporâneo e a economia política. *Anais I Encontro Nacional de Economia Política*. Niterói: SEP, maio/junho.

HARDT, M e NEGRI, A. (2000). *Empire*. Cambridge: Harvard University Press. Tradução espanhola (2002). *Império*. Buenos Aires: Paidós.

_____. (2002). La multitud contra el Império. In: Observatorio Social de América Latina, n.7. Buenos Aires: CLACSO.

HILFERDING, R. (1910). *O Capital Financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HOBSON, J. A. (1906). *A Evolução do Capitalismo Moderno*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HOLLOWAY, J. (2001) El zapatismo e las ciencias sociales en América Latina. In: *Observatorio Social de América Latina*, n.4. Buenos Aires: CLACSO.

HUGUES, T. P. (1998). *Rescuing Prometheus*. New York: First Vintage Boobs.

HUNT, E. K. (1982). *História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica*. Rio de Janeiro: Campus, 541p.

HUNTINGTON, Samuel P. (1992). A Mudança nos Interesses Estratégicos Americanos. *Política Externa*, v.1, n.1, junho, pp.16-30.

_____. (1994). Choque de Civilizações? *Política Externa*, vol. 2, nº 4, Março de 1994.

KLARE, Michael (2004). *The New Geopolitics*. Edição de John Bellamy Foster e Robert W. McChesney. *Pax Americana*. Nova Iorque: Monthly Review Press, pp. 51-56.

LÊNIN, Vladimir I. (1982). *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global Editora.

LIMA, Elson (2006). “11 de Setembro”: nova dimensão de espetáculo. Grupo de Acompanhamento e Análise do Terrorismo Internacional (GAATI), Laboratório de Estudos do Tempo Presente (TEMPO) – IFCS/UFRJ. Disponível em : http://www.tempopresente.org/index.php?option=com_content&task=view&id=375&Itemid=53. Último acesso em 19/06/2006.

LUXEMBURG, Rosa (1976). *A acumulação do capital: estudo sobre a interpretação econômica do Imperialismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 516p.

MARX, Karl. (1982). *O capital: crítica da economia política*. São Paulo, DIFEL. 7. ed.

MEDEIROS, Carlos A. (2004). A Economia Política da Internacionalização sob Liderança dos EUA: Alemanha, Japão e China. In: Fiori, J.L. 2004. org. *O Poder Americano*. Petrópolis: Vozes, pp.139-177.

_____. (2004). O desenvolvimento tecnológico americano no pós guerra como um empreendimento militar. In: Fiori, J.L. 2004. org. *O Poder Americano*. Petrópolis: Vozes, pp.225-252.

MELLO, J.M.C. (1997). A Contra Revolução Liberal Conservadora e a Tradição Crítica Latino-Americana: um prólogo em homenagem a Celso Furtado. In: Tavares, M.C., Fiori, J. L. orgs. *Poder e Dinheiro: uma Economia Política da Globalização*. Petrópolis: Vozes, pp. 15-24.

METRI, Maurício. (2004). O poder financeiro dos EUA no padrão monetário dólar flexível. *Anais do IX Encontro Nacional de Economia Política*. Uberlândia: SEP, maio.

MONTHLY REVIEW (2005). O Fracasso do Império. Disponível em <http://www.monthlyreview.org/0105editors.htm>

MORAES, Gloria (2004). Telecomunicações e o Poder Global dos EUA. In: Fiori, J.L. 2004. org. *O Poder Americano*. Petrópolis: Vozes, pp.347-392.

MOVIMENTO NOVA INCONFIDÊNCIA (2006). O Expansionismo dos Estados Unidos. In: *A nova Inconfidência – Parte IV*. Disponível em www.novainconfidencia.com.br/livro/livro.php?id=47

NELSON, R e WINTER, S. (1977). In search of useful theory of innovation. *Research Policy*, v. 06, pp. 37-76.

NSF – National Science Foundation. Science and Engineering Indicators, 2002. New York. Disponível em <http://www.aip.org/fyi/2002/099.html>. Último acesso em 20/06/2006.

OBSTFELD, Maurice. (2005). America's deficit, the world's problem. September. Disponível em <http://www.econ.berkeley.edu/~obstfeld/index.shtml>.

_____ e ROGOFF, Kenneth. (2005). Global current account imbalances and exchange rate adjustments. May. Disponível em <http://www.econ.berkeley.edu/~obstfeld/index.shtml>. Último acesso em 10/08/2006

OHMAE, K. (1996). *O fim do Estado Nação: a ascensão das economias regionais*. Rio de Janeiro: Campus

OLIVEIRA, Lucas K. (2002). Democracia Terrorista – um histórico do Imperialismo dos Estados Unidos da América. Texto publicado no site da revista Caros Amigos (www.carosamigos.com.br). Fonte original: <http://www.geopolitica.pop.com.br/dem.htm>.

PALLOIX, Christian (1972). *A economia mundial capitalista*. Rio de Janeiro: Editora Estampa, 3ª edição.

PALMA, Gabriel. (2004). Gansos Voadores e Patos Vulneráveis: a diferença da liderança do Japão e dos Estados Unidos, no desenvolvimento do Sudeste Asiático e da América Latina. In: Fiori, J.L. 2004. org. *O Poder Americano*. Petrópolis: Vozes, pp.393-454.

POLANYI, K. (1944). *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, (reedição) 2002.

SCHUMPETER, Joseph A. (1943). *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

_____. (1933). *Teoria do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1988.

SERRANO, Franklin (2004). Relações de Poder e a Política Macroeconômica Americana, de Bretton Woods ao Padrão Dólar Flexível. In: Fiori, J.L. (2004). org. *O Poder Americano*. Petrópolis: Vozes, pp.179-222.

SWEEZY, Paul M. (1983). *Teoria do Desenvolvimento Capitalista*. São Paulo: Abril Cultural.

TAVARES, M.C. (1999). Império, território e dinheiro. In: Fiori, J.L. 1999. org. *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, pp.449-89.

_____ e BELLUZZO, L. G. (2004). A Mundialização do Capital e a Expansão do Poder Americano. In: Fiori, J.L. 2004. org. *O Poder Americano*. Petrópolis: Vozes, pp.111-138.

TAVARES, M.C. e MELIN, L.E. (1997). Pós-escrito 1997: A reafirmação da hegemonia americana. In: Tavares, M.C. e Fiori, J.L. orgs. 1997. *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes. pp.55-86.

TEECE, D. J. e PISANO, G. (1998). The dynamic capabilities of firms: an introduction. In: Dosi, G. et al (ed). *Technology, organization, and competitiveness: perspectives on industrial and corporate change*. Oxford: Oxford University Press, pp. 193-212.

TEIXEIRA, Aloísio. (2000). O Império contra – ataca: notas sobre os fundamentos da atual dominação norte – americana. *Economia e Sociedade* (15): 1-13. Campinas: dez.

TORRES FILHO, E. T. (2004). O papel do petróleo na geopolítica americana. In: Fiori, J.L. 2004. org. *O Poder Americano*. Petrópolis: Vozes, pp.309-346.

WALLERSTEIN, Immanuel M. (1987). El moderno sistema mundial. México: Sigla Veintiuna, 4.ed.

WOOD, Ellen Meiksins. (2001). *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 143 p.

_____. (2004). Imperialismo dos EUA: Hegemonia econômica e poder militar. *Revista Crítica Marxista* (19), editora Revan.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)